UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ

CAROLINE MARIA BRACIAK REISDORFER

DA CONDENAÇÃO À ABSOLVIÇÃO:
O FUNCIONAMENTO DA CULPA NO DISCURSO DA MATERNIDADE

I

CASCAVEL

2024

CAROLINE MARIA BRACIAK REISDORFER

DA CONDENAÇÃO À ABSOLVIÇÃO:
O FUNCIONAMENTO DA CULPA NO DISCURSO DA MATERNIDADE

Tese apresentada à Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE – *Campus* de Cascavel, para obtenção do título de Doutora em Letras, junto ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Letras – nível de Mestrado e Doutorado – área de concentração em Linguagem e Sociedade.
Linha de pesquisa: “Estudos Discursivos: memória, sujeito e sentido”.

Orientadora: Profa. Dra. Luciane Thomé Schröder.

CASCAVEL
2024

UNIOESTE - *CAMPUS* DE CASCAVEL
CENTRO DE EDUCAÇÃO, COMUNICAÇÃO E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS, COM ÁREA DE CONCENTRAÇÃO EM LINGUAGEM E SOCIEDADE, NÍVEL DE MESTRADO E DOUTORADO

DECLARAÇÃO

Declaramos para os devidos fins que **CAROLINE MARIA BRACIAK REISDORFER**, portador(a) do R.G. nº 6.037.485-6, aluna regular do Programa de Pós-Graduação em Letras, nível de Doutorado, com área de concentração em Linguagem e Sociedade, Linha de Pesquisa “Estudos discursivos: memória, sujeito e sentido”, defendeu, em 26 de novembro de 2024, às 8h30, a tese de doutorado intitulada " DA CONDENAÇÃO À ABSOLVIÇÃO: O FUNCIONAMENTO DA CULPA NO DISCURSO DA MATERNIDADE ", tendo sido, pela banca de arguição presidido pela Profa. Dra.
Luciane Thomé Schröder, APROVADA.

Cascavel, 26 de novembro de 2024.

Prof. Dr. Alexandre Sebastião Ferrari Soares
Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Letras
Unioeste/Campus de Cascavel
Portaria nº 0776/2024-GRE

Braciak Reisdorfer, Caroline Maria
DA CONDENAÇÃO À ABSOLVIÇÃO: O FUNCIONAMENTO DA CULPA NO DISCURSO DA MATERNIDADE / Caroline Maria Braciak Reisdorfer; orientadora Luciane Thomé Schröder. -- Cascavel, 2024. 105 p.

Tese (Doutorado Campus de Cascavel) -- Universidade
Estadual do Oeste do Paraná, Centro de Educação, Programa de Pós-Graduação em Letras, 2024.

1. Funcionamento da culpa na maternidade. 2. Análise de Discurso francesa. I. Thomé Schröder, Luciane, orient. II. Título.

CAROLINE MARIA BRACIAK REISDORFER

DA CONDENAÇÃO À ABSOLVIÇÃO:
O FUNCIONAMENTO DA CULPA NO DISCURSO DA MATERNIDADE

Esta tese foi julgada adequada para a obtenção do Título de Doutora em Letras e aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Letras – Nível de Mestrado e Doutorado, área de Concentração em Linguagem e Sociedade, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE.

BANCA EXAMINADORA

_____

Membro Externo 1: Dra. Katia Alexsandra dos Santos – UNICENTRO

_____

Membro Externo 2: Dra. Fernanda Luzia Lunkes – UFSB

_____

Membro Interno 1: Dra. Valdeci Batista de Melo Oliveira – UNIOESTE

_____

Membro Interno 2: Dr. Alexandre Sebastião Ferrari Soares – UNIOESTE

_____

Membro *In Memoriam*: Dra. Raquel Ribeiro Moreira – UNIOESTE/UTFPR

_____

Orientadora (Presidente): Dra. Luciane Thomé Schröder – UNIOESTE

Cascavel - Paraná, novembro de 2024.

Para minha mãe,
minha irmã,
minhas filhas.

Raquel...

Não era para ser assim.
Assim foi.
Você se foi.
Que bom você existir,
fazer parte da minha vida
e deste momento.

“Mas as coisas findas,
muito mais que lindas,
essas ficarão”.

(Carlos Drummond de Andrade)

É a verdade o que assombra
O descaso que condena
A estupidez o que destrói
Eu vejo tudo o que se foi
E o que não existe mais

Tenho os sentidos já dormentes
O corpo quer, a alma entende
Esta é a terra de ninguém
E sei que devo resistir
Eu quero a espada em minhas mãos

(Dado Villa-Lobos / Renato Russo)

AGRADECIMENTOS?

Não cheguei a este momento sozinha.

Tive uma orientadora presente e respeitosa com meu processo de pesquisa; profissional e competente; sensível aos momentos de “apertar” e aos momentos de “folgar”.

Tive uma família que fez o que pode e que lidou com minhas ausências e com meus muitos conflitos.

Tive amigos na torcida e no amparo extra-acadêmico.

Tive professores que conduziram leituras, apontamentos, teoria e exemplo do quanto a pesquisa vale a pena, ainda que seja necessário lutar muito por isso.

Pessoas caras que contribuíram na academia, no cotidiano e no ombro. Não sou sozinha.

Contudo, vou quebrar o protocolo.

Sou mulher, filha, esposa, profissional, amiga e... Mãe.

Concluir esse percurso é, sobretudo, um ato de resistência.

Estou muito orgulhosa de mim.

REISDORFER, Caroline Maria Braciak. **Da condenação à absolvição:** o funcionamento da culpa no discurso da maternidade. 2024, 104f. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Campus de Cascavel, 2024.

RESUMO

A maternidade, cercada de mitos e expectativas, é influenciada por discursos que afetam a formação da identificação do lugar “Mãe”. A presente pesquisa adentrou ao terreno da Análise de Discurso francesa, tendo como principal teórico Pêcheux (1990; 1997; 2014; 2015; 2020), cujos conceitos juntam-se a estudos de Hilferding (1996), Badinter (1985; 2011), Del Priore (1990), Fidalgo (2003) e Iaconelli (2020; 2023) na elaboração das análises das sequências discursivas que mobilizaram o funcionamento da culpa como significante que se destaca na formação discursiva da maternidade. Para tanto, o *corpus* de trabalho foi organizado a partir de entrevistas com mães de crianças em tratamento clínico e, o estudo destaca que seus enunciados permitiram abandonar a mãe empírica e analisar a Mãe. Ou seja, as mães são interpeladas por esses discursos, assumindo uma posição de sujeito que transcende sua experiência individual e ecoam a memória referenciada de modo sócio-histórico. As análises mostraram que as mães estão inseridas em um sistema ideológico que define como devem se comportar, o que podem ou não dizer, e como se identificam e são identificadas pelo outro, levando-se em conta que tanto quem ocupa o lugar-Mãe quanto quem fala sobre esse lugar, estão referenciados pela formação discursiva que sustenta o que pode e o que deve ser dito. Formação discursiva que é tocada pela da religião cristã, com a qual a analista se deparou e que possibilitou sustentar a tese de que a culpa é constitutiva da formação discursiva da maternidade.

Palavras-chave: Análise de Discurso. Maternidade. Culpa.

REISDORFER, Caroline Maria Braciak. **Da condenação à absolvição:** o funcionamento da culpa no discurso da maternidade. 2024, 104f. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Campus de Cascavel, 2024.

ABSTRACT

Maternity, surrounded by myths and expectations, is influenced by discourses that affect the formation of the identification of the place "Mother". The present research delved into the field of French Discourse Analysis, with Pêcheux (1990; 1997; 2014; 2015; 2020) as the main theorist, whose concepts join studies by Hilferding (1996), Badinter (1985; 2011), Del Priore (1990), Fidalgo (2003) and Iaconelli (2020; 2023) in the elaboration of the analyses of the discursive sequences that mobilized the functioning of guilt as a signifier that stands out in the discursive formation of motherhood. To this end, the corpus of work was organized based on interviews with mothers of children undergoing clinical treatment, and the study highlights that their utterances allowed them to abandon the empirical mother and analyze the Mother. In other words, mothers are interpellated by these discourses, assuming a subject position that transcends their individual experience and echoes the socially and historically referenced memory. The analyses showed that mothers are inserted in an ideological system that defines how they should behave, what they can or cannot say, and how they identify and are identified by the other, taking into account that both those who occupy the place-Mother and those who speak about this place are referenced by the discursive formation that sustains what can and what should be said. A discursive formation that is touched by that of Christian religion, with which the analyst encountered and that made it possible to sustain the thesis that guilt is constitutive of the discursive formation of motherhood.

Keywords: Discourse Analysis. Motherhood. Guilt.

SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS..... 13
1. O CAMINHO DA PESQUISA: CONSTITUIÇÃO DO CORPUS..... 23
2. "ELA É MÃE" 31
3. FUNCIONAMENTO DISCURSIVO DA CULPA..... 47
3.1 Memória, interdiscurso e formação discursiva 47
3.2 Nasce uma mãe, nasce a culpa..... 54
3.3 Julgamento do lugar materno 63
3.4 Defesa: a negação e alívio da pena 74
3.5 Amor materno: Liberdade em condicional..... 81
CONSIDERAÇÕES FINAIS..... 88
4. ANEXOS 92
4.1 Parecer consubstanciado do CEP 92
4.2 Termo de Consentimento Livre..... 95
4.3 Roteiro para entrevista semiestruturada..... 97
4.4 Tabela de sequências discursivas..... 98
REFERÊNCIAS..... 101

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Não é novidade que o tema da maternidade circula socialmente cercado de mitos, verdades e máximas. São enunciados diversos que, além de adotados pelo senso comum, enquanto discurso[1], formam uma espécie de estatuto sobre o que é ser mãe e com isso, de que modo quem ocupa este lugar deve se sentir, ou agir, atendendo um comportamento orientado sob diferentes perspectivas (socioculturais, morais, religiosas e éticas). Ou seja, existem determinações da ordem do ideológico que afetam diretamente as construções discursivas da maternidade e do sujeito-mãe.

Esses discursos constroem imagens do que seja a boa mãe, a mãe correta, a mãe do lar, a mãe profissional, a mãe desnaturada ou a mãe ideal. A princípio, uma mulher que, interpelada, deve abarcar todos os traços distintivos de uma identificação atribuída a ela na condição de ser a mãe de alguém. Assim, voltar-se para o discurso da maternidade implica uma reflexão sobre as condições sócio-históricas e ideológicas que incidem diretamente na sua constituição, tais como a organização social, o lugar da mulher na estruturação econômica e de trabalho e o olhar sobre a infância.

Para tanto, enunciados de um grupo específico de mães foram utilizados como fonte de reflexão e análise. A partir deles, a memória discursiva que se estrutura nessas vozes é colocada em cena e, com ela, narratividades cujos sentidos preexistem às mães empíricas deste trabalho, e levam ao encontro da mãe do discurso, como será mostrado a diante.

Ao analisar o discurso da maternidade em um grupo particular, o das mães de crianças portadoras de fissuras labiopalatinas[2] (FLP), sobrepôs-se sentidos que se deslocam da especificidade que as reúne empiricamente e vão ao encontro do sujeito-mãe do discurso, ou seja, deixam de ser mães empíricas (A, B, C dos filhos em

---

[1]Trabalhar com o discurso é trabalhar com produções enunciativas que referem a um conjunto de enunciados que funcionam diante da ideologia e que já estão dados antes que a produção linguística se materialize. O conceito é elaborado por Michel Pêcheux (1997) e será retomado no decorrer deste trabalho.

[2] “As fissuras de lábio e/ou palatina são alterações que resultam de falhas na fusão dos processos de formação nasal e da maxila, sendo consideradas as anomalias congênitas faciais mais frequentes, ocorrendo em distintas etapas do período de formação do embrião. As possíveis causas destas falhas são multifatoriais envolvendo fatores genéticos e ambientais, podendo ser diagnosticadas ainda durante a gestação, por meio de ultrassom. Tais alterações possuem ampla variação sendo as mais comuns: de lábio, de palato, de lábio e palato, uni ou bilateral”. (Disponível em: https://www.unioeste.br/portal/internos-huop/servicos-huop/ceapac. Acesso em: 27 abr. 2021.

tratamento) e seus discursos são analisadas enquanto discurso de sujeitos constituídos e constitutivos do que se denomina formação discursiva (doravante FD) da maternidade. As mães enunciam e são afetadas por efeitos de sentidos porque são interpeladas enquanto sujeito e é assim que a FD se evidencia.

Seguindo Althusser (1976), Pêcheux (2014) trabalha com a noção de interpelação. Althusser (1976) afirma: "[...] *toda ideologia interpela os indivíduos concretos enquanto sujeitos concretos*, através do funcionamento da categoria de sujeito" (Althusser, 1976, p. 96). Essa categoria não trata de uma pessoa com nome, endereço, profissão, espaço social, mas do sujeito, sendo-lhe atribuído um lugar que é de outra ordem que não a social. Os filósofos lançam a mão uma referência que buscam na Psicanálise Freud-lacaniana, cuja descoberta do sujeito inconsciente[3] provoca mudança no paradigma do sujeito fonte e origem de si mesmo.

Sendo atravessado pela linguagem, o humano já é falado antes de falar. Neste ponto a Psicanálise mostra a estruturação do sujeito inconsciente que ocorre em dois tempos, alienação e separação[4], e que tem no Outro, maiúsculo, referência de seu próprio lugar no discurso parental, desde sempre. Alguém que deseja o novo ser e que supõe nele um sujeito. Na relação cotidiana, transmite-se ao bebê um lugar na linguagem e, portanto, um significante.

> O Outro implica a estrutura da linguagem anterior e exterior ao sujeito, mas é preciso que um Outro encarnado a porte e a materialize, endereçando um desejo anônimo ao bebê, para que este possa vir a se constituir um *falasser (parlêtre)* a partir dessa estrutura (Jerusalinsy, 2014, p.15).

---

[3] Freud, entre 1985 e 1939, elabora o conceito de inconsciente e assim, do sujeito de desejo que é "um efeito da imersão do filho do homem na linguagem" (Chemama, 1995, p.208). Há uma distinção do indivíduo que é ligado até então ao conhecimento empírico e social. Diante disso a Psicanálise é construída teoricamente pela clínica. Contudo, a elaboração do sujeito do inconsciente provoca uma mudança de olhar que afeta outros pensadores e suas teorias. Carvalho (2008), em sua tese sobre o sujeito no discurso, trabalha com as perspectivas de Lacan e Pêcheux, cada qual no seu campo teórico, destacando que: "o sujeito não é concebido a partir de sua existência empírica; tampouco ele é um expoente transcendental em relação ao campo de acontecimentos e determinações que constituem sua subjetividade" (Carvalho, 2008, p.20). Ou seja, o sujeito passa a ser encarado como efeito da e na linguagem diante de outras teorias que não sejam a freudiana.

[4] O Outro é representado por duas operações, alienação e separação, onde primeiro há uma função primordial que aliena o bebê a alguém que o deseja, que fala dele, que lhe apresenta o mundo, que é portador e tradutor dos significantes. Este Outro primordial (em geral representado pela mãe), na medida em que sempre compreendeu o bebê como sujeito dotado de desejos, também promove a separação do lugar de objeto de desejo. Havendo a separação, o sujeito reconhece ao mesmo tempo, o outro, minúsculo, como semelhante e a si mesmo como sujeito separado do Outro primordial e, deste modo, funda-se o que Freud chamou de Ego e que para Lacan segue sendo o Outro, com a entrada da Lei significante que mostrará ao sujeito tudo o que é diferente de si.

Esse “Outro”, escrito com letra maiúscula não é um semelhante, um diferente do “eu” e sim alguém que, “anterior e exterior ao sujeito, não obstante o determina” (Chemama, 1995, p. 156). O semelhante seria o “outro”, em letra minúscula. Lacan (1998) explicou essa operação psíquica em uma comunicação feita em 1949, intitulada *O estadio do espelho como formador da função do eu*. Neste trabalho, o psicanalista mostra que o reconhecimento do sujeito é um trabalho especular. O bebê vai sendo falado e constituído pela voz e desejo do Outro, anterior a ele, até que num momento desta constituição ele se reconhece enquanto “eu”. O bebê percebe que é dele de quem se fala; que ele é separado; que o “pezinho da mamãe” é o dele; que “a barriguinha do vovô” é a dele; que o “bebê do papai”, é ele.

Segundo Lacan (1998), “basta compreender o estádio do espelho *como uma identificação*, no sentido pleno que a análise atribui a esse termo, ou seja, a transformação produzida no sujeito quando ele assume uma imagem [...]” (Lacan, 1998, p.97). Ele explica que esta identificação acontece por volta dos dezoito meses, quando o bebê tem as condições psíquicas e orgânicas de se reconhecer. Isso, é diferente de dizer que o indivíduo é uma tábula rasa e que começa do “nada” ao nascer ou que tudo é concebido totalmente pelo Outro.

Por tratar do campo da Psicanálise, portanto clínico, Lacan mostra o sujeito psíquico se reconhecendo como tal e afirma:

> Mas o ponto importante é que essa forma situa a instância do *eu,* desde antes de sua determinação social, numa linha de ficção, para sempre irredutível para o indivíduo isolado – ou melhor, que só se unirá assintoticamente ao devir do sujeito, qualquer que seja o sucesso das sínteses dialéticas pelas quais ele tenha que resolver, na condição [*eu*], sua discordância de sua própria realidade. (Lacan, 1998, p.98).

Ficção porque trata de uma imagem que é representação e não o puro real. O discurso parental é virtual e vai ganhando corpo com a correspondência do sujeito até que se incorpore, que tome corpo, se identifique e assume “quem é”. Lacan diz que esse processo é anterior ao social. Ele fala no campo teórico dele, com seu objeto teórico. Althusser e Pêcheux ao reconhecerem o sujeito como diferente de indivíduo, olham para isso dentro do materialismo histórico e do discurso ideológico.

Em “Aparelhos ideológicos de estado”, Althusser (1976) explora a noção de sujeito inconsciente e a coloca em problematização à questão ideológica:

> Todos sabemos como e quando é esperada a criança a nascer. Deixando de lado os “sentimentos” isto, prosaicamente, quer dizer que as formas de ideologia familiar/paternal/material/conjugal/fraternal, que constituem a espera do nascimento da criança, lhe conferem antecipadamente uma série de características: ela terá o nome do seu pai, terá portanto uma identidade, e será insubstituível. Antes de nascer a criança é portanto sujeito, determinada a sê-lo através de e na configuração ideológica familiar específica na qual ele é “esperado” após ter sido concebido (Althusser, 1976, p. 98).

Não se trata somente do discurso familiar interpelando o novo membro e sim, da ideologia que atravessa esse discurso familiar interpelando o sujeito. Ou seja, não há exterior para a ideologia, pois os sujeitos são referenciados em seu interior. Não se trata de um dentro-fora, porém de uma estruturação que não é pura e vazia, mas já é referência do que a constitui. Quando nasce um menino, por exemplo, o que se deseja e pensa sobre ele, ou como ele é significado enquanto menino tem efeitos de como a cultura e a família entendem o que é ser menino e isso é uma determinação histórica e social.

O sujeito é, portanto, assujeitado. Para Althusser (1976), o Sujeito (maiúsculo) é esse impossível de não se inscrever a ideologia que, numa operação especular, faz o sujeito, minúsculo, se reconhecer em outros semelhantes pela forma-sujeito que ocupam. Ao se identificar com os sujeitos empíricos (homem, mulher, médico, advogado, cristão, mãe, operário, etc.), com nome, endereço, profissão, filiação, assume um lugar. Toma uma posição no discurso que ele pensa ser dele.

Quando o sujeito enuncia, toda essa operação se inscreve, mas é desconhecida por ele. Desse modo, Pêcheux (2014), explica esse funcionamento (Outro-outro, Sujeito-sujeito) no que revela o discurso e, tendo a noção de sujeito, elabora o método teórico-analítico norteador desta tese: a Análise de Discurso (AD). Para ele,

> [...] *a tomada de posição* não é, de modo algum, concebível como um “ato originário” do sujeito-falante: ela deve, ao contrário, ser compreendida como o efeito, na forma-sujeito, da determinação do interdiscurso como discurso-transverso, isso é, o efeito da “exterioridade” do real ideológico-discursivo, na medida em que ela “se volta sobre si mesma” para atravessar (Pêcheux, 2014, p. 160).

Não sendo origem em si, ao se tornar mãe, a mulher toma esta posição pertencendo à FD da maternidade, que determina o que tal posição deve significar. Assim, adotando a diferenciação das iniciais (maiúscula ou minúscula), as mães (doravante em minúsculo ao serem tratadas em sua forma empírica) que enunciam diante de um contexto específico, ao serem entrevistadas nesta pesquisa, atualizam um certo discurso e levam as análises ao encontro da Mãe (doravante maiúscula por se tratar de uma inscrição da ideologia acerca deste lugar) do discurso da maternidade. Isso mobiliza dizeres já estabelecidos e impossíveis de não se inscreverem a esse lugar, como será mostrado nas seções de análise.

O empréstimo aqui, do jogo entre maiúsculas e minúsculas, busca a aproximação com a distinção entre a mãe que se reconhece no trato social com outras mães, semelhantes, mas, sobretudo, porque se identifica com a Mãe que é anterior, que é falada antes de que a mulher tenha filhos, cujos sentidos estão dados e são constituintes como ocorre com o outro ao se identificar com o discurso do Outro, e com o sujeito ao se encontrar com o Sujeito universal ideológico. Entrevistadas as mães, ouve-se a Mãe.

Por isso, adentrar no Centro de Atenção e Pesquisa em Anomalias Crânio Faciais (CEAPAC)[5], alocado junto ao Hospital Universitário do Oeste do Paraná (HUOP), para a realização desta pesquisa, possibilitou compreender que o discurso que emerge dali é representativo de uma posição-sujeito, o da Mãe. Por se tratar de uma posição-sujeito e não de um lugar empírico, não há a possibilidade de desprendimento da ordem dos discursos já-ditos sobre os sentimentos e afetos que permeiam o lugar da mãe, ou seja, dos sentidos discursivos que constituem o lugar materno. Desse modo, a pesquisa está no terreno da FD da maternidade e encontra os atravessamentos que formam aquilo que se manifesta nos enunciados sobre o tema.

Anteriores ao lugar empírico que uma mulher assume ao ser mãe, os efeitos de sentido em discursos são dinâmicos e não percebidos pelo sujeito na ocupação de seu lugar na esteira do ideológico. Pêcheux (2014) declara: “[...] o sujeito é desde sempre ‘um indivíduo interpelado em sujeito’” (Pêcheux, 2014, p. 141). Orlandi (2005) trata da interpelação pela ideologia como um primeiro assujeitamento que se efetiva

[5] Salienta-se que o CEAPAC é um espaço institucional público, educacional e multidisciplinar.

“[...] em qualquer época, mesmo que modulada de maneiras diferentes, é o passo para que o indivíduo [...] afetado pelo simbólico, na história, seja sujeito, se subjetive” (Orlandi, 2005, p. 105).

Interpelado desde sempre, o sujeito se constitui por discursos que pautam o certo e o errado, o esperado e o repelido em condições de produção (CP)[6] marcadas em cada cultura, momento histórico e social, numa relação entre sujeitos que ocupam lugares diferentes e referenciados pela ideologia no funcionamento das FDs. Discursos incorporados por sujeitos que seguem (re)produzindo sentidos, em um lugar subjetivado pela linguagem, que mobiliza sentidos sobre o que se entende que é ser Mãe.

A compreensão de que a maternidade faz parte consensual da natureza feminina e que haveria adormecido na mulher um instinto a ser despertado por um relógio biológico, com um arcabouço de tarefas e sentimentos (“lamber a cria”, “amor incondicional”), é parte dos discursos sociais, culturais e políticos, os quais se servem da natureza do corpo que gera para respaldar suas verdades. Há um estatuto de como as mães devem agir e se posicionar em relação ao filho. O que lhes é permitido enunciar diante do arcabouço de dizeres possíveis ao discurso da maternidade? As respostas a isso podem ser ouvidas diante do *corpus* que esta pesquisa apresenta.

Há uma seleção de já-ditos que atua sobre as escolhas discursivas. Ao falar da maternidade, alguns elementos significantes são prontamente evocados em associação à realização do amor materno, à completude da mulher ao se tornar mãe, ao amor incondicional e à culpa. As escolhas dos termos que vão organizando a rede de sentidos para a definição dos sentimentos maternos estão ancoradas no já-dito. Esse funcionamento discursivo não é puramente linguístico e arbitrário. As análises mostram referências ao aparato ideológico socialmente determinado na constituição da FD da maternidade.

---

[6] Para Pêcheux (1997), o discurso não diz respeito a um lugar de fala, onde o indivíduo enuncia de modo empírico, como locutor, usando o mecanismo que a língua oferece. Para ele, [...] um discurso é sempre pronunciamento a partir de *condições de produção* dadas [...]” (Pêcheux, 1997, p. 77). Portanto, entende-se por condições de produção o mecanismo que, diferente do puro sistema linguístico, acessa àquilo que é exterior à língua e que dá lugar ao sujeito ao enunciar, proferindo o discurso que produz sentidos em referência a tais condições de produção. Quando a Mãe enuncia, ela fala a partir de um lugar cujas referências sócio-históricas mobilizam os sentidos. As condições de produção são os lugares dos sujeitos, em referência sócio-histórica e ideológica, a partir dos quais produzem os sentidos que são evidenciados pela língua.

A constituição do *corpus* efetivou-se por meio de entrevistas, semiestruturadas[7], as quais foram gravadas e, posteriormente, transcritas. As entrevistas foram dirigidas às mães, cujos filhos encontravam-se em fases distintas de tratamento no CEAPAC (entre 0 e 7 anos)[8]. 0s enunciados que as mães colocaram em cena resultam nas 47 sequências discursivas (SDs) que constituem as análises trabalhadas pelo dispositivo da AD.

Importante compreender essa convocatória anterior à ocupação do lugar materno pela mulher (empírica), entendendo que ela é um sujeito discursivo, interpelado por lugares discursivos, individualizada pelo Estado, produzindo efeitos de sentido pelos discursos que toma como seu. Das mães, emergem os enunciados que corroboram com discurso (FD da maternidade e outros que se enredam a ela, conforme a pesquisa mostra). Ou seja, do pré-construído e do discurso transverso[9] que constituem uma memória e num gesto interdiscursivo que, sendo inconsciente ao sujeito, provoca o semblante de particular e pontual. O que se atualiza sobre os dizeres da maternidade?

Cabe destacar, mais uma vez, que, ao ouvir os enunciados das mães, não se ouve “aquela” mulher, mas um discurso sobre o qual incidem discursos e evidências já-ditas. Pinçá-los é trabalho de análise no movimento entre FDs e historicidade, posto que a mãe real/ideal é a Mãe do discurso e foi ouvindo a ela que, na atenção aos enunciados, dos sentidos, um se destaca: a culpa. A pesquisa problematiza e mostra com as análises como este significante funciona discursivamente na FD da maternidade, diante dos sentidos que se impõe.

Para compreender o funcionamento do discurso das Mães é preciso salientar que esse discurso é atravessado por outras FDs, como as FDs da religião e da medicina. Assim, o recorte deste trabalho contribui para mostrar o funcionamento da ideologia e dos processos de subjetivação marcadamente históricos e sociais, em que os sujeitos do discurso são voz e vez dos sentidos circundantes. A escolha metodológica serviu-se das entrevistas de mães que se juntam à particularidade do tratamento dos filhos, porém, não enunciam de modo particular. Não se trata de uma “fala” do grupo de mães do CEAPAC (como já foi mencionado), mas sim de um

---

[7] Detalhes sobre o procedimento da pesquisa, como a coleta, são explanados na seção 2.
[8] A definição de idade e quantidade de entrevistas visou estabelecer um limite metodológico, pois se fazia necessário um recorte para organização prévia que um projeto de pesquisa acadêmico determina a fim de que a constituição do *corpus* não fosse à revelia e em respeito ao funcionamento do *lócus.*
[9] O estudo sobre os conceitos de pré-construído e discurso transverso serão explorados nas análises.

discurso em que os sentidos são autorizados diante da filiação a uma FD, portanto, elas são sujeitos do discurso e não sujeitos de pesquisa.

Reforça-se que a concepção de sujeito na perspectiva desta pesquisa é central para que seja possível compreender que o lugar-mãe possui atravessamentos que encarnam discursivamente na mãe A ou B, mas não é dessas mães que este trabalho trata. Portanto, não são enunciados delas, mas sustentados por elas e representativos de um discurso. Para Pêcheux (2014), há, na língua, no enunciado, um mecanismo que torna evidente que a palavra é de A ou de B e que, contudo, não passa de uma ilusão de autoria, cujo funcionamento faz com que o sujeito esteja certo de que o que disse é seu. Isso ocorre porque, segundo Pêcheux (2014):

> É a ideologia que fornece as evidências pelas quais "todo mundo sabe" o que é um soldado, um operário, um patrão, uma fábrica, uma greve etc., evidências que fazem com que uma palavra ou um enunciado "queiram dizer o que realmente dizem" e que mascaram, assim, sob "a transparência da linguagem", aquilo que chamamos o caráter material do sentido das palavras e dos enunciados (Pêcheux, 2014, p. 146).

Ou seja, aquilo que se diz sobre a Mãe e o lugar materno está dado, porém, quando uma mãe responde a questões, como "o que é o mais bonito da maternidade?"[10], ela não pensa estar dando uma resposta regida pela FD da maternidade, mas está falando a partir do que sente, do que sabe, acreditando naquilo que lhe parece particular e individual, mas que não o é.

Pêcheux (2014) chama esse funcionamento de "interpelação-identificação" (Pêcheux, 2014, p.45) do indivíduo, que acontece em articulação com a FD que o constitui. É na FD que se encontram as possibilidades daquilo que "pode e deve ser dito" (Pêcheux, 2014, p. 147). E é possível mostrar com os enunciados das Mães, sentidos que se perpetuam em CP que cercam a maternidade, pois "[...] os indivíduos são 'interpelados' em sujeitos-falantes (em sujeitos de *seu* discurso) pelas formações discursivas que representam 'na linguagem' as formações ideológicas que lhes são correspondentes" (Pêcheux, 2014, p. 147). A interpelação é condição constitutiva do sujeito. Condição que o indivíduo veste para se tornar humano naquilo que difere do puro biológico e do animal.

---

[10] Essa é uma das questões do questionário semiestruturado que será apresentada com as demais na seção seguinte desta tese.

Mães são sujeitos *no* discurso porque enunciam e *do* discurso porque, por meio da língua dizem a partir de um lugar que é constituído discursivamente. Ao dizer, as mães são sujeitos que fazem escolhas as quais alocam sua identificação na FD da maternidade em que alguns enunciados são aceitáveis (maternidade é amor e carinho, por exemplo), mas calam outras possibilidades (a maternidade é um desgosto), diante das CP em que enunciam. A ideologia e os discursos atualizam-se e possibilitam, a partir de SDs, as análises que seguirão neste estudo.

Na compreensão das reflexões abertas pelas análises, busca-se mostrar que há manutenção de sentidos do discurso em tela, em vista da FD que o determina. Ao se tornar mãe, a mulher é convocada a assumir um papel sócio-histórico e discursivo específico, mesmo que, no nascimento, haja surpresas diante do que possa ter sido idealizada nas histórias particulares de cada mãe.

O discurso da maternidade é constituído ao longo da história, ao lado dos ditames das sociedades sobre as concepções de família e lugar(es) da mulher. Nesta pesquisa, percorre-se esse caminho ao lado de estudos, como os de Hilferding (1996), Badinter (1985; 2011), Del Priore (1990), Fidalgo (2003) e Iaconelli (2020) - cujas pesquisas colocam em xeque questões caras, a exemplo do instinto e do amor materno -. Assim, foi possível encontrar os pontos de encontro de terrenos discursivos diferentes, que amparam as análises e elaborações que seguirão.

Nas perguntas levadas às mães, havia o objetivo de oportunizar um espaço de possibilidades para enunciar afetos variados, incluindo cansaço, tristeza, indignação, ao lado do amor, doação e realização. Ou seja, aspectos ambivalentes à pauta da maternidade. O cenário, como já exposto, foi um centro de atendimento à saúde, e a situação, entrevistas gravadas para uma aluna de doutorado, cujas perguntas, ainda que não estejam centradas nisso, passam pela condição de tratamento da anomalia no filho(a). Os sujeitos são Mães. O que seria possível enunciar diante das condições de produção que fossem pontuais ou históricas?

Os enunciados dão as respostas nas análises, pois o discurso não é a literalidade e objetividade de uma resposta. Não há momento certo, ou resposta adequada. O discurso está no dito e no não dito naquilo que os sentidos movimentam. Portanto, sejam quais forem as condições estritas de produção, o que se ouve é do campo ideológico.

Ao propor uma investigação ressaltando o funcionamento da culpa como efeito de sentido que emerge nos enunciados, colocou-se a tarefa de analisar se ocorrem

resistências, manutenções e contradições. Olhar para o discurso é olhar para o funcionamento da sociedade com todos os seus complexos ideológicos em movimento atuando sobre o sujeito, o influenciando e constituindo.

Culpa, responsabilidade, discursos sócio-históricos, efeitos de sentidos em relação ao lugar Mãe são estudados por campos teóricos diferentes. O exercício de analisar as SDs desta pesquisa, problematizando o funcionamento da culpa no discurso da maternidade, constitui olhar para um *corpus* que é único, sob uma perspectiva teórica específica (a AD de linha francesa), fazendo trabalhar os entrelaçamentos que esse material permite, além de referenciar o que já foi dito em outros discursos.

Desse modo, a pesquisa foi organizada em três seções. A **seção 1** apresenta a metodologia, o caminho e a construção do *corpus,* pois, não se partiu de algo pronto e o trabalho começou antes que fosse possível iniciar as análises.

Na **seção 2**, expõe-se sobre a motivação da pesquisa, atrelada à teoria, numa reflexão sobre a historicidade do discurso da maternidade, que afeta e produz efeitos atualizados sobre e nas Mães que enunciam e proporcionam o tom ao *corpus*.
Apresentado o caminho que estabelece o *corpus* e a discursividade da Mãe que o enuncia, a **seção 3** trata das análises propriamente ditas. Do *corpus,* advém o tema que se coloca à pesquisa: o funcionamento da culpa. A Mãe discursiva emerge e é em torno da culpa que os enunciados trazem à tona objetivos específicos sob os efeitos de sentido que possibilitam que as análises passem a se organizar acerca de um julgamento. A seção mostra a sentença, a defesa e os atenuantes da ré (Mãe).

As **considerações finais** buscam a reflexão causada pela pesquisa e não uma conclusão, tendo em vista que o discurso não possui começo, nem fim.

1. O CAMINHO DA PESQUISA: CONSTITUIÇÃO DO CORPUS

Ao problematizar um lugar já-dito sobre a culpa no discurso da maternidade esta pesquisa encontra um campo específico de observação que leva à análise ao mobilizar o modo como os discursos da maternidade se configuram. Há um discurso estabelecido para a Mãe, que, no terreno ideológico, orienta-se pelo horizonte que está posto para as mulheres:

> [...] corresponder a idealizações da maternidade ainda vigentes, como há duzentos anos, e que supõe haver na mulher um saber atávico sobre o maternal, assumir novos papéis sociais antes inimagináveis, inconciliáveis à exigência anterior e ignorantes do processo de transmissão social do saber relativo aos cuidados com os bebês e posicionar-se diante do onipresente biopoder, que encontra no ciclo nascimento-morte seu lócus privilegiado de atuação, desautorizando a mulher a lidar com o próprio corpo (Iaconelli, 2020, p. 62).

Nesse sentido, a expectativa atemporal sobre a naturalidade que une mulher-Mãe, difere em vista das mudanças de gerações, mas que perpassa o tempo no que diz respeito ao corpo feminino portar a gestação. Esse lugar é sobretudo discursivo e, portanto, representativo das CP. Contudo o que se observa é: mudam-se as mulheres, as situações, os discursos que as circundam, mas a essência da posição-sujeito permanece dando forma a Mãe concebida como naturalmente amorosa, bondosa, cuidadora e altruísta.

Seguindo os pressupostos teóricos da AD, trabalha-se com um dispositivo teórico/analítico e suas etapas de descrição, compreensão e interpretação em que, a partir das superfícies linguísticas, olha-se o processo discursivo para o desenvolvimento da análise.

Segundo Orlandi (2013), “[...] estas etapas de análise têm, como seu correlato, o percurso que nos faz passar do texto ao discurso, no contato com o corpus, o material empírico” (Orlandi, 2013 p.77). É assim que, por meio de uma metodologia não mensurável, mas sim passível de interpretação e análise, os encaminhamentos foram feitos, enquanto teoria e método, já que é assim que a teoria se constitui. Trata-se da linguagem a partir de uma leitura discursiva, “[...] porque envolve o sujeito, a linguagem e a história em seus processos de produção” (Orlandi, 2012, p.151) e, ao

considerá-la opaca, ocorre um reconhecimento de que há sempre efeitos de sentido a serem analisados, pois:

> A Análise de Discurso não procura o sentido “verdadeiro”, mas o real do sentido em sua materialidade linguística e histórica. A ideologia não se aprende, o inconsciente não se controla com o saber. A própria língua funciona ideologicamente, tendo em sua materialidade esse jogo (Orlandi, 2013, p. 59).

Ou seja, não há um sentido origem, mas desde sempre efeitos de sentido afetados ideologicamente. Parafraseando Pêcheux (2014), é a ideologia que fornece as evidências pelas quais todo mundo sabe o que é uma Mãe e o que cabe a ela.

Para Orlandi, o trabalho do analista de discurso é interpretar o que coloca “o dito em relação ao não dito, o que o sujeito diz em um lugar com o que é dito em outro lugar, o que é dito de um modo com o que é dito de um modo com o que é dito de outro” (Orlandi, 2013, p.59). Interpretar um enunciado não está no campo puramente da língua, de saber quem é o sujeito sintático e qual o tipo de oração, mas no campo de capturar o que se evidencia a partir de quem diz, onde diz, porque diz; “[...] procurar ouvir, naquilo que o sujeito diz, aquilo que ele não diz, mas que constitui igualmente os sentidos de suas palavras” (Orlandi, 2013, p. 59).

Analisar o discurso em tela e encontrar a Mãe é elaborar os sentidos que se confundem com sujeitos referenciados pela ideologia e todo o processo histórico. Pêcheux (2014) avalia:

> Contentar-nos-emos em observar que o caráter comum das estruturas-funcionamentos designadas, respectivamente, como *ideologia* e i*nconsciente* é o de dissimular sua própria existência no interior mesmo do seu funcionamento, produzindo um tecido de *evidências “subjetivas”*, devendo entender-se este último adjetivo não como “que afetam o sujeito”, mas “nas quais se constitui o sujeito” (Pêcheux 2014, p. 139).

Não há análise de discurso sem um objeto material, e não há discurso sem um sujeito enunciador. Portanto, o primeiro passo do analista é construir um dispositivo que inicia pela coleta do *corpus*. No caso desta pesquisa, são entrevistas a partir de um questionário semiestruturado. As entrevistas foram gravadas e, posteriormente, transcritas, permitindo a organização das SDs.

Como já anunciado, o discurso que se revela para análise do que a Mãe enuncia é oriundo de mães de crianças, portadoras de FLP, em tratamento clínico/hospitalar. Para a execução da parte de coleta do *corpus*, procedeu-se à sua apresentação ao Comitê de Ética e Pesquisa Envolvendo Seres Humanos (CEP)[11] da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), em obediência às normas de pesquisa como discente da instituição e, também, pelo *lócus* (CEAPAC e HUOP), onde ocorreram as entrevistas (centros de atendimento que pertencem à UNIOESTE). As entrevistas foram realizadas em conformidade ao regulamento do Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGL), como filiação da pesquisadora e em respeito às especificidades do *lócus.*

Sobre a metodologia de uma entrevista semiestruturada, Trivinos (1987, p. 146) explica: "[...] ao mesmo tempo que valoriza a presença do investigador, oferece todas as perspectivas possíveis para que a informação alcance a liberdade e a espontaneidade necessárias, enriquecendo a investigação". Desse modo, no aspecto ético da pesquisa, optou-se por um roteiro de perguntas que desse o norte das entrevistas com as mães a fim de manter uma estruturação e ordenação.

A culpa e seu funcionamento na FD da maternidade não foram pensados *à priori* na organização das questões condutoras. Sabendo-se que os enunciados apontariam os discursos que atravessam a FD da maternidade, constatar a culpa como tema foi trabalhar com os sentidos que se evidenciam no *corpus*. A organização das questões pretendia supor uma particularidade nas mães, mas o percurso das análises mostrou que o enredo mais uma vez está dado pela supremacia da FD. Pois, há uma condição que antecede o discurso atual: "[...] a percepção é sempre atravessada pelo 'já ouvido' e o 'já-dito', através dos quais se constitui a substância das formações imaginárias enunciadas" (Pêcheux,1997, p. 85-86). O sujeito se constitui no terreno das FDs, por isso, os sentidos são anteriores. Como explica Pêcheux (2014):

> Chamaremos, então, formação discursiva aquilo que, numa *formação ideológica* dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina *o que pode e deve ser dito* (articulado sob a forma de uma arenga, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa etc.) (Pêcheux, 2014, p. 147).

[11] Os projetos são encaminhados ao CEP da instituição via Plataforma Brasil (https://plataformabrasil.saude.gov.br/). Parecer de aprovação número: 4.905.293.

O questionário condutor foi criado com fins metodológicos necessários para a pesquisa e o que se segue são evidências do discurso ideológico que pertence a FD da maternidade cujas análises formam aquilo que de fato é o trabalho desta tese.

Num primeiro momento, informações particulares das mães foram levantadas, conforme se lê abaixo:

1) Nome:
2) Idade:
3) Escolaridade:
4) Estado civil:
5) Cidade de residência:
6) Profissão (se trabalha no momento ou não):

Esses dados mostraram diferentes realidades que poderiam ser relevantes para as análises.

Em seguida, há uma seção de perguntas que estabelecem a especificidade das entrevistadas. São questões que particularizam as mães, que enunciam diante dessa particularidade. Ou seja, são escolhidas porque fazem parte deste quadro de sujeitos que se encontram nas condições estritas de produção dos enunciados, ao serem mães de crianças em tratamento de FLP no CEAPAC.

7) Número de filhos (as):
8) Qual a idade de seu(sua) filho(a) em atendimento no CEAPAC?
9) Com quanto tempo foi diagnosticada a fissura?
10) Como você se sentiu ao saber que seu(sua) filho(filha) nasceu com FLP?
11) Em qual fase do tratamento seu (sua) filho(a) se encontra?
12) Fale sobre a sua rotina de cuidados com a criança.
13) O que é o mais difícil?
14) Como você se sente em meio a essa rotina?
15) Você conta com o auxílio de algum familiar?
16) Quando esperava pelo bebê, pensava se seria menino ou menina?

A condução dessas perguntas não visava respostas objetivas, diferentemente da primeira seção. Pretendia-se ouvir as elaborações possíveis frente ao que o discurso permitiria ser elaborado.

Em especial, a pergunta de número 16[12] tinha o objetivo de provocar o aforismo "o que importa é que venha com saúde". Isso porque é frequente que se encontre nas conversas com casais ou mulheres que esperam o bebê a seguinte associação: ao serem questionados sobre o sexo da criança é comum o tem da saúde no lugar ou acompanhada da resposta sobre tal preferência, o que a pergunta de número 17 procurou reforçar:

17) Vou te colocar uma frase para a gente conversar. Eu gostaria de saber se você já ouviu isso antes (de quem? quando?) ou se você já usou essa frase (quando? em que situação?): "O que importa é que venha com saúde"?

Uma primeira interpretação sobre as evidências do aforismo, enquanto enunciado, amparado numa FD da maternidade em que Mãe é aquela que ama seu filho, seja ele menino ou menina (desde que tenha saúde), por exemplo, implica "que o bebê tenha saúde é o que importa"; ou ainda, "o restante não importa, e sim que o bebê nasça com saúde"

Esse enunciado, pinçado dentre outros aforismos relacionados à maternidade, coloca em cena a questão saúde/doença. Os enunciados subsequentes reforçariam uma possível distinção na pesquisa, em vista dos efeitos de sentido que a especificidade do *lócus* poderia suscitar. O aforismo é provocativo, mas não havia garantias de que as respostas fossem ao encontro dele. Quando se trata de efeitos de sentido, ao invés de um reducionismo lógico, trabalha-se com o discurso.

Orlandi afirma: "[...] a linguagem não é transparente. Desse modo, não podemos tomar a perspectiva de que podemos atravessar simplesmente as palavras para encontrar, através delas, sentidos que ali estariam depositados. Esta é uma ilusão de conteúdo" (Orlandi, 2012, p. 151).

---

[12] Questão 16: Quando esperava pelo bebê, pensava se seria menino ou menina?

Ao introduzir a questão 17, pretendeu-se fazer circular um quadro discursivo que fizesse emergir outras questões: se para a mãe, a quem importava que o bebê tivesse saúde (“que venha com saúde”), não havendo saúde, que respostas seriam possíveis? Ocorre que, como já explicado, as mães empíricas (mulheres cujos filhos estão em tratamento de FLP no CEAPAC) deram voz à Mãe do discurso e, a partir disso, não coube mais o que seria particular o discurso enunciado. As vozes se misturam a outras que ecoam a memória e a historicização cujas especificidades maternas são pano de fundo para a evidência discursiva que se alinha à FD da maternidade e assim mostraram outro caminho para as análises (e que serão trabalhados na seção 3).

Em se tratando do discurso, os enunciados que emergem da voz das Mães, tomam outras proporções de análise e seguiram outros aspectos. Segundo Lagazzi: “[...] o corpus vai sendo gradativamente delimitado à medida que as regularidades que caracterizam o funcionamento discursivo vão sendo localizadas na materialidade significante” (Lagazzi, 2015, p. 86).

A última seção buscou reflexões gerais sobre a maternidade:

18) O que passa pela sua cabeça ao ouvi-la?
19) O que significa a maternidade para você?
20) O que é mais bonito na maternidade?
21) O que é mais difícil na maternidade?
22) Você quer ter mais filhos? Por quê?

São questões que convocam os discursos sobre a maternidade e contribuem para a Mãe discursiva seja analisada diante dos efeitos de sentidos que as mães empíricas enunciaram.

Esse conjunto de questões constituiu o problema que mobilizou as análises, a fim de compreender o que se mantém, o que resiste e quais os imperativos que determinam a FD da maternidade em relação à culpa, reconhecendo que o discurso se coloca em outras épocas, outros *lócus* e outros contextos. Outras materialidades mostram a circulação do discurso, a exemplo de como a Mãe aparece em enredos de filmes, novelas, em matérias jornalísticas, em postagens de espaços virtuais ou campanhas de produtos diversos. É possível encontrar o discurso em produções que

não sejam atuais. Contudo, este trabalho buscou uma delimitação e é sobre esta perspectiva que ele se debruça.

Problematizar, analisar e refletir sobre o funcionamento da culpa no discurso da maternidade, no que as mães entrevistadas enunciam, a partir da AD de linha francesa, difere de levantar respostas ao que significa culpa. Não se trata de buscar significados lineares do verbete ou de questionar por que uma mãe se sente culpada. Ao se declarar culpada, a Mãe não está falando de um sentimento ou do resultado de um processo jurídico ou moral, socialmente pensado. A culpa é discursiva e isso mostra deslocamentos e sentidos que serão trabalhados a diante e que são sustentados pelo efeito metafórico que representam. Efeitos importados de outras FDs (ou atravessados por outras), do direito e da religião, por exemplo, que carregam consigo os sentidos que resultam em escolhas linguísticas.

Junto com Pêcheux (1997), "[...] chamaremos de *efeito metafórico* o fenômeno semântico produzido por uma substituição contextual para lembrar que esse 'deslizamento de sentido' entre x e y é constitutivo do 'sentido' designado por x e y" (Pêcheux, 1997, p. 96). Por exemplo, quando se lê o seguinte enunciado (que será analisado mais adiante como SD26): ***é... muito julgamento. "Nossa! Você não cuidou na sua gravidez? O que você fez?*** tem-se a compreensão de que há jurados, veredito, lei/ordem, que são empréstimos de outras FDs, seja do direito ou da inquisição religiosa, que desliza para a questão materna fazendo valer o sentido funcionando na FD da maternidade.

O "deslizamento de sentido" não é aleatório. Ele só é possível porque em determinada CP do discurso o sentido produz efeito sobre os termos linguísticos designados pelo. Ao dizer ***é... muito julgamento***, a Mãe evoca um julgamento, um crime, uma lei, uma infração, uma pena.

Não sendo aleatórios, os sentidos que levam ao funcionamento da culpa se destacam nos enunciados, direcionando a investigação de como acontece essa produção de sentidos que, atravessados pela ordem da ideologia, encontram a voz dos sujeitos em seus discursos.

No discurso, podem ocorrer manutenções, rupturas, construções inesperadas, deslizes. Essa é a captura discursiva que a escuta do analista precisa fazer. Esse é o trabalho.

> A construção desse dispositivo resulta na alteração da posição do leitor para o lugar construído pelo analista. Lugar em que se mostra a alteridade do cientista, a leitura outra que ele pode produzir. Nesse lugar, ele não reflete mas situa, compreende, o movimento da interpretação inscrito no objeto simbólico que é seu alvo. Ele pode então contemplar (teorizar) e expor (descrever) os efeitos da interpretação (Orlandi, 2013, p. 61).

O discurso é fluido e já está em curso quando os enunciados surgem. Porém, a reflexão é posterior e só pode acontecer num trabalho analítico que inicia com a captura da evidência da ideologia diante de uma superfície linguística.

Quando a Mãe enuncia, antecipa os sentidos a quem vai ouvir/ler em função de uma memória sócio-histórica. Isso, dentro da FD da maternidade e nas CP em que os sentidos da maternidade são compartilhados entre as mães ou entre quem fala delas. Quando a pesquisadora formula as perguntas norteadoras e as mães respondem, esse jogo imaginário acontece. Ou seja, o objeto da pesquisa (discurso) que está em jogo, pertence ao enlace no qual a FD envolve os sujeitos.

A tarefa que se coloca é “ouvir” o discurso e a Mãe que ecoa nas vozes das mães do CEAPAC. A composição do *corpus*, a partir do questionário, proporcionou o desenvolvimento dessa tese.

2. “ELA É MÃE”

É a Mãe que se ouve neste trabalho e essa seção pretende apresentar o que isso significa amparada na teoria que guia esse percurso, pois é com o discurso, tal como a AD francesa compreende seu funcionamento, que se desenvolve esse trabalho.

Orlandi (2015) abre a “Nota ao leitor” de Pêcheux:

> O que se pode depreender do percurso de Michel Pêcheux na elaboração da Análise de Discurso é que ele propôs uma forma de reflexão sobre a linguagem que aceita o desconforto de não se ajeitar nas evidências e no lugar já-feito. Ele exerceu com sofisticação e esmero a arte de refletir nos entremeios (Orlandi *in* Pêcheux, 2015, p.7).

A afirmação “ela é Mãe”, a partir das reflexões propostas pela teoria pechetiana, suscita os “entremeios” no desconforto que a linearidade linguística não dá conta de explicar e a isso se busca uma reflexão.

A AD emerge num período de transformações de posições políticas e sociais na França[13]. Nesse momento de efervescência intelectual, Michel Pêcheux (1969), filósofo que realizou estudos junto de Althusser, contemporâneo de Foucault e Lacan, passou a interrogar o sujeito do discurso.

A AD aponta para isso no campo deixado em aberto pelo estruturalismo, reconhecendo a historicidade e os caminhos não trilhados pela Linguística, considerando o Materialismo Histórico e as contribuições da Psicanálise. Ela atenta para o discurso de modo irremediável, ao passo que recupera a presença do sujeito, assujeitado pela ideologia, produzindo sentidos. Maldidier (2003) mostra aquilo que foi articulado por Pêcheux ao reconhecer o sujeito inconsciente da descoberta psicanalítica (e chamado por ela de “quarta referência”) com os objetos de conhecimento das outras regiões:

---

[13] A França foi palco de movimentos sociais e políticos, tendo a Greve Geral, no famoso Maio de 68, como marco dessas manifestações. Houve uma ampla manifestação dos estudantes contra a política representada pelo presidente General De Gaulle. Eles queriam liberdade de expressão e, em seus estudos, principalmente em relação ao sistema capitalista, lutavam pela liberdade individual e cultural. Era um movimento de esperanças revolucionárias em recusa à política tradicional.

s

> - O materialismo histórico como teoria das formações sociais e de suas transformações aí compreendida como teoria das ideologias;
> - A linguística como teoria ao mesmo tempo dos mecanismos sintáticos e dos processos de enunciação;
> - A teoria do discurso como teoria da determinação dos processos semânticos (Maldidier, 2003, p.38).

"Ela é Mãe", para além de uma construção frasal, é uma construção discursiva, que fala de um lugar no discurso da maternidade, ao qual os sujeitos se remetem. Adiante, será possível perceber, por exemplo, que o que se diz sobre a posição da Mãe aparece nos enunciados de quem ocupa este lugar e daqueles que não o ocupam, mas enunciam acerca da maternidade, e que é ouvido pelos sujeitos no lugar-mãe. Se não são elas que apontam o que é ser Mãe e como devem agir, alguém diz para elas. Contudo, todos partilham daquilo que a linguagem será porta voz porque o significante é exterior ao sistema linguístico. Há um processo em que o foco na estrutura da língua não dá conta de explicar. Esse processo ganha a atenção de Pêcheux (1969) pelas provocações que os acontecimentos da década de 60 possibilitaram.

Ao lado dos acontecimentos políticos, novas concepções sobre o discurso, e o conceito de sujeito (e sua relação com a história), por meio de uma teoria da linguagem, mudarão a maneira de compreender as superfícies linguísticas e colocaram em questão a ideologia como constitutiva dos processos de significação, para, assim, reconhecer sentidos em:

> [...] não entender ou entender errado; não 'escutar' as ordens; não repetir as litanias ou repeti-las de modo errôneo, falar quando se exige silêncio; falar sua língua como uma língua estrangeira que se domina mal; mudar, desviar, alterar o sentido das palavras e das frases; tomar os enunciados ao pé da letra; deslocar as regras na sintaxe e desestruturar o léxico jogando com as palavras (Pêcheux, 1990, p. 17).

Eis o que emerge sob o olhar de Pêcheux (1969): diante de um acontecimento social e histórico, ele percebe o discurso ideológico para o qual a língua é suporte material e não um sistema deslocado do que há para fora dele. O discurso é o objeto teórico e é importante compreender do que se trata em AD:

> Chamaremos discurso uma sequência linguística de dimensão variável, geralmente superior à frase, referida às condições que determinam a produção dessa sequência em relação a outros

> discursos, sendo essas condições propriedades ligadas ao lugar daquele que fala àquele que o discurso visa, isto é, àquele a quem se dirige formal ou informalmente, e ao que é visado através do discurso (Pêcheux, 2011, p.214).

Considerar a gramática e os sistemas linguísticos implica compreender como o discurso articula esses elementos, afeta e provoca efeitos de sentido. E é dessa forma que as análises, necessárias à pesquisa, foram direcionadas.

Ao questionar a historicidade omitida pela Linguística até então, rompe-se com o sistema que se fecha no campo da língua para observar um trabalho sempre em aberto. É assim que “ela é Mãe” interroga: de qual Mãe está se falando, e sob qual perspectiva, pois há efeitos de sentidos aos quais uma explicação estrutural da frase não satisfaz. Interpretar um discurso nunca é definir um sentido, mas por meio das CP observadas pelo analista, contemplar os efeitos de sentido que são provocados. Explica Leandro-Ferreira: “[...] o sentido passa a ser compreendido como um efeito, produzido pela relação entre aquilo que é interno ao sistema linguístico e o que age de fora, oriundo do espaço sócio-histórico” (Leandro-Ferreira, 2020, p.47).

Para o analista, a partir da AD, torna-se insustentável analisar um texto apenas em sua materialidade, pois,

> [...] as condições de produção representam uma exterioridade que sustenta o dizer, de forma que as relações de sentido vão sendo construídas a cada tomada de palavra [...] fortalecem o liame entre língua e história, fundamentos do processo discursivo, trazendo às circunstâncias da enunciação (contexto imediato), a historicidade dos sentidos (Leandro-Ferreira, 2020, p. 50).

É assim que se concebe o indivíduo como sujeito assujeitado pela ideologia e, portanto, afetado pela ilusão de ser senhor do que enuncia, inconsciente ao processo da não-consciência dos sentidos em um discurso que o determina.

Quando alguém enuncia “ela é Mãe”, não há particularidades a serem analisadas, mas uma construção com memória social, cultural e ideológica referenciadas historicamente. Para Pêcheux (2015), assinalar isso significa apontar para o espaço “[...] de transformações do sentido, escapando a qualquer norma estabelecida a priori, de um trabalho do sentido sobre o sentido, tomados no relançar indefinido das interpretações” (Pêcheux, 2015, p, 51). Ou seja, não se trata “do” sentido, mas de sentidos plurais que serão atribuídos a depender de construções que

não pertencem a estrutura da língua, mas às CP do discurso e que podem ser relançados em conformidade à FD que pertencem.

O que se quer chamar à reflexão é o fato de que, na circulação social, o emprego de “ela é Mãe” acontece em cenas distintas como quando a criança perde uma prova, se não tomou a vacina, se foi deixada sozinha, se houve um aborto voluntário, se houve abandono. Os sentidos de “ela é Mãe” acompanham diversas situações cotidianas e são compartilhados por sujeitos distintos, seja pela mãe ou pelo pai, médicos, vizinhos, colegas de trabalho, padre, pastor. Ao falar sobre a Mãe, os sujeitos enunciam o que está posto pelo discurso.

Assim declara Pêcheux:

> Se é verdade que a ideologia “recruta” sujeitos entre os indivíduos [...] e que ela os recruta a todos, é preciso então, compreender de que modo os “voluntários” são designados nesse recrutamento, isto é, no que nos diz respeito, de que modo todos os indivíduos recebem como evidente o sentido do que ouvem e dizem, lêem ou escrevem (do que eles querem e do que se quer lhes dizer), enquanto “sujeitos-falantes” (Pêcheux, 2014, p.144).

É assim que, tanto quem enuncia acerca da Mãe quanto quem ocupa este lugar, são sujeitos recrutados, nas palavras do filósofo francês, pela ideologia e assim se colocam diante dos sentidos que a FD da maternidade constitui. Portanto, “ela é Mãe” expande a superfície linguística e encontra o discurso. Segundo Pêcheux, “[...] é *impossível analisar um discurso* como um texto, isto é, como uma sequência linguística fechada sobre si mesma, mas é necessário referi-lo ao conjunto de discursos possíveis a partir de um estado definido das condições de produção (Pêcheux,1997, p. 79).

Só se pode chegar a isso porque a AD é um dispositivo metodológico e analítico que rompeu com a Linguística, acerca de suas fronteiras, e buscou no campo da Psicanálise, bem como do Materialismo Histórico as alianças que compreendeu necessárias para uma interpretação.

“Ela é Mãe” não trata do óbvio e de uma estrutura. Trata-se de um acontecimento discursivo que leva ao que é ser Mãe? Quando? Para quem? Por quê? É assim que a pesquisa se ocupa dos enunciados das mães de crianças em tratamento no CEAPAC, apontando para o lugar Mãe referido ideologicamente. Ou

seja, “ser Mãe” e enunciar desse lugar não é uma expressão pontual e, sim, histórica e discursiva.

Segundo Badinter (1985):

> É em função das necessidades e dos valores dominantes de uma dada sociedade que se determinam os papéis respectivos do pai, da mãe e do filho. Quando o farol ideológico ilumina apenas o homem-pai e lhe dá todos os poderes, a mãe passa à sombra e sua condição se assemelha à da criança. Inversamente, quando a sociedade se interessa pela criança, por sua sobrevivência e educação, o foco é apontado para a mãe, que se torna a personagem essencial, em detrimento do pai (Badinter, 1985, p. 26).

A depender de como a sociedade se constitui e o que se coloca em relação à composição familiar, o *status* da Mãe muda. Portanto, ser Mãe hoje e há 30 anos não significa a mesma coisa. Além disso, ser Mãe de uma classe social não é o mesmo que em outra. Tal realidade ocorre em culturas diferentes. Enquadrar “ser Mãe” sob efeito de totalidade é um equívoco.

Organização social, ditames econômicos e políticos, relações biológicas com o meio e funcionamento cultural definem os lugares que cada sujeito ocupa na sociedade e na família. A mulher, biologicamente mamífera e fisicamente diferente do homem, foi se constituindo por um lugar historicizado. O fato dela gestar, parir e amamentar tem fator importante na constituição de seu papel, ou seja, são atribuições que produzem significados para a posição feminina de um modo geral.

Iaconelli (2020) explica:

> A diferença sexual é expressa por meio de diferença de costumes, em todas as culturas estudadas até hoje, e esse reconhecimento pode fazer supor que algo de natureza biológica imprima uma consequência inequívoca ao destino social humano, seja de valor, seja de poder (Iaconelli, 2020, p.39).

Aquilo que é dado a ver, o corpo, aparece como o primeiro imperativo de orientação dos lugares dos gêneros, e consequentemente, do lugar que interessa a este trabalho, que é o da Mãe. Porém, a psicanalista alerta: “[...] se por vezes se encontram confundidos os papéis de mãe e mulher, tal confusão se dá a partir de questões ideológicas e não de uma pretensa natureza feminina” (Iaconelli, 2020, p. 39).

Diante disso, é preciso ressaltar que, embora hoje se possa avançar nos estudos e compreender que a definição de Mãe (sujeito) é atravessada por campos diversos, isso não é consciente para a própria mãe (empírica) ao desempenhar seu papel, sejam quais forem as condições estritas de produção. O discurso vem antes e a mãe veste-se dele. Como citado na introdução deste trabalho, Pêcheux (2014) explica que a ideologia fornece as evidências que fazem com que “todo mundo” saiba o que é uma Mãe. É diante desse funcionamento que “ela é Mãe” não se trata de uma compreensão simples.

Quando o filósofo explica que a forma-sujeito do discurso é a identificação do sujeito com a FD que o constitui, pode-se concluir que tanto a Mãe quanto quem fala da Mãe são sujeitos convocados pelo discurso a enunciar, pensar, agir, em conformidade ao que já está dado e apontando para a Mãe discursiva. Compreender o que é ser Mãe (e colado a isso, o que é a boa Mãe, a Mãe má e o que esperar de uma Mãe), na linguagem, encontra-se na sua exterioridade e é importante para chegar ao discurso da maternidade.

Segundo Iaconelli (2020):

> O que denominamos *boa mãe* é uma ideia construída historicamente, em um processo sociocultural que desemboca, na atualidade, nos cuidados médicos e psicológicos oferecidos às mulheres e a seus bebês e que, como se sabe, vêm sendo alvo de transformações radicais (Iaconelli, 2020, p. 22).

A autora se ocupa em traçar um histórico para, com isso, entender os motivos de, mesmo havendo (em algumas culturas e tempos atuais) identificação do homem com a “função materna”[14], ainda há algo que é específico e destinado à mulher. O porquê de se atribuir à mãe (anatomicamente mulher) a função (psíquica), as responsabilidades (legais), cuidados (físicos) e afeto (cultura) de um filho, em primeira ou única instância é pensado no campo da ideologia.

---

[14] Para compreender as funções parentais, sob a ótica da Psicanálise, segue a explicação da autora: O uso do termo função parental engloba duas vertentes, ditas, materna e paterna, erroneamente associadas à figura da mãe e do pai e, consequentemente, à da mulher e do homem, o que pode fazer supor que haja algo dado pelo organismo no exercício destas funções [...]. No entanto, como o próprio termo diz, trata-se de funções, e como tais, podem ser exercidas por diferentes sujeitos, não estando definidas a partir do sexo ou do gênero (Iaconelli, 2020, p.19).

Para acompanhar uma parte desse processo que determina o que é ser Mãe, a partir dos enunciados desta pesquisa, faz-se necessário reforçar o fato de que está em jogo, na produção de sentidos: a cultura, o período histórico e a classe socioeconômica. Ainda que sejam contemporâneas e conterrâneas, “ser Mãe” (boa ou má) não tem o mesmo sentido para a vassala e para a nobre; para a esposa e a cortesã; para a operária e a burguesa.

Portanto, “ela é Mãe” tem uma história, anterior a CP estrita desta pesquisa, e se atualiza aos anos 2020/2021, na cidade de Cascavel-PR, no Brasil. A Mãe nos discursos das mães do CEAPAC, ouvidas nas entrevistas deste trabalho, é a Mãe ocidental, num país em desenvolvimento. A tradição cultural brasileira tem raízes importantes, que envolvem a incorporação de tradições (principalmente europeias) as quais fazem parte da colonização e, aos poucos, abraçam modelos de países que historicamente e economicamente, em tempos diferentes, se colocam como espelho para o povo brasileiro.

Badinter (1985; 2011) faz um traçado histórico, sobretudo para refletir sobre a Mãe europeia e, especialmente, a francesa. A filósofa mostra o quanto a questão da maternidade sempre esteve atrelada à história da família e à posição de seus membros na relação dela com os ditames socioculturais e econômicos. O lugar da Mãe é determinado pelo *status* atribuídos ao pai e ao filho, atravessados pelo que se deve cumprir na dinâmica social de cada época e cada cultura.

Assim:

> A mãe, no sentido habitual da palavra (isto é, a mulher casada que tem filhos legítimos), é uma personagem relativa e tridimensional. Relativa porque ela só se concebe em relação ao pai e ao filho. Tridimensional porque, além dessa dupla relação, a mãe é também uma mulher, isto é, um ser específico dotado de aspirações próprias que frequëntemente nada têm a ver com as do esposo ou com os desejos do filho (Badinter, 1985, p. 24).

Ou seja, para que se possa olhar para a Mãe como um papel a ser colocado em exercício no social e no discursivo, é preciso observar um funcionamento complexo, que não é individual, e que está sempre em relação a outros papéis, afetado por discursos em CP amplas. “A” Mãe não define uma, nem todas. É uma construção discursiva passível de ressignificações sempre acompanhada de uma memória sócio-histórica.

Da mesma forma, essa constatação vale para o lugar do filho e do pai, de maneira que compreender esse jogo de lugares é trabalhar com as condições relativas e tridimensionais apontadas por Badinter (1985); é a Mãe do discurso, com os entrelaçamentos que a definem, que se colocam em destaque nesta pesquisa.

Em momentos diferentes da história, a definição de Mãe, relativa e tridimensional, em seu lugar e sua função, foi determinada conforme atravessamentos religiosos, políticos e biológicos, e seus desdobramentos.

A filósofa faz um percurso importante que mostra o quanto os discursos foram organizando sentidos baseados na natureza, na religiosidade e na organização política. Num primeiro momento, a partir de Aristóteles, a mulher seria naturalmente inferior e teria como mérito, único e específico, ser um bom ventre (Badinter, 1985). Por séculos, a mulher ficou à margem de questões políticas e discussões sociais.

Na Antiguidade:

> O homem [...] concentrou seu interesse em alguns aspectos da realidade, enquanto as mulheres ampliaram sua perspectiva a fim de considerar, de maneira simultânea, o imediato e o necessário, a partir de sua função maternal – inclinada a proteger e devolver a vida -, na qual focavam o seu sentido de ser (Robles, 2019, p.16).

Ao homem, cabia pensar e discutir sobre a vida e a existência atemporal. À mulher, ficava a função presente de gerar e cuidar da vida que havia gerado. Era o natural.

A justificativa da natureza, baseada nas funções biológicas de uma fêmea humana, persegue o lugar de ocupação da mulher. Vão se construindo explicações sobre sua fragilidade natural e sua função social pelo fato de gerar um filho e, “naturalmente”, ser responsável pelo que cerca o nascimento e crescimento da cria.

Com a religiosidade, sobretudo cristã, a partir da Idade Média, além da natureza biológica, advém o discurso da natureza moral que, num primeiro momento, coloca Eva como figura mais autônoma do que o passivo e obediente Adão, mas que inspira conjecturas sobre sua ação desobediente:

> É provável que o impulso pela mudança proviesse de sua consciência primordial de fecundidade, já que a mulher fora talhada para isso desde o início, ou seja, para criar ou gerar vida, o que equivale a existir para o movimento e, como se sabe, a condição de uma atividade civilizadora é a mudança de um estado para outro, fato que, de todas

> as maneiras, explica a existência de seu espírito transgressor (Robles, 2019, p. 41).

A mulher, pela sua natureza geradora de vida, com as mesmas funções biológicas, do silencioso lugar na Antiguidade, passa a uma figura perigosa na Idade Média, pelo movimento moral que o seu poder gerador opera. São significantes que não passam despercebido na construção de sentidos sobre o que é uma Mãe e que são recuperados pela memória discursiva.

A Igreja recupera a supremacia do pai, pela analogia ao poder do Pai celestial. Deus é responsável pelos seus filhos, portanto, o pai terreno tem poder pela posição que ocupa no núcleo familiar. Para Badinter (1985), os responsáveis pela Igreja "contentaram-se em justificar a autoridade paterna repetindo que o Pai era responsável perante Deus pelos filhos, e que era preciso dar-lhe os meios de assumir tal responsabilidade" (Badinter, 1985, p. 36). Mais adiante, numa mesma equação de lugares em posições diferentes, Deus, rei e pai, sustentam seus lugares de poder em cada escala, sendo o filho e a mãe obedientes ao pai no núcleo familiar. Por conseguinte, o pai obedece ao rei e este, apenas a Deus. Cada um possui a responsabilidade de cuidar dos seus.

A Idade Moderna, o comércio e a formação das cidades reorganizam a corrente que sustenta o patriarcado nas várias instâncias necessárias para manter a organização. Segundo Fazoli Filho: "A partir da crise feudal, o desenvolvimento urbano, configurado como fenômeno marcante, levou as cidades a concentrarem os pólos nevrálgicos da atividade econômica e política: bancos sedes das grandes empresas, governos etc." (Filho, 1976, p. 193).

As células sociais precisam de ordem política e econômica colocando Igreja e Estado numa relação fortalecida por conveniências. "O Estado, menos liberal que a Igreja, não pretendia deixar subtrair os filhos à autoridade paterna. Fortaleceu os direitos do chefe de família para evitar que se instalasse a desordem na menor célula social" (Badinter, 1985, p. 42).

Desse ponto em diante, Badinter (1985) segue estudando a sociedade europeia na compreensão das questões acerca da maternidade, sobretudo da mãe da sociedade francesa. E é nesse ponto que se faz necessário olhar para as confluências do discurso no que remonta à Mãe no Brasil. Buscar esse caminho histórico se faz necessário pois, citando Pêcheux (2020), "[...] a condição inalienável para a

subjetividade é a língua, a história e o mecanismo ideológico pelo qual o sujeito se constitui" (Pêcheux, 2020, p.57). Foi preciso prosseguir no campo histórico para encontrar o sujeito-mãe.

As grandes navegações acontecem na Idade Moderna. O desenvolvimento técnico comercial que acontecia na Europa passa a buscar novos horizontes de conquista e circulação de mercadorias. Fazoli (1976) aponta vários fatores que contribuíram para o deslocamento dos portugueses em expedições marítimas. Tinham uma monarquia centralizada, posição geográfica favorável e habilidades náuticas inovadoras, além da influência e aperfeiçoamento da própria navegação. Ou seja, é com sede de novidades que ao encontrar as terras, futuramente brasileiras, os portugueses iniciaram uma colonização imbricada culturalmente.

Nas palavras de Darcy Ribeiro (1995):

> A sociedade e a cultura brasileiras são conformadas como variantes da versão lusitana da tradição civilizatória européia ocidental, diferenciadas por coloridos herdados dos índicos americanos e dos negros africanos. O Brasil emerge assim, como um renovo mutante, remarcado de características próprias, mas atado genericamente à matriz portuguesa [...] (Ribeiro, 1995, p. 20).

De que modo a origem da colonização brasileira poderia afetar os discursos relativos à Mãe? Ocorre que as relações familiares e o lugar dos membros da família estão diretamente ligados às atividades econômicas. Primeiro, à lavoura e à exploração agrícola. Depois, às atividades pertinentes à urbanização que, também, foi permeada pela organização das atividades de trabalho ligadas à exploração.

As relações comerciais e a expansão de fronteiras promoveram uma economia mundial, mas com unidades de funcionamento que foram se adaptando e construindo formatos de trabalho, que levavam em conta a localidade e as novidades de além-mar. Num primeiro momento, esse movimento aconteceu no campo e, depois, na urbanização e industrialização.

Darcy Ribeiro (1995) aponta que a colonização da América Latina e, sobretudo, brasileira vai se constituindo de modo particular: "Cá, o barroco das gentes ibéricas, mestiçadas, que se mesclavam com os índios, não lhes reconhecendo direitos que não fosse o de se multiplicarem em mais braços, postos a seu serviço" (Ribeiro, 1995, p. 69).

Outro estudioso da formação brasileira, Sérgio Buarque do Holanda (1995), ressalta a natureza e o que vem com suas particularidades no tocante à colonização de europeus e, principalmente, portugueses no território brasileiro. Tratava-se de povos com tradição e história civilizatória antiga, costumes e cultura típicos de uma geografia muito diferente. No Novo Mundo, tudo parecia exótico e a forçagem de costumes era uma tarefa.

Segundo ele:

> A tentativa de implantação da cultura européia em extenso território, dotado de condições naturais, se não adversas, largamente estranhas à sua tradição milenar, é, nas origens da sociedade brasileira, o fato dominante e mais rico em conseqüências. Trazendo de países distantes nossas formas de convívio, nossas instituições, nossas idéias, e timbrando em manter tudo isso em ambiente muitas vezes desfavorável e hostil, somos ainda hoje uns desterrados em nossa terra (Holanda, 1995, p.31).

Havia a mãe indígena; havia a mãe africana; havia a mãe europeia. Para todas, um jeito de ocupar o lugar de mãe, acordado com sua cultura, com os pés em seu território. Todas precisaram adaptar-se, fosse em relação ao aniquilamento cultural, fosse em função do trabalho e à condição escrava, fosse à geografia. Esses aspectos produzem sentidos que, ao se juntarem a “ela é Mãe”, em referência à posição sociocultural de cada uma delas, poderiam ser traduzidos com significados diferentes. Mas o significante as une. Ou seja, em CP diferentes a Mãe vai se constituindo em vista de uma memória que passa a traduzi-la dando contorno a uma identificação com a FD.

Nessa configuração de adaptações, é indissociável o trabalho da ideologia capitalista - conforme reconhecida ao longo dos estudos -, funcionando na diferença de classes. Pêcheux (1997), olhando para o funcionamento da língua, observa que processos discursivos mostram a diferença de lugares na estrutura social e que são:

> [...] lugares dos quais a sociologia pode escrever o feixe de traços objetivos característicos: assim, por exemplo, no interior da esfera da produção econômica, os lugares do ‘patrão’ (diretor, chefe da empresa etc.), do funcionário de repartição, do contramestre, do operário, são marcados por propriedades diferenciais determináveis (Pêcheux, 1977, p. 82).

É assim que cada um terá uma imagem, determinada ideologicamente, para responder ao “ela é Mãe” da indígena com sua relação natural com o meio, ou a europeia, cuja tarefa era colonizar, mantendo, contudo, o significante que as une. E é assim que as mães desta pesquisa enunciam tendo uma imagem de si e da Mãe que interdiscursivamente falam nelas.

Deve-se salientar que foi nesse funcionamento de imagens sobre aquelas mulheres, seja da sociedade ou entre elas, que uma historicidade sobre a Mãe brasileira foi se construindo e, mais tarde, juntando-se a outros modelos importados nas relações que a expansão de fronteiras foi promovendo.

Assim, o que poderá ser observado com as análises são enunciados em que a mulher que enuncia projeta uma imagem do lugar Mãe que ocupa. Projeta a si, as outras, e aquilo que outras pessoas podem pensar sobre ela, enquanto pertencente a esse lugar.

Sobre os costumes das mães formadoras da Mãe dita brasileira (e que não é o objetivo desta pesquisa aprofundar), pode-se também destacar outras características para se pensar o que se estabelece como sentidos colados ao discurso da maternidade: a promessa de um paraíso terrestre e a organização acerca da maternidade, construída pela mescla de culturas.

Na construção da Mãe e do amor materno amplamente pesquisada por Badinter (1985), a natureza desse lugar (seja biológica, moral ou religiosa), tem ecos que sustentam o discurso e, no Brasil, não é diferente. O elo com a natureza ancora-se no processo colonizador pela promissora realização de um paraíso terrestre.

No prefácio da segunda edição de Visão do Paraíso, Holanda (2000) dá conta de que um clichê se estabelece nas primeiras cartas que noticiam a chegada às terras brasileiras e, citando Rui Pereira, numa carta de 1560, confirma: “se houvesse paraíso na terra eu diria que agora o havia no Brasil” (Holanda, 2000, p. XXI)? Esse enlace edílico das terras brasileiras com o paraíso bíblico transcende as primeiras cartas e, como será visto nas análises da seção 3, produzem efeitos de sentidos sobre a Mãe.

Essa imagem, que se estabelece atravessada pelo discurso religioso na busca de encontrar o Eden terreno, faz sua marca. Holanda (2000) segue:

> Já às primeiras notícias de Colombo sobre as suas índias tinham começado a desvanecer-se naquele Novo Mundo os limites do possível. E se todas as coisas ali surgiram magnificadas para quem as viu com os olhos da cara, apalpou com as mãos, calcou com os

> pés, não seria estranhável que elas se tornassem ainda mais portentosas para os que sem maior trabalho e só com o ouvir e sonhar se tinham por satisfeitos. Nada parece, aliás, quadrar melhor, com certa sabedoria sedentária do que a impaciência de tudo resolver, opinar, generalizar e decidir a qualquer preço, pois o ânimo ocioso não raro se ajusta com a imaginação aventureira e, muitas vezes, de onde mais minguada for a experiência, mais enfunada sairá a fantasia (Holanda, 2000, p. 6).

As terras brasileiras, em sua abundância de natureza tropical e de um povo amalgamado a essa natureza, produziram efeitos de paraíso num primeiro momento. Se isso é explícito em cartas dos navegadores, também pode ser pensado quando se particulariza e analisa o que há sobre a “natureza” no discurso da maternidade. A Mãe brasileira é um encontro de culturas em solo tropical e propício para a vida ligada à natureza. Há um reforço daquilo que já foi aproximado na Antiguidade, diga-se, o natural naquilo que é função do corpo feminino e somente ao corpo feminino. Ou seja, gestar e parir.

Badinter (1985), ao pesquisar acerca do amor materno, explica e mostra como essa condição é um dos sentidos acerca da FD da maternidade, que pode ser ligada à natureza:

> O amor materno foi por tanto tempo concebido em termos de instinto que acreditamos facilmente que tal comportamento seja parte da natureza da mulher, seja qual for o tempo ou o meio que a cercam. Aos nossos olhos, toda mulher, ao se tornar mãe, encontra em si mesma todas as respostas à sua nova condição. Como se uma atividade pré-formada, automática e necessária esperasse apenas a ocasião de se exercer (Badinter, 1985, p. 19).

É importante perceber esse movimento ligado ao que seria natural/biológico; ademais, é essencial observar o quanto isso, na história da maternidade e da mulher, foi servindo ao atravessamento religioso. Esse encontro entre a FD da religião (cristã) e a FD da maternidade contribui para a censura do que pode e deve ser dito, produzindo sentidos sobre a Mãe.

A Mãe brasileira, nos anos 2021-2022, tem seu berço na mãe que se constitui na colônia. Del Priore (1990) faz um levantamento documental que mostra um projeto de povoamento para o novo território; isso mobiliza uma unidade diferente em relação às mães, que passam a coabitar os espaços e que se estabelecem ao mesmo tempo em que um “jeito” (Del Priore, 1990, p.46) do brasileiro vai se constituindo:

> [...] homens, mulheres de raças, credos e condições sociais diversas apenas tentavam adaptar suas sensibilidades, crenças e comportamentos às condições que se engendravam no cotidiano da Colônia, inaugurando uma prática criativa, de linhagem arcaica no Brasil (Del Priore, 1990, p. 46).

Havia interesses de ordem no povoamento da colônia. Tratava-se de um ajuste no encontro de culturas diversas, aliados e alinhados ao modo exploratório da colonização portuguesa. Estado e Igreja normatizavam a conduta sociopolítica entrelaçando as leis jurídicas a morais. Essas eram fundamentais para o funcionamento da sociedade e do trabalho.

As relações conjugais eram diversas tanto nos povos indígenas e, depois, dos escravos africanos, quanto dos colonizadores europeus. Trata-se de casamentos sacramentados pela Igreja e outras combinações (como o concubinato) que, diferentemente dessa, eram reconhecidas como ilícitas (embora frequentes e aceitas socialmente). Aos homens, cabia a condição comercial e exploratória, portanto, de ausências e vivência fora dos domicílios. Assim, o comportamento sexual precisava de barreiras morais para controlar a população de mulheres que viviam sozinhas com seus filhos, sem amparo econômico e, portanto, que afetavam aquele que seria o principal papel feminino: garantir a vida e a educação. Esses marcadores históricos da formação da sociedade e cultura são importantes para o que se compreendeu do lugar-mãe que emerge dos enunciados analisados à diante, pois a Mãe foi sendo constituída em referência ao que lhe cabia diante de cada CP estritas e isso não é indiferente quando se ouve o sujeito referenciado pela FD da maternidade.

Isolada da participação social, a mulher colonial encontrou seu poder no âmbito doméstico, no papel de mãe ou relativo à maternidade[15], que teria a função de criar homens para o povoamento. O ideal materno confunde-se com o ideal de formação do Estado e da sociedade que precisava ser talhada para a produção e exploração dos bens naturais, obedecendo a uma moral cristã.

Desse modo, em casamentos lícitos ou não, reconhecer na mulher um potencial para a formação moral religiosa e afinada com as necessidades políticas

[15] Os domicílios abrigavam combinações familiares dotadas de muitas pessoas. Mães, filhas, sobrinhas, escravas, comadres revezavam o cuidado e a educação das crianças diante da ausência masculina.

flexibilizou a aceitação de sua presença em cultos e manifestações religiosas. A mulher, enquanto mãe, seria aliada ao modelo civilizatório das novas terras.

Havia um “sincretismo sexual, social e religioso” (Del Priore, 1990, p.144), que unificava as práticas femininas de classes sociais distintas, o que resultava em uma prática religiosa e compreensão do catolicismo diferente das firmações do Concílio de Trento.

A Igreja precisava impor-se, pois:

> Como conseqüência [*sic*] destes entrelaçamentos étnicos e culturais, o papel da mulher ganhava importância como elemento sintetizador de velhas tradições, mas também destacava-se como provedor de soluções para problemas que surgiam no dia-a-dia das comunidades (Del Priore, 1990, p.144).

Uma mãe-modelo, diante de combinações maritais e sociais diferentes, ia sendo formada com uma Igreja que procurava atingir “mães-solteiras, concubinadas, abandonadas ou prostituídas” (Del Priore, 1990, p.146), assim como “casadas e viúvas” (idem) perante a licitude das leis sacras.

Pode-se abandonar “Mãe brasileira” (e seus fins didáticos), posto que Mãe é, mais uma vez, uma construção sócio-histórica discursiva, referenciada pela ideologia. Ou seja, Mãe não é um significante arbitrário, dicionarizado. É uma construção discursiva, em que os traços da sociedade, culturas e história produzem os sentidos para que se saiba o que é Mãe, para além do corpo que gera e pare um filho. Isso mostra que, “ela é Mãe” foi enunciado em um momento atualizado cronologicamente (2021), porém, os sentidos evocados são oriundos de uma memória sócio-histórica e ideológica.

A Igreja buscava a ortodoxia, mas entendia que era preciso fazê-lo no interior do “jeito” de viver a religiosidade, buscando um elo entre as mãe*s* lícitas diante de suas leis e as ilícitas, que eram maioria. Erigia-se um papel para a Mãe que não se afasta de outros papéis em outras CP, mas que, historicizada com raízes no território brasileiro, aponta para o fato de que:

> Adestrá-la significava adestrar toda a sua descendência, mas significava também retirar das práticas tradicionais, experimentadas por tais mulheres, elementos para a construção de um modelo ideal. Fazia-se necessário encontrar brechas nas práticas correntes para transformá-las a partir de um critério que fizesse sentido para as mulheres (Del Priore, 1990, p. 146).

A promessa do paraíso, ao encontrar-se com a necessidade de ordenação ao sincretismo social, cultural e religioso, teve como consequência um discurso que procurasse a disciplina e a proximidade à ortodoxia. A culpa aparece como resultado do não cumprimento à ordem e à disciplina que o projeto colonial pretendia. Ao analisar as SDs deste trabalho, será possível encontrá-la no discurso materno, produzindo sentidos que não param no colonialismo e que se atualizam.

A partir do colocado, um julgamento se manifesta ancorado pelo discurso. A culpa circula em um funcionamento cuja memória discursiva é evocada e que a próxima seção mostrará de modo específico: há uma ré, a Mãe, e a sentença da culpa foi encontrada em sua possível origem e se mostra endossada pelo outro. Culpa que, admitida pelos sujeitos, mobiliza atenuantes como a negação, e o amor materno.

3. FUNCIONAMENTO DISCURSIVO DA CULPA

3.1 Memória, interdiscurso e formação discursiva

Junto da historicização do lugar da Mãe e do discurso que remete a esse lugar, pode-se começar a trabalhar aquilo que, especificamente, produz efeitos de culpa, em vista do funcionamento da memória discursiva.

Não se trata da memória como faculdade atribuída a um sistema neurobiológico daquilo que leva à lembrança. Em AD, a memória remete "a um conjunto complexo, preexistente e exterior ao organismo constituído por séries de tecidos de *índices legíveis*, construindo um corpus sócio-histórico de traços" (Pêcheux, [1990] 2015, p. 142). Um "corpus sócio-histórico", em sujeitos sócio-históricos, que são atravessados por certa memória quando produzem um enunciado.

É assim que:

> [...] a memória discursiva seria aquilo que, face a um texto que surge como acontecimento a ler, vem restabelecer os "implícitos" (quer dizer, mais tecnicamente, os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos-transversos, etc.) de que sua leitura necessita: a condição do legível em relação ao próprio legível (Pêcheux, 2020, p.48).

Ler o discurso significa ler os implícitos, cujos sentidos formam um quadro em que o que se ouve não são enunciados específicos e pontuais e sim, os ecos de uma memória que é ancorada em formações imaginárias anteriores ao que se diz.

Ao que se enuncia, não há trabalho sobre a literalidade do que a superfície linguística coloca, mas sobre a relação de sentidos que acontece, em que, como ensinado por Pêcheux (1969), no início do seu projeto para a AD, " o que funciona nos processos discursivos é uma série de formações imaginárias que designam o lugar que A e B se atribuem cada um a si e ao outro, a imagem que eles fazem de seu próprio lugar e do lugar do outro" (Pêcheux, 1969, p.82).

As formações imaginárias colocadas em funcionamento resultam em discursos cujos "implícitos" (Pêcheux, 2020, p.48) se regularizam, "sob a forma de remissões, de retomadas e de efeitos de paráfrase" (idem). Aquilo que é externo à língua e o que

se evidencia na língua pertencem ao mesmo processo discursivo, conduzido pela memória e as imagens entre sujeitos.

O termo culpa aparece nos enunciados e é dita, como será mostrado, mas os sentidos que evocam o que os sujeitos tratam como sentimento são referenciados ao que a ideologia sustenta, sem que as mães saibam disso de modo consciente. É o que Pêcheux (2014) chama de esquecimentos. O esquecimento nº1 é efeito da interpelação do sujeito e de sua filiação à FD que o determina. Constituindo-se na ocultação dessa determinação, que é ideológica e inconsciente, o sujeito enuncia sob escolhas linguísticas que lhe garantem uma posição como sujeito empírico (forma-sujeito), que transita socialmente. Pêcheux (2014) mostra que "o efeito da forma-sujeito do discurso é, pois, sobretudo, o de mascarar o objeto daquilo que chamamos de esquecimento nº 1, pelo viés de funcionamento do esquecimento nº 2" (Pêcheux, 2014, p. 165).

Ao enunciar, a mãe seleciona palavras e expressões possíveis de serem enunciadas na FD da maternidade. Maternidade, para as mães da pesquisa, significa, por exemplo: ***É a realização assim, da minha vida (SD1)***[16]***; Eu amo ser mãe (SD2)****;* ***Maternidade pra mim é amor, é acolhimento (SD3).*** O que se pode afirmar é que a Mãe, que se identifica ao discurso da maternidade, não poderia elucubrar outros termos. Os sentidos de "plenitude", "amor incondicional", "realização", "natureza instintiva", construídos historicamente e na cultura, atravessam o dizer de quem enuncia a partir do lugar materno. Esse terreno se sustenta num campo semântico seguro, porque é o terreno próprio da FD (neste caso, da maternidade). É preciso lembrar que, como tratado na seção sobre a constituição do *corpus,* a partir da ideologia, o sujeito incorpora a FD e só diz a partir do que é possível com respaldo da língua.

Essas escolhas de dizeres possíveis parecem conscientes para a mãe devido ao "retorno sobre si do fio de seu discurso" (Pêcheux, 2014, p. 162). Eis que, ***maternidade para mim***, parece uma formação consciente ao que a língua permite (sou "eu" quem está falando; é o que é para "mim"), porém, o vínculo desse enunciado está inscrito numa identificação inconsciente. A partir da descoberta freudiana, o inconsciente, Althusser (1995) faz uma retomada que Pêcheux (2014) traz ao terreno

[16] Doravante, as SDs selecionadas a partir das entrevistas serão encontradas com o destaque em itálico.

da AD. O esquecimento nº 2 seria o enlace inconsciente da ideologia com o qual o sujeito transita com suas escolhas de dizeres que, sobretudo, são efeitos do que já está posto.

Pêcheux (1975 [2014]) afirma:

> Compreende-se, pois, que aquilo que continuaremos chamando de esquecimento nº2 *cobre exatamente o funcionamento do sujeito do discurso na formação discursiva que o domina, e que é aí, precisamente, que se apoia sua "liberdade" de sujeito-falante* (Pêcheux, 2014, p. 164).

É assim que a interpelação ideológica faz com que a Mãe filiada à FD enuncie evidenciando o discurso que constitui o que pode ser dito, e que na superfície da língua encontram marcadores de um sujeito que parece ser consciente e comum. Marcadores, como "né" e "sabe", aparecem de modo recorrente nos enunciados em que as mães mostram efeitos de obviedade e compreensão mútua ao que se enuncia.

Isso ocorre de modo inconsciente e numa espécie de pacto pelo "já ouvido" e o "já dito", colocando os sujeitos como cúmplices do discurso. ***Aquilo ali, meu Deus do céu! Como que que uma mãe tá sentindo, né (SD4)?*** Não é preciso explicar. Se há uma Mãe sentindo, o efeito que se tem é que já se sabe de que sentimento se trata; ***Todo pai e mãe não que que a criança passe pelo que ele vai ter que passar, né (SD5)?*** *O enunciado aponta,* **todo**, e o efeito é que não há exceção*;* ***Que nem diz o outro: se Deus mandar, tranquilo, né (SD6)?*** Ou seja, *s*e o desejo é divino é **tranquilo**, provocando um efeito de que está tudo bem e resolvido; é aceitável. Está dado e certo de que é **tranquilo** porque foi Deus quem mandou.

Outras SDs podem ser citadas num conjunto em que os termos "né" e "sabe", apesar de serem apresentados em sentenças interrogativas, produzem efeito de afirmação em que os sujeitos concordam que é definido o que se sente, o que se quer, como agir, no lugar que se ocupa, em especial, acerca da maternidade, que é eixo desta pesquisa. ***O mais bonito é o amor, né (SD7)? O mais difícil acho que é educar eles, né (SD8)?; Você tem que se adaptar tudo de novo, né (SD9)? Mas é gratificante, sabe (SD10)? Tava com muito medo, sabe (SD11)?***

Todo mundo sabe. Não é preciso explicar. Está dado pela FD e é a memória discursiva que proporciona esse efeito*.* É assim que tanto a Mãe, sujeito que enuncia as SDs, quanto os sujeitos, que ouvem em outros contextos e, no caso deste trabalho, a pesquisadora que analisa, se servem de um processo de produção e interpretação

que Pêcheux (2014) chamou de “essencial” porque “reside de fato na existência de um corpo sócio-histórico de traços discursivos que constitui o espaço de memória da sequência” (Pêcheux 2014, p. 145).

E o autor segue dizendo que “esse corpo de traços” é o interdiscurso, “exterior e anterior à existência de uma sequência dada” (idem). No interior da própria FD, há um conjunto de saberes que o sujeito não percebe que reproduz, mas que entende como algo que está dado (“né”); a memória, enquanto traço interdiscursivo, autoriza os dizeres de agora sob ecos do que já foi dito, antes e em outro lugar.

Retirando do sujeito a consciência absoluta no que diz, os sentidos e implícitos de um enunciado não são origem, mas efeito da discursividade. Novamente se toca no entrelaçamento ideológico e inconsciente do sujeito com aquilo que o precede.

Em Pêcheux (2014):

> Isto supõe que o sujeito deixe de ser considerado como o eu-consciência *mestre do sentido* e seja reconhecido como *assujeitado ao discurso*: da noção da subjetividade ou intersubjetividade passamos assim a de assujeitamento. O efeito-sujeito aparece então como resultado do processo de assujeitamento e, em particular, do assujeitamento discursivo (Pêcheux, 2014, p.156).

Diante dos esquecimentos (nº 1 e nº 2), o filósofo também mostra o funcionamento dos significantes ideológicos pelo que chama de pré-construído e discurso transverso. O próprio sujeito, tendo esquecido, reinscreve em seu discurso os significantes que sustentam a FD, interdiscursivamente. O retorno do já-dito é subjetivo, pois está no implícito e, ao mesmo tempo, objetivo nas formas da língua.

Lembrando que interdiscurso “compreende o conjunto das **formações discursivas** e se inscreve no nível da constituição do discurso, na medida em que trabalha com a re-significação do sujeito” (Leandro-Ferreira, 2020, p. 18), ao retomar a SD6 - quando se tem ***Que nem diz o outro: se Deus mandar, tranquilo, né?*** - atribui-se ao pronome ***outro***, diferente de si, um dizer que, para a mãe é uma forma de validar o que ela diz num consenso mútuo, ***né***? E novamente um saber compartilhado de que, ***Se Deus mandar***, é ***tranquilo***. E isso faz refletir sobre o fato de que o que leva a essa certeza da tranquilidade é o atravessamento que coloca a figura divina como símbolo da aceitação e da palavra definitiva que também é compartilhado sem maiores explicações.

As escolhas adotadas pelo sujeito (porque são anteriores a ele), são o que Pêcheux (2014) denomina como pré-construído, sendo “[...] ’aquilo que todo mundo sabe’, isto é, aos conteúdos de pensamento do ‘sujeito universal’ suporte da identificação àquilo que todo mundo, em uma ‘situação’ dada, pode ser e entender, sob a forma de evidências do ‘contexto situacional’” (Pêcheux 2014, p. 159).

Ao enunciar, a Mãe não se estende em explicações, pois no jogo de imagens pré-estabelecidas entre sujeitos e sentidos, não é necessário. Junto a isso, o que retorna sob o modo de articulação é o discurso transverso. Há atravessamentos no enunciado acima (escolhido, entre outros, para exemplificação), que, evocados pelo dito, representam a religião e sua presença no discurso do sujeito (***se Deus mandar, tranquilo***), a não origem no que se diz (***que nem diz o outro*** – em outro lugar e independentemente do sujeito empírico) e o que está posto pela FD (***né?***).

É a ideologia enquanto Outro (inconsciente e sócio-histórico), falando na Mãe (sujeito interpelado) sob uma forma (a língua) que é sempre representação.

> Diremos que a marca do inconsciente como “discurso do Outro” designa no sujeito a presença eficaz do “Sujeito”, que faz com que todo sujeito “funcione”, isto é, tome posição, “em total consciência e em total liberdade”, tome iniciativas pelas quais se torna “responsável” como autor de seus atos etc., e as noções de *asserção* e de *enunciação* estão aí para designar, no domínio da “linguagem”, os atos de tomada de posição do sujeito enquanto sujeito-falante (Pêcheux, 2014, p.159).

Pêcheux (2014), ao mostrar o funcionamento do sujeito e dos sentidos contribui para o que se vê enquanto funcionamento do significante culpa na FD da maternidade. O que se quer dizer é que, culpa não diz respeito a um sentimento ou a uma atribuição específica da mãe entrevistada porque, conscientemente, infringiu algo do qual era responsável. Culpa é um significante que produz sentidos antes, em outro lugar e em outros sujeitos. A culpada é a Mãe discursiva pois, a mãe concreta, aquela que deu à luz a criança que tem FLP, não tem como ser responsável ou culpada pela condição dessa malformação. Não foi o que ela comeu, a medicação que usou, a atividade que executou. Por outro lado, essa mãe real, também, não questionou, primeiro, o que o pai fez ou ingeriu. Não se trata do casal parental da vida biológica que ali se apresenta em tratamento e do sentimento da mãe e sim, de um efeito de sentido promovido pelo discurso, que se coloca antes de qualquer elaboração intelectual e consciente sobre o assunto.

Portanto, o que funciona na FD da maternidade são sujeitos constituídos pelo já-dito que a memória restitui com seus implícitos e cujos significantes são dados pelo interdiscurso.

Em Pêcheux (2014): “Observemos, por outro lado, que o *interdiscurso enquanto pré-construído*, que fornece, por assim dizer, a matéria-prima na qual o sujeito se constitui como ‘sujeito falante’, com a formação discursiva que o assujeita” (Pêcheux, 2014, p. 154). O interdiscurso conduz o assujeitamento e, a posteriori, também a matéria-prima para que o analista trabalhe com o discurso ao mexer com os sentidos das SDs.

A FD da maternidade se encontra com a FD da religião e pelo efeito de júri, emprestado da FD jurídica, em que se tem uma ré (a mãe), uma sentença (culpada) e um julgamento (sócio-histórico e cultural). Ambas fornecem as leis, morais e jurídicas (respectivamente), que regem as condutas sociais desde a formação da cultura dita brasileira. Esses atravessamentos se unem à memória discursiva resultando nos enunciados possíveis de serem ditos

O que rege Igreja e Estado em relação à culpabilidade[17] perante o descumprimento de suas regras é o princípio do livre arbítrio. Esse foi sustentado pelo padre e filósofo Santo Tomás de Aquino, no séc. XIII, num pensamento que buscava a ligação entre fé e razão. Diante da construção doutrinal sobre o tema, ele responde:

> Mas o homem, pela virtude da razão, julgando sobre as coisas a agir, pode também julgar enquanto conhece a razão do fim e disso que está para o fim, e a conformidade de um em relação com o outro. E, por isso, não é só causa de si mesmo no mover-se, mas também no juízo: e tem livre-arbítrio como se dissesse livre-arbítrio do juízo em relação ao agir e não agir (Aquino, 2015, p. 56).

Trata-se de uma passagem do juízo ao ato, diante daquilo que o homem conhece. Ele toma uma decisão. O Direito Penal baseia-se no princípio do livre-arbítrio tanto quanto a Igreja Católica. Vê-se:

> Na história do direito penal, contudo, vamos encontrar na TEORIA DO LIVRE ARBÍTRIO, o passo mais largo e avançado. O imensurável STO. TOMAZ DE AQUINO, que entendia ser a PENA uma “justa retribuição”, com a finalidade moral [...]. Com a admissão da teoria do livre arbítrio, alcançou-se o problema e o estudo da

[17] O conceito de culpabilidade será trabalhado na seção 3.3.

> RESPONSABILIDADE PENAL e da VOLUNTARIEDADE DO ATO [...] (Badaró, 1973, p. 23).

É nesse ponto que se chega à interpelação/individua(liza)ção do sujeito em sua entrada na FD da maternidade, que se vincula às leis da Igreja e do Estado como mantenedores de uma pretensa ordem social. A responsabilidade implica consciência da lei, do ato e do crime cometido e ao ser regido por essa linha, o sujeito sofre os efeitos e sua constituição. É o sujeito face à sociedade e à civilização. Em Orlandi (2012):

> Como sabemos, a forma-histórica do sujeito moderno é a forma capitalista caracterizada como sujeito jurídico, com seus direitos e deveres e sua livre circulação social. As formas de individua(liza)ção do sujeito, pelo Estado, estabelecidas pelas instituições, resultam em um indivíduo ao mesmo tempo responsável e dono de sua vontade (Orlandi, 2012, p. 187).

A Mãe, enquanto forma-sujeito-mãe-capitalista, é sujeito de direitos e deveres e, portanto, responsável e dona de sua vontade. A partir de movimentos que, na história, mexem com o lugar da mulher em relação à maternidade, existe uma margem de escolha da mulher contemporânea sobre a realização ou não da maternidade. O advento dos métodos de contracepção, especialmente a pílula anticoncepcional, proporcionaria a mulher liberdade sobre a escolha de ser mãe e, com isso, a responsabilidade sobre essa escolha aumenta. Esse fator contribui para o semblante de consciência tendo em vista que, a partir do momento em que há a escolha de não ter filhos, tê-los é um ato de responsabilidade que poderia ter sido evitado.

Para Badinter (2011):

> A partir do momento em que se escolhe pôr uma criança no mundo para seu prazer, fala-se menos de dom do que de dívida. Do dom da vida de antigamente, passamos a uma dívida infinita em relação àquele que nem Deus, nem a natureza nos impõem mais, e que, um dia, será capaz de nos lembrar que não pediu para nascer (Badinter, 2011, p. 22).

A natureza - que estabelecia os moldes biológicos da maternidade e que, como mostrado anteriormente, já foi entendida filosoficamente como a função natural e divina da mulher - pode ser ludibriada. O corpo pode não gerar e parir, pois há meios

para isso. A filósofa acrescenta: “quanto maior a liberdade de decisão, maior a responsabilidade dos deveres” (Badinter, 2011, p. 22).

A Mãe que emerge dos enunciados desta pesquisa traz consigo um amálgama que cola a culpa e, a partir do elaborado, a responsabilidade sobre o filho, a uma memória cujos efeitos de um tribunal podem ser montados diante de um processo interdiscursivo que faz funcionar os ditames morais da Igreja. Diante do que parece uma condenação (aplicada pela sociedade e cultura sob efeito do discurso), este trabalho apresentou a ré (Mãe) e o fato de que ela é culpada diante do que a memória mostra. A partir disso, as SDs oportunizam analisar o processo discursivo desse efeito de júri que a FD da maternidade reitera em cena o significante da culpa.

3.2 Nasce uma mãe, nasce a culpa

Os discursos são construídos com elos ao campo das representações da realidade e atrelados a enredos sustentados pelas leis sociais que, na sociedade ocidental, são regidas por leis morais/religiosas (principalmente pelo cristianismo e a Igreja Católica) e jurídicas (representantes do Estado). Isso faz com que o sujeito Mãe e o sujeito que olhe para a mãe tenham certezas de que estão nela e sobre ela as responsabilidades que a fazem culpada naquilo que tais leis definem. A culpa é o caminho natural da maternidade.

Ao abrir reflexões sobre as mães de crianças em tratamento de saúde e se deparar com a culpa como tema significante, o que se encontra são efeitos de sentido que apontam o discurso naquilo que a literalidade falha. Isso porque, se a linha do livre-arbítrio conduz a sociedade e a consciência sobre suas leis, o indivíduo é responsável pelo cumprimento destas leis e, portanto, culpado ao descumpri-las. Mas a mãe não é consciente da possibilidade de FLP na criança e, portanto, responsabilidade/culpa não se aplicam diante do livre-arbítrio. Não há lei infringida. O que sustenta a culpa nas mães é da ordem do discurso.

A pesquisa não trata de indivíduos sociais dotados de consciência de seus atos no processo de civilização. Trata de sujeitos interpelados ideologicamente. Ao ouvi-los, a evidência que os enunciados mostram é que o primeiro efeito que funciona nas CP estritas é o da culpa.

Culpada (SD12). Simples, objetiva, definitiva. A resposta, deste modo, produz um efeito de auto explicação. Esse efeito se mantém em outros enunciados, apresentados adiante e na forma como aparecem.

Ainda que definitivo o termo poderia ser outro: preocupada; cansada; feliz; triste; apreensiva. ***Culpada*** destaca-se dentre tantas escolhas e as análises passam a considerar de onde vêm essa culpa e do que realmente se trata.

Na introdução histórica de uma das edições de "O martelo das feiticeiras"[18](1991), a escritora Rose Marie Muraro mostra estudos antropológicos que colaboram para compreender as origens da culpa.

No início da humanidade, os povos eram nômades e sobreviviam da natureza. Colheita de vegetais, água dos rios, caça de animais de pequeno porte. Homens e mulheres tinham condições de buscar a sobrevivência de si e da comunidade. A escassez do alimento tornou necessária a caça de animais maiores e com isso, o homem, pela sua natureza biológica mais forte, começou a ter outro lugar. Contudo, não havia competição, pois não se conhecia sobre a participação masculina na origem de outro ser, e assim, a mulher era figura central por gestar e parir. Era do corpo dela que saída um novo ser e era conhecendo o seu corpo e seus ciclos que ela também conhecia melhor a natureza, fonte da sobrevivência.

Segundo Muraro (1991):

> É no decorrer do neolítico que, em algum momento, o homem começa a dominar a sua função biológica reprodutiva, e, podendo controlá-la, pode também controlar a sexualidade feminina. Aparece então o casamento como o conhecemos hoje, em que a mulher é prioridade do homem e a herança se transmite através da descendência masculina. Já acontece assim, por exemplo, nas sociedades pastoris descritas na Bíblia (Muraro, 1991, p. 7).

Também foi nesse período que a confecção de artefatos fez com que as sociedades passassem a ser agrárias e deixassem de ser nômades. Controlam melhor o corpo e a natureza. A morada fixa, a importância da terra e o advento do casamento monogâmico reduziriam a mulher ao âmbito doméstico e ao domínio do homem. Além disso, a agricultura implicou em trabalho sistematizado e, portanto, o

[18] Malleus Maleficarum, traduzido com O martelo das feiticeiras, foi escrito em 1484 por dois inquisidores: Heinirich Kramer e Jaems Sprenger. È um relato de como as mulheres eram entendidas como bruxas e merecedoras de punições, no período da inquisição.

controle das atividades fez-se necessário, bem como a punição na falta dele fosse consequência natural ou de ação humana.

É nesse aspecto que foi possível encontrar a relação original (ao que interessa seus efeitos neste trabalho) entre responsabilidade e culpa. A autora aponta:

> Como o trabalho é penoso, necessita agora de poder central que imponha controles mais rígidos e punição para a transgressão. É precioso usar a coerção e a violência para que os homens sejam obrigados a trabalhar, e essa coerção é localizada no corpo, na repressão da sexualidade e do prazer. Por isso o pecado original, a culpa máxima na Bíblia, é colocado no ato sexual (é assim que, desde milênios, popularmente se interpreta a transgressão dos primeiros humanos) (Muraro, 1991, p.9).

Ou seja, na Idade Antiga e Média, o cristianismo encontrou uma civilização agrária e fixa, em que o trabalho era sistematizado e a repreensão passava pelo corpo. Assim, a história do mundo e de Jesus Cristo foi contada e encontrou no pecado original, o mito cristão que é adotado até hoje, a transgressão primeira. O marco inicial da culpa. Havia uma regra e ela não foi obedecida. Os envolvidos estavam cientes da lei e da penalidade e escolheram pecar. Sua desobediência afeta toda a humanidade. A culpa da extinção da harmonia edílica é deles. A escritora mostra que o mito sobre a entrada da punição, encontrado no Gênesis bíblico, é atualizada de modo simbólico em teorias modernas.

Na Psicanálise, por exemplo, a vida no Eden, com a “mãe” natureza, equivaleria à relação inicial prazerosa do bebê com a mãe humana. A lei, antes de Deus “pai”, atualiza-se no pai biológico resultando em que, antes o humano (Adão e Eva) não podia apossar-se da “mãe” natureza (a maçã) assim como o bebê, de sua mãe. A tentativa de posse afastou Adão e Eva do paraíso original, da mesma forma que o bebê da mãe que satisfazia todos os desejos. Com o ato de desobediência ao pai (ou à lei de ambos os pais colocados aqui), nasceu o pecado, a nudez, a sexualidade, a autonomia, tanto da humanidade, quanto do bebê.

Se o mito de origem da humanidade, adotado pelo cristianismo, tem reflexos importantes na condução das sociedades e culturas (especialmente ocidentais), pode-se compreender os efeitos que produz. Eva, a mulher-origem, dotada de livre-arbítrio, ciente da lei, sucumbe à tentação. É ela quem fura o limite do paraíso. Ela é a culpada de origem. Com a entrada na sexualidade à vida humana, inicia a possibilidade de a mulher gerar e parir. A gravidez é a evidência da relação sexual e, ainda hoje, a prova

visual do ato sexual. É assim que, ao tornar-se Mãe, a mulher reafirma, atualiza, fortalece a origem do pecado diante do mito cristão. Ao tornar-se Mãe, reafirma o seu lugar: *culpada*.

Além da culpa, e antes dela, pode-se encontrar, em Eva, outra atribuição. Eva pensa, pondera, escolhe e resiste à lei. Ela desobedece. ***Pensei que a culpa era minha (SD13)***. O imperativo da ordem discursiva, no qual a Mãe é herdeira e realizadora do ato que mostra a culpa original, é colocado em dúvida. A resistência é encontrada em gestos sutis. Ela diz ***pensei***, trazendo uma possibilidade de dúvida. Em outras SDs, aparecem a incerteza, ou, ao menos, o questionamento do efeito de culpa**. *Por que será? Culpa minha? O que é que eu tinha feito de errado? (SD14).*** Há uma possibilidade que leva para uma compreensão de que a culpa não seria dela, mas a reflexão não se sustenta e retorna a uma memória que antecede o sujeito na posição Mãe.

Um passo que avança, mas retorna: isso acontece tanto na SD13, ***pensei*** leva ao que não se pensa mais quanto a sequência de questionamentos da SD14, em que a primeira pergunta é generalizadora e as demais voltam ao mesmo. Há uma memória anterior que se organiza e não sede e feito um elástico, retorna ao fio discursivo. Os questionamentos (SD14) estão respondidos de antemão: desobediência, erro, culpa.

Voltando mais uma vez à Eva, culpada original, Robles (2019) aponta para, em seu ato de rebeldia, a preexistência humana ao “[...] impulso para a mudança, essa necessidade tipicamente humana da esperança que nos leva a supor que existe algo mais, diferente e melhor do que conhecemos e que, talvez, obtenhamos à guisa de recompensa, por revelar um mistério” (Robles, 2019, p. 40 - 41). Contudo, ao inaugurar a desobediência e o pecado, Eva inaugura a penitência. Com seu ato, ela e Adão são expulsos do paraíso ao alimentar-se da árvore do bem e do mal.

Com o cristianismo se estabelecendo num período em que o trabalho agrário precisava de normas a serem seguidas, o mito da desobediência e punição foi bem-vindo e serve até hoje como guia da conduta do sujeito, social e discursivo. A árvore do bem e do mal (a ordem) foi plantada por Deus (o Sujeito que ordena pelo discurso), de forma que Robles (2019) lembra:

> [...] sabendo Ele muito bem que, mais cedo ou mais tarde, suas criaturas provariam de seu fruto e que, uma vez condenadas ao trabalho com esforço, participariam do desenvolvimento do mundo parindo entre dores e redimidas pelo prazer; portanto novamente

> legitimadas em intervalos de grandeza e de declínio, de razão e de irracionalidade (Robles, 1991, p. 41).

Há duas posturas da Mãe inspiradas por Eva: o prazer e a dor. A Mãe padece no paraíso. Eis a amarração que se junta ao efeito de culpa na FD da maternidade. Estão, nos corpos (anatômico e discursivo), o prazer e a penitência: sendo o filho produzido no ventre materno, isso se estende ao corpo da mulher pecadora e passível de penalização.

A fagulha de resistência à ordem posta (lei não cumprida, culpa, penitência) repete-se: ***Eu me sinto meio culpada... assim. (SD15).*** Não inteira, ***meio culpada***, posto que é herdeira da possibilidade arcaica de desobedecer, pois Deus (e a ordem ideológica) sabia "[...] muito bem que, mais cedo ou mais tarde, suas criaturas provariam de seu fruto" (Robles, 1991, p. 41).

Em outro caso, levanta-se a possibilidade de incluir mais alguém às responsabilidades: ***O que que a gente fez de errado? (SD16)***. Mas, por mais que se inclua parceria à possível culpa, o sujeito Mãe não está de fora. Em nenhum caso é encontrada a dúvida sobre sujeitos que ocupem outros lugares. Médicos, o pai, uma medicação equivocada ou outra doença sazonal.

Está posto de outro modo, no não cogitado de outra figura que circunde a criança, mas o que insiste é a memória da culpa original da Mãe e a regularização discursiva produzindo os sentidos. Retomando as SDs: ***Culpada***, sem dúvida; ***Pensei que a culpa era minha***, era, chegou a pensar, sem ter certeza, porém, não pensou que a culpa era de outro; ***Por que será? Culpa minha? O que é que eu tinha feito de errado?***, novamente "eu", e não outro; ***Eu me sinto meio culpada... assim***, ainda que possa haver outro, metade da culpa é dela e o outro não é citado. ***O que que a gente fez de errado?*** e não "você", ou "ele", mas ela, a Mãe, se inclui sempre, e mais uma vez, e novamente. A memória insiste, seja pelo que enuncia ou pelo que deixa de fora do enunciado.

Para Pêcheux (2020), haveria dois jogos de forças em que a memória discursiva trabalha. Um "visa manter uma regularização pré-existente com os implícitos que ela veicula "(Pêcheux 2020, p. 49). Assim, as paráfrases proporcionam estabilidade nas enunciações e, mesmo quando há um novo acontecimento, o jogo dissolve-o em relação à estabilização. O outro jogo de fora provoca uma "desregulação" (idem) que mobiliza o que há de implícito. Não se trata apenas de uma

repetição fixada no jogo das palavras ditas no enunciado, mas no que o implícito comparece. A culpa pode, de modo sutil, não ser apenas da Mãe, mas sempre da Mãe. Trata-se de uma repetição vertical, que é a memória discursiva em si, pois não está na linearidade da frase e, sim. na regularidade do que atravessa a materialidade linguística. Ou seja, o encontro com o sentido está naquilo que clama em produzir efeitos, fora da língua: o discurso.

E, comecei a perguntar "por que comigo"? Por que, né? (SD17). Do fim ao começo, um ***né,*** que convoca a resposta que mais uma vez já foi posta. Há algo que resiste nas condições de produção estritas, sem que seja explicado de modo simples e objetivo: pois a mãe não infringiu nenhuma lei para sofrer as consequências; não poderia ser responsável por algo que não tem ligação biológica direta com ela e ainda assim, a culpa se sobrepõe. Afinal, a FLP não ocorre na formação de um bebê em consequência direta ao que a mãe possa ter provocado.

Volta-se à Eva e ao mito que ensina mulheres-esposas-mães e homens-trabalhadores da Idade Antiga e, posteriormente, da Idade Média, que lei infringida remonta à culpa pelos males e castigo (divino e humano) ao pecado cometido. À serpente, cabe rastejar; ao homem, o trabalho de semear e cuidar fora do jardim em que tudo estava pronto e do qual ele foi expulso; para a mulher, Javé Deus disse: "Vou fazê-la sofrer muito em sua gravidez: entre dores, você dará à luz seus filhos; a paixão vai arrastar você para o marido, e ele a dominará" (Gn 3,15). Ao homem, o trabalho; e, a mulher, obediência ao homem e punição por meio da maternidade com dor. ***Por que, né?*** Seria possível responder: é. Porque a Mãe carrega a responsabilidade e a penalização original para o mito que é fundamental na FD religiosa/cristã e que atravessa a FD da maternidade.

A culpa/responsabilidade pulsam nos enunciados que resultam das entrevistas, os quais são representantes do que seja possível projetar em outras cenas acerca da maternidade. Não é raro, na circulação social, perguntas como: "Cadê a mãe dessa criança?"; "Sua mãe não te deu educação"? Mais do que perguntas ou enunciados, é o discurso que denuncia a memória constituída sobre a maternidade. A culpa vem no lugar da falha e, mesmo que a Mãe seja aplaudida e lembrada no sucesso de um filho, quando há uma falha, é a primeira, quando não a única, a ser questionada ou apontada.

Vem sempre aquele questionamento (SD18). Ela diz que ***sempre*** há um questionamento. Mas, ao mesmo tempo em que ousa questionar, a mãe aceita aquilo

que é colado à Mãe: não sabe o que foi, mas fez algo errado. Em outro enunciado, o folclore popular aparece como narrativa, colaborando com o mito da dívida original (e eterna): ***É, eles ficavam falando que era culpa da chave que eu colocava no peio, mas eu não lembro de ter colocado chave no peito (SD19).*** A mulher não nega a possibilidade. Ela tenta lembrar, em vão, quando colocou a chave no peito, que, no dito popular a responsabiliza pela característica genética anômala do filho.

Segundo Orlandi (2017):

> [...] podemos analisar a *narrativa* como forma discursiva na produção de efeitos de sentidos, mas podemos ir além, se pensarmos o que estou chamando de *narratividade*. Esta caracteriza, não apenas uma *forma discursiva* específica (a narrativa), mas um *processo* (a narratividade), no qual se expõe o funcionamento narrativo da memória no sujeito (Orlandi, 2017, p. 48).

A história é contada: gestante que coloca uma chave no peito, provoca uma condição orgânica em seu bebê. O que é dito por meio da memória? Os sentidos que mantém efeitos de que a Mãe tem a chave das consequências em seu filho. Pode não lembrar, mas a responsabilidade/culpa, é inquestionável. Não foi o pai quem colocou a chave, nem o médico. O peito, é da mãe; a chave do discurso que se repete.

Portanto, ao que os enunciados colaboram, a culpa aparece como constitutiva da FD da maternidade ao passo que é constituída no mito religioso de origem, tornando indiscutível o atravessamento da FD religiosa cristã que produz sentidos ao que se conhece sobre a Mãe, no corpo, na alma e no discurso. Esse atravessamento está no campo ideológico e desliza no social e cultural ao modo da especificidade de cada época histórica.

Quando Mary Del Priore (1990) trabalha com a constituição da maternidade no, Brasil colonial (tempo entre 1530 e 1822), mostra que, no percurso de tentar construir uma organização moral, um dos aspectos, que tornavam determinada mulher como uma boa escolha para o matrimônio, era a saúde dos filhos. Havia as prostitutas, que eram renegadas a este lugar, pelo corpo que, para além do físico, não era sagrado; e havia as genitoras, de boa conduta moral, escolhidas em matrimônios legais. Assim:

> Seu útero, parte mais íntima do corpo, embora território estranho aos olhos da medicina, era testemunho, através de um bom ou mal funcionamento, de suas características morais. A transmissão de qualidades elevadas à prole apresentava-se como uma sua obrigação (Del Priore, 1990, p. 242).

Não havia certezas diante do que a medicina sabia sobre o corpo feminino e a reprodução, porém, as verdades eram especulações morais. Tal narratividade encontra, em tempos atuais coisas do tipo: “essa é pra casar”, “vai dar boa parideira”, “bela, recatada e do lar”. A mulher virtuosa seria boa Mãe, com bons filhos.

Esse tipo de relação se estendia às condições de nascimento da criança. A não fecundidade ou problemas no parto e com a criança tinham relação direta com a mãe e sua condição perante Deus. Sem explicações da Ciência e da Medicina, as explicações eram da Igreja: “de suas qualidades ou defeitos, os filhos trariam uma marca. A noção popular de que ‘a boa árvore dava bons frutos’” [...] (Del Priore, 1990, p. 241).

Além disso, a relação com o corpo sagrado e o profano (que não servia apenas aos planos divinos da procriação) denunciam as contradições de classes que vão se estabelecendo na sociedade brasileira. Olhar o corpo feminino era olhar aquele que era do trabalho e aquele que era da família, até mesmo no campo da sexualidade. As funções sociais e econômicas das mulheres, e das Mães, foram se modificando ao longo da história e do processo civilizatório brasileiro, mas as possibilidades discursivas seguem como verdades que generalizam o lugar da Mãe, seja da casa grande ou da senzala; dos casarões ou da fábrica; seja virtuosa ou prostituta; seja rica ou pobre; seja dos condomínios ou da favela. O discurso atinge as Mães, independentemente da identidade que a define empiricamente. As mães da pesquisa têm particularidades que as diferem, mas a identificação discursiva as aproxima. O trabalho ideológico que retorna no efeito da memória cumpre um papel social e cultural de homogeneidade. A ordem social depende disso agora e desde sempre.

Assim, há uma zona discursiva em que circulam dizeres permitidos pela memória. São verdades que, mesmo se questionadas no campo da consciência, como as SDs mostram, persistem no campo inconsciente e aparecem nos enunciados. As FDs têm suas verdades consolidadas e, na da maternidade, aparecem num funcionamento em todos “sabem” o que é parte do arcabouço da maternidade e que faz o discurso circular, além de se revelar o que a Mãe diz e no que se diz da Mãe. Segundo Pêcheux (2014):

> [...] a “verdade” desse mito idealista consiste precisamente no funcionamento (concebido como autônomo) de uma *formação*

> *discursiva* no sentido em que a definimos, isto é, como espaço de reformulação-paráfrase onde se constitui a ilusão necessária de uma "intersubjetividade falante" pela qual cada um sabe de antemão o que o "outro" vai pensar e dizer..., e com razão, já que o discurso de cada um reproduz o discurso do outro (Pêcheux, 2014, p. 161).

A culpa está antes e está no outro, além de estar na Mãe que, de antemão, é culpada. O gesto da culpabilização é um duplo gesto de imagem em que a Mãe se culpa por meio de uma memória constituída, de modo que faz a imagem do outro a culpando. O que vão pensar de mim? É uma verdade da FD. Ocorre que, quando as Mães enunciam, elas denunciam o discurso e a língua colabora para acreditarem que o que dizem é delas: ***Aí eu sentida que o problema era MEU (SD20)***. Sou ***eu*** que sinto. O que deu errado poderia ser problema ***meu***. A materialidade fornece recursos que fortalecem a forma-sujeito e a ilusão de consciência, ao que os esquecimentos, explicados por Pêcheux (2014), colaboram. O esquecimento número 2 tem a seu favor escolhas linguísticas que reforçam lugares discursivos, mas o sujeito esquece disso e apenas funciona nesse jogo e, nesse caso, coloca a culpa em funcionamento.

Levando em conta o sujeito e sua materialidade, encontrar a culpa enquanto significante central e produzindo efeitos de sentido, na FD materna, é encontrar uma verdade discursiva a ser percorrida e acompanhá-la nos enunciados:

Culpada. (SD12)
Pensei que a culpa era minha. (SD13)
Por que será? Culpa minha? O que é que eu tinha feito de errado? (SD14)
Eu me sinto meio culpada assim. (SD15)
O que que a gente fez de errado? (SD16)
E, comecei a perguntar "por que comigo"? Por que, né? (SD17)
Aí eu sentia que o problema era MEU. (SD20)

Ainda que não se observe uma equivalência sintática nas SDs acima, o que se tem, seguindo Pêcheux (2015), ultrapassa o campo da lógica textual. Naquilo que os sujeitos enunciam e a FD permite, as escolhas linguísticas realizam o trabalho de tornar material o processo discursivo que "se corrompe em proveito de uma intra-reformulação da sequência discursiva por ela mesma, tendendo em direção à

autonominação de um mundo discursivo auto-referido" (Pêcheux, 2015, p. 175). É o funcionamento da paráfrase discursiva, que será retomada nas próximas análises.

Há leis estabelecidas no horizonte histórico, social, cultural da Mãe, cunhadas pela Igreja e pelo Estado, que, para garantir a ordem social, iniciada na família e na educação dos indivíduos, a tem como figura central. Infringir leis é assinar a culpa e aguardar a pena. Novamente, um funcionamento que fura no deslizamento metafórico. Se o interdiscurso permite que se pense no tribunal, seja inquisidor ou seja de júri, ao pensar no funcionamento da culpa, é preciso refletir sobre a consciência da lei infringida, afinal, que lei é essa que se coloca no caso da FLP (e outras questões orgânicas)? Na esteira da AD, trata-se da lei determinada, historicamente, por sujeitos identificados a uma FD, de maneira que apresenta, no uso da linguagem os processos de significação na memória que esta FD permite.

Ao enunciar, as Mães não pensam, e talvez não saibam, da história sobre a maternidade e a constituição da Mãe (aqui, brasileira, mas com historicidade em outro tempo ou lugar). Ou seja, não são conscientes da discursividade que faz marcas naquilo que enunciam e atualizam com seus enunciados. Mesmo que soubessem da historicidade com a qual os discursos se constituem, enunciar é sempre uma ruptura com o literal, pois não se trata da língua e sim dos efeitos de sentido por meio dos quais a língua é a materialidade. Mães dizem agora, mas enunciam o de antes, de outra forma, de outro lugar.

Tem-se uma formação civilizatória histórica da Mãe em que o funcionamento da culpa desliza dos tribunais inquisitórios para a FD com a qual a Mãe se identifica. ***Culpada***, agora e há muito tempo. Se não há evidências biológicas da responsabilidade da FLP, há discursivas. Sujeito que "se" identifica no lugar de ré do julgamento discursivo e que é identificado pelo outro neste lugar. As próximas análises seguirão mostrando o júri ao qual, culpada, a Mãe enuncia.

3.3 Julgamento do lugar materno

Optar por mostrar o desenrolar de um julgamento da maternidade, não é uma tarefa forçosa, pois a sentença "culpada" provoca o efeito de sentido de um júri organizado. Ao sentar-se no banco dos réus, a Mãe, culpada em sua origem, está exposta a acusação e ao julgamento. A defesa acontece a passos lentos em terreno movediço.

Nas seções anteriores foi possível promover a reflexão ao sobre a ré e sua sentença pelo que as SDs e a historicização apontam. Contudo, as SDs também mostram que o julgamento não afeta apenas a filiação do sujeito que ocupa o lugar de Mãe ao enunciar o discurso, mas dos sujeitos que ocupam outros lugares e cujos enunciados contribuem para reafirmar o discurso e o lugar materno.

Ao se filiar à FD da maternidade, a forma-sujeito-mãe que se estrutura é orientada pela FI cuja referência é um lugar sócio-histórico. As análises das SDs apontam para o fato de que as CP do discurso da maternidade se pautam em normas e condutas das sociedades capitalistas e cristãs e quem fala da maternidade também está filiado ao mesmo sistema de produção do discurso. Esse sistema é sustentado por um funcionamento que dirige os sujeitos ao encontro dos dizeres e é por isso que a culpa não se trata de um sentimento da mãe, mas de um significante que conduz os dizeres filiados à FD da maternidade, seja quem for que os enuncie, pois se trata dos sujeitos e não das pessoas.

Como está sendo visto, a FD da religião produz sentidos na construção da FD da maternidade assim como em outras FDs que ditam os preceitos norteadores das sociedades ocidentais, como a FD da medicina e a FD do direito, entre outras que atuam na FD da maternidade. Isso ocorre porque, em se tratando de formações pautadas pela ideologia, as vozes se misturam e vão produzindo os sentidos das FDs que, em última instância, encontram-se no horizonte da FI que as orienta. Esse horizonte é sustentado por um funcionamento que Pêcheux (1997; 2014) mostrou no discurso, ancorado pelo que as reflexões de sua época encontravam no campo do materialismo histórico.

Althusser (1976), a partir da releitura da teoria marxista, mostra como essencial a compreensão de que: “O Estado (e sua existência em seu aparelho) só tem sentido em função do *poder de Estado*. Toda luta política das classes gira em torno do Estado.” (Althusser, 1976, p. 65). Ou seja, o Estado é uma instituição pelo seu funcionamento e, o que o coloca em funcionamento são aparelhos que corroboram para que a sociedade se movimente diante deste funcionamento. Ainda em Althusser (1976):

> Designamos pelo nome de aparelhos ideológicos do Estado um certo número de realidades que apresentam-se ao observador imediato sob a forma de instituições distintas e especializadas. Propomos uma lista

> empírica, que deverá necessariamente ser examinada em detalhe, posta à prova, retificada e remanejada (Althusser, 1976, p. 68).

O filósofo mostra este funcionamento elencando AIEs religiosos, escolar, familiar, jurídico, político, sindical, de informação e cultural, mas, como alertado na citação acima, também esclarece que não são únicos e imutáveis. Em cada tempo, sociedade e cultura, outros aparelhos contribuem para que o Estado siga ao centro do funcionamento social, contribuindo para a manutenção das classes e as verdades que o discurso manifesta, vão organizando a compreensão dos lugares na sociedade.

No que tange o discurso da maternidade não é diferente. Há um ideal, uma memória, uma formulação sobre o que é a maternidade e o que pode ou não pode uma Mãe. Os aparelhos sustentam o ideal da maternidade quando Igreja, escola, publicidade, mídia, mostram e reafirmam à sociedade quem é a Mãe. Assim, independente do lugar que o sujeito ocupa, ele sabe, de modo inconsciente, o que pertence, o que pode e o que não pode o sujeito que ocupa o lugar materno, indistintamente.

O ideal de modo algum contempla a totalidade ou a maioria representativa da mãe empírica. A Mãe discursiva pode ser pensada enquanto mãe branca, cisgênero, abastada financeiramente, casada, jovem, escolarizada. O sujeito que ocupa o lugar Mãe, empiricamente, está em todas as classes econômicas, culturais, com aspectos de vida cotidiana diversos e diferentes. Contudo, a Mãe discursiva é uma construção ideológica e os AIE colaboram para a construção que afeta a mãe que encarna o lugar Mãe no discurso de várias vozes e lugares dos sujeitos. Ela é ouvida na Igreja, é vista nas propagandas (sorrindo e cuidando), aparece nas histórias infantis (quando fora do *script*, é madrasta), em filmes e novelas. Os sujeitos acessam a Mãe constituída sócio historicamente quando fala dela, para ela, ou quando ela fala de si.

As SDs da pesquisa contribuem para o fato de que é possível apresentar uma distinção de lugares traçando o perfil da Mãe, pois esse perfil é encontrado em enunciados em que fala *a* mãe e em outros em que ela mostra que se fala *da* mãe e é assim que os CP são reproduzidas.

A mãe fala como neste enunciado: ***mas qualquer mãe que for mãe vai ter que se doar (SD21)***, pintando o quadro da Mãe virtuosa da religião. Nele, há um exemplo de unicidade que somente o discurso pode abarcar, pela voz da mulher que

ocupa esse lugar. Neste caso, é ela quem mostra o que é uma Mãe e como deve se portar ou sentir. Pois ***qualquer mãe*** é a Mãe discursiva e não cada uma das mulheres que têm filhos.

O sujeito que enuncia não sabe, mas mostra as Mães em jogo: a mãe empírica, por ser, sobretudo, Mãe discursiva, aparece no enunciado com a certeza de se doar. O discurso aponta a "legislação" vigente para a Mãe que, empiricamente, pouco importa: preta ou branca; cisgênero ou transsexual; aos 50 ou aos 13 anos; operária da construção civil ou promotora de justiça; solteira ou casada. Essa Mãe, ***qualquer***, doa, ***tem o seu doar,*** mas as possibilidades empíricas e cotidianas não mostram isso como uma máxima. O quanto e o que pode doar uma mãe que trabalha três turnos é muito diferente do que outra que tenha outra relação com o seu tempo e sua possibilidade de organização financeira. Contudo, Igreja, escola e seus materiais didáticos, medicina, propaganda publicitária, quando falam da Mãe as unificam. Assim é possível manter uma imagem do estatuto da Mãe que, quando não se cumpre, seja encarada como um erro.

Portanto, no horizonte dos AIEs, o que se têm é ideologia e repressão entrelaçadas e vigilantes da conduta correta acerca da vida social e, neste caso, da maternidade seja quem for o sujeito social que ocupe esses lugares. O que é "correto" é correto para qualquer mulher que ocupe esse lugar e suas particularidades empíricas, sociais, não são discutidas na origem do julgamento. Primeiro, mãe é Mãe e tem o lugar definido. O discurso coloca as regras sob essa mira e os sujeitos ficam à deriva do julgamento acerca de leis que não condizem com as realidades e a repressão, seja pela força física ou pela força da palavra, se cumpre.

Althusser (1975) mostra com os AIEs, que a ideologia, que é a da classe dominante e detentora do poder material no capitalismo, determina os aparelhos em funcionamento e dá o tom repressivo, seja físico ou simbólico. Físico, quando se pensa, por exemplo, nas ações policiais e até mesmo da sociedade que justifica agressões físicas. Também nas ações judiciais que penalizam mães por abandono das crianças sem considerar particularidades, pois a lei é para todas. Simbólico quando no tocante da palavra, do discurso, uma espécie de acordo social pré-dispõe julgamentos e condenações. Assim, caso a Mãe não se doe, não é Mãe.

A memória que acompanha o *status* da ***mãe que é mãe***, passa pelo funcionamento de AIEs que foram formando e contribuindo para a manutenção da ideia estabelecida para a FD da maternidade. Quando a Mãe fala a partir do lugar que

lhe é atribuído e ela atribui a ***qualquer mãe***, ela está afetada pela unificação que o discurso produz e que entende a Mãe como virtuosa a partir da FD religiosa e da Igreja como AIE que reafirma o modelo nos sermões, nos cultos, nos hinos.

Contudo, as SDs mostram que não é apenas a mãe (mulher que ocupa o lugar biológico, social) que se manifesta como sujeito interpelado pelo discurso que o enlaça a cerca de um saber sobre o lugar discursivo da Mãe. Pois não se trata de um saber consciente e nem de um lugar na esteira social. Os sujeitos se filiam à FD da maternidade quando falam “da” mãe e “a” mãe denuncia isso ao ser interrogada a partir do lugar discursivo. Como já foi dito, o que os outros falam para a mãe também é efeito de sentido do que a FD da maternidade determina. Sejam socialmente a vizinha, o pai, o médico, a professora, discursivamente, são sujeitos e manifestam o discurso, sem saber disso.

Se na SD21 o enunciado mostra a mãe falando, agora é possível passar ao que outras SDs mostram, que é quando a mulher que ocupa escuta a voz do outro, no julgamento que esta seção mostra e que sustenta o efeito de sentido de júri. Quando a mãe reproduz um questionamento vindo de outro, ***“o que você fez para essa criança nascer assim”? (SD22)***, a estrutura aponta “você” e o enunciado, o sujeito que ocupa este lugar discursivo; e o sujeito que está no lugar de quem aponta a Mãe culpada. Novamente, não se questiona o que o pai fez, ou o que causa a FLP. O sujeito-outro, questiona a Mãe a colocando no centro quando se pensa em aspectos físicos, comportamentais ou de desenvolvimento da criança.

Neste caso, para a criança nascer com algo atípico, logo a Mãe é questionada e convocada a se explicar sobre o que ela pode ter feito para contribuir com isso. Os sujeitos apontam tomando como base atravessamentos da religião e do saber cultural. É assim que a análise explica os atravessamentos de outros imperativos que não do corpo biológico, mas de corpos discursivos de outras FDs que incidem na da maternidade e que insistem no que as SDs mostram. O sujeito que fala de outro lugar tem um saber apoiado pela FD da religião/Igreja ou da medicina e isso comparece nas escutas da mãe e no que a Mãe enuncia. Esse saber parece intelectual, empírico, mas está colado ao saber inconsciente que é guiado pelo interdiscurso e memória.

Retomando o estudo de Iaconelli (2023), a associação social (religiosas, morais, políticas) é “[...] herdeira do ideário oitocentista” (Iaconelli, 2023, p. 79). O Iluminismo representa uma mudança de paradigma importante cujos efeitos iniciados no século XVIII ainda refletem no discurso da maternidade e no modo como a

sociedade a entende. Deus e Rei representavam o Estado político e encontram-se com a pretensa “razão” se colocando na esteira social e colocando o sujeito a questionar e a movimentar-se. A Revolução Francesa, o fortalecimento da indústria e da classe burguesa, montam um novo desenho de funcionamento social. Um novo quadro, porém com o Estado soberano, alimentado economicamente pelos donos dos meios de produção e norteado ainda e sempre pela Igreja. Deus e Rei deslizam para Igreja e Estado que não são mais absolutos, porém ordenadores da vida social. O que se percebe é que a construção biológica (lugar anatômico), social (lugar da mulher), e religiosa (lugar moral dos cidadãos) levou a mulher pós Iluminismo para a posição social da cuidadora e responsável que responde às consequências do cumprimento (ou não) deste lugar, e essa posição prossegue e persiste.

Os enunciados desta pesquisa ecoam essa construção histórica da sociedade em que os aparelhos do Estado vão sustentando a definição de lugares na esteira social e, a partir de Pêcheux (1969), na esteira do discursivo. O discurso é sustentado interdiscursivamente e a reprodução das CP se colocam: a Mãe tem seu papel definido pela FD em que a FD da religião promove encontros e esses encontros também sustentam os dizeres dos sujeitos que enunciam sobre a Mãe, julgando o certo e o errado, e sentenciando suas responsabilidades não cumpridas.

Analisando o *corpus* é possível encontrar o Deus e a religião norteando o julgamento em várias SDs, em que fala a mãe sobre si ou o outro sobre ela.

Quando se tem: ***“Isso aí é um pecado... é um castigo de Deus” (SD23),*** e lembrando a SD21, a “mãe” não foi “mãe” e, portanto, errou. Se e a anatomia não é justifica biologicamente como erro, a explicação é o pecado. Diante do estatuto da ordem moral e da saúde biológica, ela, somente ela, cometeu o ilícito. Assim, vem o castigo atingindo o filho e por deslizamento, à Mãe. ***Isso*** é o bebê com uma anomalia. Não é esse, não é um sujeito, uma pessoa. É ***isso***, um resultado, no caso, um pecado. Volta-se à Eva e ao “castigo” divino das dores maternas. O que escapa à realidade biológica, explica-se por “Deus”.

O sujeito, de outro lugar, aponta a Mãe e ao analisar/questionar o que o enunciado mostra para além da materialidade da língua o que se percebe é que a construção biológica (lugar anatômico), social (lugar da mulher), e religiosa (lugar moral dos cidadãos) levou a mulher para a posição social da cuidadora e responsável que responde às consequências, e essa posição prossegue e persiste. As CP que conduzem a FD da maternidade seja qual for o lugar do sujeito que enuncia sobre a

Mãe, remontam ao subsídio histórico e cultural no qual a FD da religião fornece amparos significativos.

Lembrando que o modelo é sempre ditado pela ideologia da classe dominante. Segundo Iaconelli (2023):

> A boa mãe – cujo filho é legítimo, ou seja, oriundo das relações dentro do matrimônio – passa a ser uma mulher socialmente valorizada. Caso não tenha filhos próprios, sempre poderá se beneficiar do reconhecimento de seus dons 'maternais' ao cuidar de sobrinhos ou dos próprios pais, ou ao se dedicar ao próximo. Essa hipervalorização social do papel de cuidadora é a moeda de troca que busca compensar as perdas de cunho pessoal (Iaconelli, 2023, p.51).

Pode parecer que a autora está tratando da Mãe contemporânea, mas esta mulher empírica do século XVII é a Mãe discursiva que segue atual. Era sujeito naquele tempo e continua presente. Diante da lei (natural, jurídica e divina) a Mãe é convocada e o não cumprimento tem consequências. O que se cumpre é a lei discursiva onde a ideologia dominante coloca o imperativo da maternidade incidindo sobre quem ocupa o lugar de Mãe diante de um filho. **"**Toda mãe que é mãe", ao se doar, deve cumprir com o *script*. "Sacrifício, abnegação e culpa são a base daquilo que veio a ser considerado a maternidade real" (Iaconelli, 2023, p. 51). Se não o faz, o castigo aparece. A culpa é da Mãe, mesmo que o filho tenha pai, tios, avós, professoras, pediatra.

Assim, retomando a SD 23, ***isso aí é um pecado... é um castigo de Deus***, faz-se um esclarecimento: o castigo é para a Mãe. Logo, ela quem cometeu o pecado. Pode-se colocar em questão a ignorância sobre a especificidade da FLP (diga-se, uma alteração genética sem causa direta com a gestação), porém, o que importa a este trabalho é o fato de que, antes de tudo, a culpa é da Mãe. E antes que se tenha relação com a lei jurídica ou social, de longa data esta culpa é ligada às leis e às punições divinas.

Badinter (1985) mostra a herança cristã da qual o Absolutismo (que finaliza a Idade Moderna e onde o poder da Igreja, que era inquestionável na Idade Média) se serve e que se mantém no discurso nos períodos históricos seguintes e cujos ecos e efeitos se sustentam nos dias atuais, quando um sujeito desta pesquisa ouve: ***Nossa! É castigo de Deus, hein! (SD24)*** ou**, *nossa, você deve ter feito uma coisa muito ruim, pra Deus ter te castigado desse jeito (SD25)*.** O mito bíblico, cristão, se repete.

As vozes atuais retomam, lembram, evocam a memória de que a mulher seria castigada (eternamente) como Mãe.

A filósofa aponta um percurso bíblico. Primeiro a mulher (Eva), que nasce da costela do homem (Adão) para que ele tivesse uma companheira, completando a obra de criação do mundo. Depois, Eva é responsabilizada por fazer com que Adão se perca e origine o pecado. “Conhecemos os discursos tentadores da serpente que prometia a Eva ser semelhante a Deus e ter o conhecimento do Bem e do Mal” (Badinter, 1985, p. 32). Ou seja, a mulher, para o cristianismo, é consciente do Bem e do Mal. O fruto, não era de qualquer árvore, mas da árvore do conhecimento desta oposição, e ela opta por infringir a lei. Mais uma vez, o que se pode apreender como efeito de sentidos é que quando nasce uma Mãe, renasce a culpa original. Pois, é inato diante da herança da primeira mulher, que a Mãe enquanto sujeito do discurso atravessado pelo cristianismo, origina-se a partir da escolha por burlar a lei de Deus. A lei original. A passagem bíblica (citada na seção anterior), mostra a dor na maternidade como um castigo, antes mesmo da maternidade existir.

A partir da instauração do pecado por responsabilidade de Eva, Badinter, 1985, p. 33) mostra e reforça as maldições lançadas à primeira mulher como significantes importantes cujos efeitos são de castigo. A autora aponta, retomando trechos bíblicos acerca das maldições:

> “Todos sabemos de cor as duas primeiras, lançadas sobre Eva: ‘Multiplicarei grandemente a tua dor e a tua conceição com dor parirás teus filhos.’ Talvez tenhamos esquecido a terceira, carregada de conseqüências durante dezenas de séculos: ‘E a tua paixão será para o teu marido, e ele te dominará’” (Badinter, 1985, p.33).

São duas maldições imputadas à mulher: sentir dor ao ser mãe e viver sob o domínio do marido. A este trabalho importa o primeiro castigo, onde a dor está relacionada à maternidade. Interessante que o sofrimento pela maternidade vem antes, até na palavra de Deus. O Deus maiúsculo, assim como o Outro maiúsculo da Psicanálise e o Sujeito maiúsculo a que o sujeito interpelado se identifica[19]. É o “Imperativo” que ordena, que põe ordem. Retomando a SD21, ***mas qualquer mãe***

[19] A explicação sobre os termos em maiúsculo e as relações entre eles é retomada da introdução deste trabalho.

que for mãe vai ter que se doar, pode-se ouvir: mas qualquer mãe que for Mãe, vai ter que se *doer*.

Eis o percurso da primeira Mãe, da Mãe original para o cristianismo, a gênesis da maternidade, do significante primeiro: consciência da lei, opção pelo pecado (portanto, culpa) e castigo (o doer na maternidade). Este é o esquema que se evidencia nos enunciados pinçados nesta pesquisa, tanto quando a Mãe fala de seu lugar, quanto quando aponta o outro (sujeito social, empírico) colaborando com o processo de julgamento. Sujeitos que aparecem no estudo, carregando em suas impressões a identificação com o discurso ideológico, com a memória, com toda a construção significante em que quem está no jogo simbólico das imagens são os significantes pré-construídos. A relação é entre os Sujeitos que reproduzem o discurso da maternidade, estejam no lugar da Mãe ou não. "**É... Muito julgamento. "Nossa! Você não cuidou na sua gravidez? O que que você fez"? (SD36).**

A Mãe que emerge nas entrevistadas mostra que há uma aposta exterior, a voz e o olhar de outros sujeitos. Ou seja, socialmente não se trata apenas do que a mãe sente. Há a interpretação de outros sujeitos sobre o tema da maternidade reafirmando o que a FD determina. Isso porque todos são sujeitos e, como já visto, há uma condição pré-discursiva do discurso. Pêcheux e Gadet (1997) supõem, a partir desta constatação que "[...] a percepção é sempre atravessada pelo 'já ouvido' e o 'já dito', através dos quais se constitui a substância das formações imaginárias enunciadas (Pêcheux e Gadet, 1997, p. 85-86).

Se uma criança desaparece, "cadê a mãe"? Se um padrasto abusa, "como a mãe deixou?"; se a gravidez é interrompida, "a mãe não quis o bebê"; se a criança não tem limites, "basta olhar para a mãe". São enunciados comuns, circulando no meio social, seja presencial ou virtual. Primeiro, a mãe. Pode-se dizer que, quando o *script* é cumprido a Mãe também é convocada aos aplausos da criação bem-sucedida. Ocorre que, na atualidade, as demandas que implicam o sujeito nas CP estão em colapso com o maternalismo e a herança da mãe do século XVIII.

Esta é a reflexão de Iaconelli (2023) quando lança o "Manifesto antimaternalista" (2023). A autora mostra que as mudanças iniciam nos anos 1920 e trata da incoerência entre demanda e discurso que, apesar de tudo, permanecia (e se repete) intocáveis. Ela coloca:

> As demandas da mulher moderna, então, incluíam: cuidar do lar – casa, filhos, marido, si mesma -, de preferência sem ajuda profissional: estudar pra ser uma boa dona de casa, esposa e mãe; ajudar financeiramente o marido em caso de necessidade, sem competir com ele no mercado de trabalho; ser obediente, fiel e sexualmente disponível para ele, uma vez que o desejo dela é questionável (Iaconelli, 2023, p. 79).

Da mulher moderna para a Mãe contemporânea avançaram reflexões, especialmente diante de movimentos feministas e pesquisas sobre as questões que perpassam a história social da mulher. Contudo, o sujeito discursivo se mantém pois é a memória, a narratividade e suas formações imaginárias que mobilizam o outro social enquanto sujeito que é, falando em referência às FDs e FI que provocam os efeitos e os sentidos ao colocá-lo em cena. Ou seja, é o interdiscurso apontando algo que já foi dito antes e em outro lugar. Isso aparece quando a Mãe herda o castigo de Eva inaugurando o mito cristão da criação humana, e fica à mercê das leis morais da sociedade de seu tempo, que são articuladas com as leis religiosas como as análises vêm mostrando.

Essa mesma fonte de normatividade provoca o efeito de sentido lei que assim como a lei jurídica requer penalização a quem as infringe. É o júri discursivo. Lei, consciência da lei, julgamento, culpa, penitência/pena. Foi assim com Eva, e é essa a premissa do Direito Penal. Diz o conceito de culpabilidade:

> [...] como um dos fundamentos indeclináveis da pena, consiste no poder agir (concretamente) de modo diverso, conforme o Direito. A culpabilidade, de outro lado, enfocada como valoração do objeto, é juízo de reprovação pessoal (de censura) que recai sobre o agente do crime (isto é, do fato ou injusto punível). Em conclusão: *culpabilidade é o juízo de reprovação que recai sobre o agente do injusto punível que podia concretamente agir de modo diverso, conforme o Direito, e não agiu* (Gomes, 2005, p. 13).

Esta é a espinha dorsal que sustenta os julgamentos. Nasce quando nascem os homens, no mito religioso, e segue conduzindo os cenários sociais. Descumprir uma lei torna o sujeito culpado e condenado a uma pena. Seja à penitência ou à penitenciária. Seja religiosa/moral, seja criminal/penal. Seja pelo descumprimento de uma lei da Igreja que influencia os julgamentos sociais ou do Estado, enquanto crime.

A Mãe que enuncia diz: ***Aí eu... aí que ficava batendo mais o martelo ainda (risos) que o problema era meu, que não era genética. (SD27)***. A expressão “bater

o martelo” provoca sentidos plurais. Pode significar o fim de transações financeiras como na bolsa de valores ou leilões; bater para fixar coisas, como artefato de carpintaria ou marcenaria; em um júri, a decisão final; no dito popular, um assunto encerrado.

De todo modo, a expressão escolhida, escolhe a Mãe. O martelo foi batido de antemão e qualquer coisa que se diga reafirma “o problema era meu”. Ela já é culpada discursivamente, os valores apregoados, o significante fixado e o julgamento encerrado antes de começar: é um “problema”, e é “dela”. As SDs denunciam o enlace com a lei religiosa e a lei do homem de tal modo que a expressão é metaforizada. A FD, com o discurso transverso que interdiscursivamente produz o efeito de articulação, sustenta a malha semântica.

Na AAD-69, o que Pêcheux (1997) mostrou, trabalhando com fórmulas, é que há uma possível variabilidade de substituições nos termos da superfície linguística de um discurso, que o mantém semanticamente na rede de significações. Ele pontuou:

> Temos, pois, uma série de *efeitos metafóricos* [...] cujo efeito é manter a ancoragem semântica através de uma variação da superfície do texto, pois no limite, Dxn não contém mais *nenhum* dos termos que pertencem a Dx, e lhe é, no entanto, por definição, semanticamente equivalente (Pêcheux, 1997, p. 97).

Embora não se trate de um leilão, um júri ou a construção de um móvel de madeira, o “martelo que bate” produz efeito dentro do que a FD determina e realiza uma significação sem que os sujeitos precisem se explicar diante do que a língua mostra como escolha.

Também chama a atenção o termo ***problema***, que é ***meu*** (da Mãe) se sobrepondo ao que o discurso biológico diz. Ou seja, a FLP é uma anomalia genética. Isso é explicado no CEPAC e já era sabido no momento da construção do *corpus*. Mas, como o martelo está batido de antemão, mesmo que haja uma prova científica explicando causas de questões orgânicas num bebê, o discurso se sobrepõe, e isso é um ***problema***. Como uma martelada, pode machucar, apertar. Faz barulho, mas no fim das contas, fixa.

Mais um significante ecoa neste enunciado. O que é um fator genético para o organismo? É aquilo que é herdado dos familiares anteriores. É uma hereditariedade biológica. Assim, mesmo que se aceite e compreenda que algo no bebê seja devido a genética, ela também é uma transmissão. É algo do real do corpo que pode de fato

ter relação com a mãe. Não só. Mas os sentidos que o termo “genética” evocam também colabora para se pensar, pela via do corpo, na responsabilidade. Um exemplo disso é quando se diz que alguém tem uma “boa genética”, ou “genética ruim”. É nos pais e familiares que se pensa.

Contudo, a Mãe descarta os outros e o martelo bate: ***o problema era meu***. A herança não é genética e sim discursiva. Como pode ser apreendido nas SDs, o enredo se repete desde o mito bíblico da origem humana onde uma lei conhecida foi burlada e as consequências do descumprimento foi responsabilidade do sujeito. Não importa o que pode haver de causas para qualquer questão com o filho, se Eva, que não tinha filhos, nem havia cometido o ato sexual, recebeu a sentença e, inicialmente, doeria como Mãe, é isso que retorna na narratividade, fora da Bíblia e na atualidade. A Mãe é enredada pela malha semântica do discurso.

A dor da culpa materna é anterior à maternidade, desde a origem da humanidade. A culpa é constitutiva do discurso da maternidade. A Mãe começa pela culpa. É assim que, embora haja vários fatores que resultam em questões físicas, psíquicas e sociais numa criança, em quem se pensa, primeiro, é na Mãe. Ela é a responsável soberana e, haja o que houver, a culpa é dela.

No júri discursivo a condenação vem antes das possibilidades de defesa, mas ela aparece. Assim como as SDs revelaram a culpa constitutiva, também revelam as possibilidades de amenizar o discurso e a ela se soma outras verdades sobre a maternidade que serão mostradas nas próximas seções.

3.4 Defesa: a negação e alívio da pena

A Mãe nasce culpada. Porém, há um gesto de resistência em sua voz numa vã tentativa de se defender. Vã, porque se defender é antes, reconhecer a possibilidade da culpa, pois não é preciso defesa de algo que não cabe ao sujeito. O lugar é aceito e a partir disso aparece a necessidade de se justificar neste lugar.

Como foi explicado na seção acerca da constituição do *corpus*, havia uma perspectiva inicial com a escolha de um aforismo, ligado a maternidade e a saúde, que não funcionou. Isso porque, em se tratando do discurso, a desejo consciente não se cumpre. O que se encontra a partir da atualização do enunciado, são achados que contribuem para a repetição. O aforismo, “o que importa é que venha com saúde”, é um entre tantos que, ao se relacionarem, engrossam o coro do que seja a Mãe e assim

fazem com que uma leitura isolada não tenha significado isolado. A leitura é significada discursivamente, ou seja, pela relação de sentidos estabelecidos ideologicamente em uma FD que possui suas marcas que passeiam pela memória interdiscursiva.

Achard (2020) ao relacionar “papel da memória” com “estatuto dos implícitos” diz:

> O que proponho neste texto é um modelo de trabalho do analista, que tenta dar conta do fato de que a memória suposta pelo discurso é sempre reconstruída na enunciação. A enunciação então, deve ser tomada, não como adivinha do locutor, mas como operações que regulam o encargo, quer dizer a retomada e a circulação do discurso (Achard, 2020, p. 21).

Assim, o aforismo não está só na rede de sentidos. O “instinto materno” e o “amor incondicional” são exemplos de teses populares que sustentam o olhar que se faz sobre a mãe. Os sentidos dessas teses deslizam para outras elaborações: “no coração da mãe sempre cabe mais um”; “maternidade é completude”, “a mãe sempre perdoa”, “não mexa com uma mãe”; “ser mãe é padecer no paraíso”, dentre outros. É comum encontrar reflexões acerca do instinto materno e da completude que a maternidade promove à mulher. Imperativos porque funcionam como uma ordem estabelecida e consensual entre os sujeitos que atualizam o discurso em cada novo enunciado. Isso tanto para a Mãe, que enuncia, quanto outros sujeitos que se autorizam pelo discurso a enunciar sobre a Mãe e a maternidade. Reitera-se que as máximas populares são provocativas para contemplação do discurso, pois os sentidos se sustentam e se mantém na malha textual discursiva e o que se enuncia coloca o sujeito frente à história. As frases e orações, a escolha de palavras, não são aleatórias, e no sistema da língua evidencia àquilo que está posto historicamente sobre o tema.

Levando-se em conta que a língua é “condição de possibilidade do discurso” (Orlandi, 2013, p. 22) e que os enunciados linguísticos evidenciam a relação entre sujeito e história, tomar as respostas a partir do aforismo da questão 17 (ligado a questão da saúde do filho), significou escutar não apenas o que os sujeitos dizem linearmente sobre isso, mas que construção discursiva, dotada de memória que produz efeitos sobre estes sujeitos.

Nas linhas linguísticas, o que aparece a partir do aforismo é uma sequência parafrástica de enunciados que remontam para o não reconhecimento de que as

condições de produção restritas do discurso tratam do oposto da saúde. De fato, a FLP não é uma doença no sentido estrito do campo da medicina. Porém, o que se encontra é uma série semântica cujo sentido se releva à análise sob outra questão que se regulam pelo “nada” e pela “normalidade”.

São repetições encontradas nos enunciados a partir da reflexão que o aforismo provoca de fato. ***Então assim, os meus filhos, desde que foram pra UCI pra ganha peso, desde que nasceram, na verdade, eles nunca precisaram fica entubado, nunca passaram por NADA, a não ser transfusão de sangue, porque daí é normal, né? (SD28).*** As crianças, neste caso gêmeas, nasceram prematuras e com FLP. Essa é uma questão particular e restrita. Mas a Mãe enuncia um “nada”, em caixa alta pela ênfase na fala, que tem o efeito de que estava tudo certo. Um “nada” que não é ausência, que não é vazio de fato, mas que pode ser pensado como uma tentativa de negar o que de fato caracteriza os primeiros momentos dos bebês. ***Mas assim, eles não tiveram NADA. Nada, nada, nada, nada, enquanto eu via, até vi um nenezinho morrer, na UCI (SD29).*** Noutro enunciado, o reforço deste “nada” se aplica de modo insistente e se soma a compreensão de que, o contrário do “nada” não é “algo”, ou “tudo”, e sim a morte. Além disso, a reflexão foi provocada por um aforismo que fala da importância da saúde e isso leva ao efeito de que “nada” seria o oposto de doença.

Junto a este significante outro se soma ao efeito de não reconhecimento de que algo resultou atípico ao organismo do bebê. A Mãe que fala através dos enunciados, clama pela normalidade. Assim, de modo parafrástico, SDs se alinham e constroem um quadro repetitivo aonde junto do termo “normal” é possível encontrar o movimento de busca que justifique a normalidade desejada pela Mãe.

Normal. Ele dorme bem, ele se alimenta bem, ele brinca. Só chora quando tá com fome ou tá com sono (SD30). Como se fosse possível dizer: A criança come, brinca, dorme e só chora de fome ou sono. Logo, a criança é normal. Apaga-se a diferença e, na contrapartida da doença que poderia ser pensada em conflito com o aforismo da pergunta, busca-se o que iguala o bebê a qualquer outro bebê. Se o que está posto como “normal” é observável na rotina, para a mãe, há saúde.

Em outro caso, a possibilidade da normalidade escapar é cogitada. ***Mas por enquanto tá ... tá normal (SD31)***, mostra que a estabilidade pode ser abalada, mas não se estende na elaboração disso. Novamente o movimento que coíbe a diferença

e busca a normalidade aparece na reticência. Naquilo que não pode ser assumido em palavras, mas que o "por enquanto" denuncia.

Quando a Mãe diz, ***tem dias que é cansativo (risos), mas né (?), normal assim dentro do possível (SD32)***, ela clama outra característica da lida cotidiana com uma criança que iguala as funções, o cansaço. Porém, é um cansaço "normal" e mais uma vez aparece uma fagulha de equidade entre a criança que tem condições atípicas e as que não tem. Ou seja, para a Mãe em sua função cotidiana, que não se queixa do trabalho que se soma e sim, se conforma ***dentro do possível*** e busca cumplicidade em sua articulação, "né"?

Normal. Uma criança tranquila. Não tem problema de saúde. Graças a Deus, hoje é uma criança bem saudável (SD33). Se "hoje" é uma criança saudável, é porque há a possibilidade de não ser. Seja por questões anteriores ao momento pontual da construção do *corpus*, seja pelo que há de vir. A fagulha da diferença, e a insistência da igualdade para uma criança que, porque "Deus" (novamente ele, que é a voz da lei) quer, é ***tranquila*** e ***bem saudável***. Que fique claro: ***bem*** saudável faz um contraponto para pouco saudável ou doente. O sentido é regular, estabilizado discursivamente. Cada enunciado que segue a pergunta 17[20] mantém a escolha lexical e o "normal" se repete como um coro:

É normal. Normal... É... a única diferença é que pra... pra amamentação quando ele nasceu, nunca podia amamentar ele deitada (SD34).

Mas de resto é tudo normal. Ele brinca, tudo igual uma criança normal da idade dele (SD35).

Normal. Ele come sozinho, bebe sozinho. Não tem muita dificuldade (SD36).

Normal. Tudo normal (SD37).

É normal. Não tem assim, aquele cuidado extra, né? É normal (SD38).

Normal. Tranquilo (SD39).

O "normal" aparece e o que alicerça o sentido de normalidade tem semblantes de igualdade em relação a crianças que não possuem FLP e isso, ao ponto de ser possível constituir um ritmo de equivalência:

---

[20] Questão 17 do questionário: Vou te colocar uma frase para a gente conversar. Eu gostaria de saber se você já ouviu isso antes (de quem? quando?) ou se você já usou essa frase (quando? em que situação?): "O que importa é que venha com saúde"?

Normal	Dorme; se alimenta; brinca; chora pouco.
Normal	Cansativo.
Normal	Tranquilidade; saudável.
Normal	Única diferença se sempre mamar sentado.
Normal	Brinca.
Normal	Come sozinho; dorme sozinho.
Normal	Sem cuidados extra.
Normal	Tranquilo.

Assim, a repetição de um padrão de sentidos que normaliza o trabalho da mãe com seu filho, não particulariza a lida com as crianças. O que se captura pela análise dos enunciados na reflexão imediata sobre o aforisma é que, a provocação teve resultados que não são de uma pretensa hipótese de respostas prontas. Quem responde é o discurso que está sustentando pela FD e toda a trajetória que produz sentidos sócio-históricos.

A paráfrase colabora para que seja possível ao analista encontrar os sentidos que os enunciados revelam, pois, em AD, não se trata de olhar apenas à repetição da palavra “normal”. São os efeitos sentidos que as SDs evocam que promovem sua aproximação. Não é para a primeira coluna do quadro que se olha, mas para os efeitos de sentido que a explicação da normalidade, na segunda coluna, evoca uma igualdade, não nas crianças e sim naquilo que é o trabalho, a função de toda Mãe que, sendo zelosa e conhecedora de sua condição, não pode dizer diferente. Não pode dizer que a condição de um filho, seja qual for, é ruim, desconfortável, chata, trabalhosa, incômoda: anormal.

Ao falar do filho, a Mãe fala de sua posição e o aforismo é indiferente. Poderia ser outro ou nem ser usado, mas a análise cumpre o seu papel: o que se escuta é a Mãe que, sendo culpada, tende a aliviar essa culpa enunciando, conformada no lugar discursivo que ocupa. Está tudo “normal” e “tranquilo”. É o que é e como deve ser. Não há diferença. Os enunciados mudam, mas a cadeia e sentidos se repete.

Para Léon e Pêcheux (2015):

> [...] face a essa base sintática de verticalidade paradigmática, a produção discursiva do sentido se estabelece, simultaneamente,

> sobre uma sintagmatização horizontal, uma deriva, deixando traços na intradiscursividade da sequência textual. É o ponto onde, no discurso, a sintaxe lógica da frase cede e se corrompe em proveito de uma intra-reformulação de sequências discursivas por ela mesma, tendo em direção à autonomização de um mundo discursivo auto-referido" (Léon; Pêcheux, 2015, p.173).

Outra vez, a FD da maternidade é soberana e determina o que pode e deve ser dito e rompe o atual referindo ao que já se dizia. Então, a relação entre o termo "normal", as SDs e o aforismo, coloca em pauta o aspecto de defesa do júri da Mãe. Sendo ela culpada desde antes e buscando abrandar a penalização (a de sofrer na gravidez e sentir dor ao nascimento de um filho), a Mãe procura negar e normalizar quaisquer que sejam os desgastes que seu lugar possa ocupar. É preciso que venha com saúde. É preciso que se veja a saúde, pois é bom lembrar que o sucesso biológico do novo ser tem relação direta com o corpo que habita, desde a organização social (como mostrado na seção 3.2). Quanto mais imprevistos, mais se revela o que falhou e a responsabilidade recai na Mãe. E não se trata de negar que uma criança com FLP possa se desenvolver sem contratempos. O CEAPAC oferece o tratamento multidisciplinar e fornece as orientações para a criança crescer adequadamente correspondendo às necessidades orgânicas e socioemocionais. Mas, a repetição parece promover outro sentido

Em "A Negação", Freud (2011) explica uma operação de censura que protege o sujeito do inconsciente e que, por analogia, funciona para a Mãe (sujeito ideológico). O sujeito, em análise, levanta questões inconscientes que só podem adentrar ao seu discurso pela forma de negação. Ele não se autoriza a revelar o conteúdo de modo direto.

A Mãe, busca o "nada" e o "normal" sem que tivesse sido indagado, pois a questão era sobre conhecer o aforismo e o que se ouve é, repetidamente, algo que soa como defesa. Outro exemplo disso pode ser encontrado em: ***Eu não vejo isso como probrema, eu vejo isso como solução, né? Por que é fissurado? É. Mas tem solução, né? Então, o importante é que tá com saúde, que ele tá bem, tá se desenvolvendo. E eu não vejo esse caso como impedimento, de fissura, de crescimento e desenvolvimento. Não vejo. Eu vejo como uma criança normal. Crescendo normal (SD40).*** Quem falou em "problema"? Quem falou em "impedimento"?

Para Freud (2011):

> Portanto, o conteúdo reprimido de uma ideia ou imagem pode abrir caminho até a consciência, sob condição de ser *negado*. A negação é uma forma de tomar conhecimento do que foi reprimido, já é um levantamento de repressão, mas não, certamente, uma aceitação do reprimido (Freud, 2011, p. 277).

O efeito de sentido que se apreende é que, passa pela Mãe a ideia de problema e impedimento. Mas ela não pode dizer isso. O que ela pode é, ao produzir sentido, negar rapidamente e enunciar sob a forma de ***não é um problema***, não há impedimento. ***Eu não vejo***. O que Freud encontrou com seus pacientes foi, em análise, suprime-se o "não" para encontrar a evidência do que é.

Para o sujeito ideológico, suprimindo o "não", encontra-se um gesto de "quase" trair o lugar de conformismo e aceitação que é destinado à Mãe, que afinal de contas, pecou um dia. Além disso, o gesto de imagens entre sujeitos onde a Mãe, no banco dos réus, culpada, se defende: ***então, o importante é que tá com saúde, que ele tá bem, tá se desenvolvendo***. Junto disso, na mesma linha de significações, ***normal***, ***tranquilo*** e a certeza de que não houve ***nada***.

É assim que, socialmente, a Mãe busca consolo de algum modo para que o que seja acompanhado ao fato de gerar e parir uma criança, seja brando e prontamente abraçado pelo sujeito. Se isso não acontece, não é Mãe e à pena somam-se agravantes. Pois ser Mãe com suas dores já é um castigo pela responsabilidade de desobedecer a ordem divina, então na caminhada sócio-histórica do discurso, esse lugar segue o atravessamento religioso cristão e não basta a dor mitológica. A Mãe, para que tenha abrandada a sua culpa, precisa seguir a boa conduta que as leis determinam.

Seguindo Althusser (1976) e reconhecendo o sistema religioso e o sistema jurídico como AIEs, observa-se a FD religiosa cristã e a FD do estado de direito atravessando a FD da maternidade por refletir nela que haja leis para a Mãe e um julgamento (moral e social).

Deste modo, chegou-se à tese de que a culpa é constitutiva da FD da maternidade e, portanto, verdade de origem. Porém, a relação entre as FDs não se encerra aí. Há outra mulher bíblica evocada na influência sobre o que é uma Mãe. Maria, a própria Mãe do Deus encarnado, mostra como abrandar a culpa. O discurso segue com seu atravessamento religioso. A lei mostrou que a mãe é culpada, que dor está no seu destino e se chega ao exemplo de como deve ser. As SDs seguem

mostrando alívio da pena com aquele que é soberano e inquestionável: o amor materno.

3.5 Amor materno: Liberdade em condicional

Sem perder de vista que a culpa constitutiva da FD da maternidade emergiu como significante dos enunciados da pesquisa, na pergunta de número 19[21] do roteiro para a construção do *corpus,* a memória acerca do lugar materno reflete outro ponto evidenciado pelos enunciados. A reflexão girava em torno do significado de maternidade e os sentidos concorrem para um alinhamento que leva ao "amor materno", pois falar da maternidade é falar de um lugar.

Esse lugar é construído discursivamente e, neste caso, analisado em um dos vários espaços de circulação acerca do tema em que, sobretudo, os sentidos se destacam. Assim, um ponto a ser levado em consideração é a própria abordagem. A pergunta era: "O que significa maternidade para você"? O termo "significado" pode ocasionar um equívoco de ordem teórica que seria ponto contraditório em se tratando do dispositivo da AD.

"Significado", aqui, não diz respeito a relação dos signos com o que eles designam, ao modo da Linguística. Se assim fosse, podia-se reunir algumas das escolhas das Mães: ***realização***, ***amor***, ***acolhimento***, ***responsabilidade***, ***carinho***, ***superação***, ***paciência***, ***doação***. A partir disso, poder-se-ia chamar esses enunciados como atributos próprios de ser Mãe.

Embora a abordagem seja acerca da compreensão comum sobre o que "significado" representa, enquanto designação de uma coisa qualquer, quando se tem a AD como alicerce da pesquisa, não é possível seguir sem acrescentar as perguntas: "pra quem"? "Por quê"? "Quando"? "Em quais condições"? "Para todas"?

Isso quer dizer que é para o discurso que se olha e, portanto, para além da materialidade que se coloca. Em verdade, não se trata do significado, mas dos efeitos de sentido que os enunciados representam e que circulam a partir deles, lembrando que, para Pêcheux (2014, p.151), a materialidade é concebida em sua existência sócio-histórica, portanto, está posta em relação às CP, que, para a Mãe, está sob o

[21] Questão número 19: O que significa maternidade para você?

enlace da lei e ordem, no entrelaçamento das FDs religiosa e jurídica como vêm se mostrando nessa pesquisa.

Trata-se da FD da maternidade. Isso significa que existe um estatuto do que é possível, do que é autorizado para uma Mãe enunciar. O que se pode dizer sobre o significado da maternidade levando-se em conta toda a narratividade mostrada por essa pesquisa? As mães empíricas encarnam a Mãe do discurso e, numa flechada, seguem a mesma seta que leva a referência, cujas falas comprovam a manutenção.

“Superação”, enunciada por um atleta; “paciência”, por um usuário do transporte público; “doação”, por um sobrevivente da Segunda Guerra Mundial, em 1945; “amor”, na voz de uma prostituta. São os mesmos vocábulos, mas não são, definitivamente, os mesmos sentidos ao encontrá-los nos enunciados desta pesquisa. Pêcheux (2014) afirma que:

> [...] nenhuma determinação pode ser aplicada ao nome próprio, devem necessariamente existir *termos que não sejam nomes próprios*, a partir dos quais precisamente, os nomes próprios, ou antes, as expressões parafrásticas que lhes correspondem, possam ser construídos por determinação (Pêcheux, 2014, p.90).

Como se sabe, há uma posição sócio-histórica em que o sujeito, ao enunciar, se filia e que o remete ideologicamente para que ele possa dizer. Tomar o “significado” da maternidade é encontrar a Mãe discursiva, enunciando afetos e efeitos dos sentidos que a FD permite, o que resulta em atributos pré-construído e dizíveis.

Seguindo o entrelaçamento religioso (cristão) que transverte a FD da maternidade, não se escapa de olhar para a mãe bíblica, símbolo de amor e devoção. As deusas e sacerdotisas eram presentes em outras religiões e hoje também fazem parte das figuras importantes em várias crenças.

Porém, segundo Robles (2019):

> No lugar de Ísis enigmáticas, Afrodites ou Vênus sensuais, de uma Hera ciumenta e perseguidora do Zeus eternamente infiel, da Juno apaixonada, da Deméter fecunda ou da noturna Perséfone, o dogmatismo interpôs a Mãe de Deus Filho, esposa do Espírito Santo e filha tardia de São Joaquim e Santa Ana, como marco absoluto de graça e pureza perfeitas, ainda que tivesse experimentado em seu mistério sagrado e elevado o dogma da fé a concepção, a gravidez e o parto daquele que seria o Redentor de nossos pecados. (Robles, 2019, p. 298 - 299).

Se Eva cunhou o pecado e a culpa, Maria aparece como exemplo de salvação. Virgem (opondo-se à sexualização de Eva), obediente, mãe de Jesus (a salvação). Em sua passagem pela história, não se sabe muito e não há outras atribuições. Ela é a mulher escolhida para a maternidade do divino e, ao ser abordada pelo Anjo Gabriel, o que ela responde, apesar do mistério de sua gestação virginal, é: “Eis a escrava do Senhor. Faça-se em mim segundo a tua palavra” (Bíblia, p. 1310). Maria é serva e, seu serviço é ser Mãe. Sua qualidade, obediência. A Mãe, segue sendo feita, constituída, pela “palavra”.

Mesmo na Bíblia, entre Eva e Maria, outras mulheres aparecem, mas, a partir de Maria, um modelo de santidade se instala, promovendo um apagamento das figuras bíblicas, das deusas e sacerdotisas pagãs.

Segundo Robles (2019):

> O mundo cristão concentrou sua devoção no princípio da unicidade, que veio a apagar da consciência cultural e religiosa uma lista de conquistas que desapareceram dos costumes sociais a partir da presença da Mãe de Jesus e de sua peculiar entronização como ser eleito pela divindade para engendrar ao Redentor de nossos pecados (Robles, 2019, p. 304).

Quem era Maria? “Mãe” de Jesus. Essa é a ocupação da mulher mais santificada para os cristãos de maneira que a cultura e sociedade se instalam em torno do mito religioso. Mãe que recebe a graça porque é obediente e piedosa e, a partir disso, gesta e cria, para o mundo, aquele que redime o pecado inaugurado por Eva.

Seguindo o seu exemplo, quando se pensa em outras respostas à pergunta sobre o “significado” da maternidade, é da ordem do impossível de enunciar, nesta FD coisas do tipo: ódio, rejeição, abandono, violência, egoísmo, desprezo. Ainda que não seja impossível, na ordem dos afetos. Ou seja, ao perguntar a uma Mãe o que lhe significa a maternidade e ela responder “raiva” ou “tristeza”, suscitaria estranhamento. Trata-se de um efeito de sentido estranho ao que se espera no arcabouço das possibilidades enunciativas da FD da maternidade.

Logo no início do prefácio da edição de bolso de “Um amor conquistado: o mito do amor materno”, Elizabeth Badinter (1980) aponta:

> A julgar pelas reações apaixonadas que este livro provocou – e que me surpreenderam, confesso -, a maternidade é, ainda hoje, um tema sagrado. Continua difícil questionar o amor materno, e a mãe

> permanece, em nosso inconsciente coletivo, identificada a Maria, símbolo do indefectível amor oblativo (Badinter, 1980, p. 9).

Dois pontos a serem comentados. Primeiro, o fato de que, desde essas palavras até o momento, passaram-se 42 anos e questionar o amor materno segue sendo tarefa difícil. Embora se tenha refletido sobre novos modelos de maternidade, essas reflexões estabelecem diálogos sobre aspectos sociais, étnicos, econômicos, orgânicos. São evidências dos tempos. Contudo, quando o objeto é o discurso o que se faz é justamente questionar as evidências. Não se trata, aqui, de questionar o amor materno e sim, o que leva ao fato de que ele ainda é inquestionável enquanto uma verdade atribuída a Mãe. Ou melhor, o "não amor" é impossível de enunciar. Desse modo, parece haver um deslizamento de sentidos que aproxima, ao amor materno, numa espécie de relação sinonímica, os enunciados do *corpus*.

Nas SDs que serão analisadas a diante, ***realização, amor, acolhimento, responsabilidade, carinho, superação, paciência, doação*** apresentam uma relação parafrástica entre si e produzem efeitos que direcionam à matriz de sentidos: amor materno. Pêcheux explica que, "[...] a produção de sentido é estritamente indissociável da relação de paráfrase entre sequências tais que a família parafrástica dessas sequências constitui o que se poderia chamar de 'matriz de sentido'" (Pêcheux, 1993, p.169).

A maternidade pode ser ***amor, carinho (SD41)*****,** e condições particulares não desestabilizam o amor materno místico e significante na FD. Ademais possível encontrar alento para a maternidade quando se lê: ***É um lugar de paz, eu acho (SD42).*** Paz que reconcilia a Mãe ao Eden, mas um lapso mostra a possibilidade de que não seja assim. "Eu acho" é uma expressão comumente usada quando há incerteza. O sujeito, encoberto pelo "eu", poderia achar, encontrar a paz nesse lugar (o da maternidade), mas, socialmente, a expressão é tomada como uma reflexão que segue a afirmação "é um lugar de paz". Se é, mesmo, a frase poderia encerrar por aí. A Mãe faz um gesto de resistência à plenitude que é atribuída ao lugar que ocupa, mas somente amparada pela afirmação pacificadora que vem antes.

Do mesmo modo, em ***maternidade pra mim hoje, é superação, paciência, muito amor (SD43***), o efeito de evolução mostra um caminho que, novamente, desemboca no amor. Se é assim, "hoje", parece que não foi assim sempre e, na sequência, uma jornada mostra que, entre o ontem e o hoje, foi preciso passar por

etapas. Primeiro, a ***superação***. O que foi preciso superar? Não é dito. Depois, ***paciência***, mas não se diz se com algo ou alguém. Se com as situações ou se com o filho, ou se com os dois. Mas é uma etapa que leva, ao fim, ao amor, ***muito amor***. É como se a Mãe dissesse, “não me leve a mal àquilo que não pude nomear e já superei, pois veja, maternidade ***para mim*** (eu, forma-sujeito-mãe), no fim das contas, é ***muito amor***. Não pouco, não só amor, mas ***muito amor***. O amor da Mãe seria qualquer fagulha de uma queixa sobre surpresas e do trabalho com a criança. E ele pode ser interpretado diante de outras escolhas que, de todo modo, retornam às figuras femininas bíblicas evocadas pela análise.

Em: ***É a realização assim, da minha vida (SD44)***, a maternidade aparece como o ato que coroa a mulher em sua principal função. Não é “uma” das realizações, é “***a***” ***realização*** e isso retoma toda a história social e discursiva acerca da aptidão que se espera para uma mulher conforme já se comprovou.

Fazendo parte da FD, e da herança culpada ou virtuosa que acomete a Mãe do discurso, não se pode esquecer que, e os sujeitos não deixam esquecer, o significado de maternidade, ***com todas as mães, eu acho que é doação (SD45).*** Doer, desde Eva; doar, desde Maria. O estatuto da maternidade está delineado desde antes da mulher ser mãe e, embora não seja matéria desta pesquisa, o discurso também afeta a mulher que escolhe não ter filhos. Assim, dizer, em outra direção que não seja a do amor, é quebrar as leis. Se o enunciado escapa, se a ideia ocorre, a culpa aparece. A Mãe, ***acha*** que, para todas as mães, a maternidade é ***doação***. Não tem certeza, e não dizendo, diz. Mais uma vez, o “acho” tem o enfeito de dúvida. Ao menos se “procura” para, então, achar. Há a possibilidade de ser diferente. Contudo, o discurso segura as palavras.

Ao substituir os substantivos das SDs pelos demais, em qualquer dos enunciados, os efeitos de sentidos mantêm-se em uma região discursiva segura: É um lugar de ***acolhimento***, eu acho; É um lugar de ***responsabilidade***, eu acho; É um lugar de ***doação***, eu acho. Maternidade pra mim hoje, é ***paz***, ***doação***, muito ***carinho***. Com todas as mães, eu acho que é ***acolhimento***.

Não há estranhamento em usar qualquer desses substantivos em qualquer dos enunciados. Isso porque os enunciados estão na FD da maternidade que regula o que “pode” e “deve” ser dito. Ao realizar as trocas, encontra-se uma lógica no jogo da intepretação dos sentidos. Para Pêcheux (2015):

> É, portanto, definitivamente, nessa tensão contraditória entre uma lógica da interpretação de formas logicamente estáveis e das estratégias de construções discursivas pegas na deriva que reside, para nós, o centro da discursividade [...] (Pêcheux, 2015, p.173).

Há uma lógica estável, porém, dentro de um centro discursivo. As construções no jogo da discursividade não estão no campo gramatical. Não se pode enunciar "maternidade pra mim hoje, é *terror*, *egoísmo*, muito *ódio*", na FD da maternidade e isso não é novidade nas culturais da base materna.

Para Badinter (1980):

> A cultura não passa de um epifenômeno. Aos seus olhos, a maternidade e o amor que a acompanha estariam inscritos desde toda a eternidade na natureza feminina. Desse ponto de vista, uma mulher é feita para ser mãe, e mais, uma boa mãe. Toda exceção à norma será necessariamente analisada em termos de exceções patológicas. A mãe indiferente é um desafio lançado à natureza, a a-normal por excelência (Badinter, 1985, p.15).

Ou seja, trata-se de um fenômeno duradouro, com historicidade e que a AD pode explicar pela evidência discursiva. Colado ao que é possível enunciar, encontra-se o impossível diante de uma exterioridade ao material e, sobretudo, diante da memória. Chega-se ao tocante da memória e suas designações, como explica Freda Indrusky (2011): "[...] repetição, pré-construído, discurso transverso, interdiscurso[...]" (Indursky, 2011, p. 68).

A FD da maternidade apresenta seu repertório que não começou no agora empírico e não se encerra, já que produz efeitos. O sujeito não percebe que habita os dizeres estabelecidos na FD que ocupa. A Mãe enuncia porque entende que é o que sente; entende que são os significados da maternidade que podem ser ditos para qualquer Mãe, mesmo que o lugar seja o tempo todo repleto de amor, doação, responsabilidade, realização.

Outro ponto a ser abordado, em relação aos sentidos discursivisados em uma FD é o fato de que, um termo linguístico não tem ponto de origem que designe seu significado. É no funcionamento da FD que os sentidos se produzem e reproduzem. Pêcheux (2014) mostra isso como princípio de funcionamento do interdiscurso:

> [...] é *porque* os elementos da sequência textual funcionando em uma formação discursiva dada, podem ser importados (meta-forizados) de uma sequência pertencente a uma outra formação discursiva que as

> referências discursivas podem se construir e se deslocar historicamente (Pêcheux, 2014, p.158).

Assim, ***realização, amor, acolhimento, responsabilidade, carinho, superação, paciência, doação***, ganham o “significado” e estatuto do sentimento materno. Isso, mesmo que ***paz*** possa pertencer na FD de um general do exército iraquiano ou no júri da separação de uma sociedade, sob outros efeitos de sentido. Ou que ***superação*** não seja o mesmo caso haja um falecimento na família, ou que se esteja conversando com um para-atleta. Trata-se da FD da maternidade e os sentidos são sempre metáforas daquilo que o espaço discursivo autoriza significar.

A questão é que, a Mãe, culpada de origem, sendo amorosa e virtuosa, padece no paraíso e se reconcilia ao pé da cruz. É a sombra do atravessamento religioso como imperativo sobre aquela que ocupa o lugar e se trata do discurso, não de fatos. Não importa se quis ou não ser mãe; se tem rede de apoio; qual a condição financeira; como é a saúde dela ou do filho. O dito popular anuncia, “mãe é mãe”; o discurso mostra, “mãe é Mãe”. A culpa se dissolve se: ***Ser mãe é a melhor coisa que me aconteceu (SD46).*** Embora haja a condenação constitutiva e condicional, o amor oferece a ilusão de liberdade, porém, como visto, do discurso não se escapa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desculpa ter chorado (SD47).

Independente da circunstância e dependente da história, a culpa está aí num pedido de des-culpa. Não se trata de perdão, pois não foi essa a escolha lexical. Alguns sinônimos que o dicionário Aurélio (Minidicionário Aurélio, 2010, p.LXX) mostra ao explicar o significado do sufixo latino “des” são atribuídas as noções de separação, transformação e negação, entre outras.

Separe a culpa; transforme a culpa; negue a culpa. Des-culpar nesta CP, é um pedido de retirar, de se despir da culpa. A escolha da Mãe, para além de ser gramatical, é discursiva. Não há o que perdoar, mas há o que des-culpar. A culpa está presente e é assumida pela Mãe, pelas mães, e pelos sujeitos que se filiam a FD da maternidade ao referenciar a Mãe.

Este trabalho iniciou numa proposta de ouvir quem é a Mãe, pela voz de mulheres cujas crianças estavam em tratamento clínico. Como já apontado, parecia que essa particularidade poderia se estender aos enunciados. Como o *corpus* fala por si, logo os sentidos levaram as análises à culpa e a repetição deste significante não pôde passar despercebida. A culpa funciona discursivamente para as “Mães/mães”, sejam elas falando deste lugar, seja outro falando para elas. O *status* é reforçado como um coro de vozes de vários sujeitos de lugares marcados pela FD.

O estranhamento inicial se deu pelo fato de que não se tratava de ação/reação. Não havia, neste caso, uma ação real que pudesse de fato colocar a mulher-mãe responsável pelo que ocorrera com o filho, e, portanto, culpada. Foi ao encontro deste estranhamento apontado pelas SDs que a pesquisa caminhou para mostrar o julgamento discursivo pelo qual a Mãe se torna evidente nos enunciados.

Um julgamento diferente. Não é um suposto crime, com defesa, acusação e júri que levariam à sentença. Em se tratando da FD da maternidade, a sentença se adianta: culpada.

Conforme a pesquisa foi caminhando (desde as entrevistas, transcrições, olhar sobre o *corpus*, seleção das SDs, análise no trânsito entre teoria, tema e enunciados), a impressão que tomava conta era a de que não havia novidade. Mães específicas não tinham discursos específicos posto que, a quem se ouve, é a Mãe-sujeito do discurso. Num primeiro momento pensei (e agora peço licença para a primeira

pessoa): “E se fossem outras perguntas”? “Eu devia ter insistido aqui ou acolá”? “Seriam necessárias outras mães”? “Por que não outro *corpus*”?

Percorrido o percurso que foi como foi, entendi que não se trata de uma impressão, mas de um efeito de sentido: poderia ser diferente. O vazio convoca os sujeitos a assumirem uma posição, uma forma-sujeito. Também convoca o analista a buscar os sentidos em seu incômodo. Era preciso assumir a presença do discurso da culpa e buscar sua história pois, a singularidade da voz da mãe encontra opacidade da voz discursiva. A pesquisa encontra o dito, de outro modo, em outro lugar, no não dito.

A mãe sentir-se culpada por algo que não dependia de sua consciência e responsabilidade pareceu contraditório. Essa perturbação que moveu a pesquisa levou ao que se conclui, para este momento: *a culpa é constituinte da FD da maternidade* e a principal via para se chegar a isso é a confluência do discurso religioso cristão na FI de um tempo, que tem sido historicamente longo.

O Gênesis, “origem do mundo e da humanidade” (Gn 14), pode ser descrito como o livro de “origem da vida e da história” (Gn 13) e isso tem sentidos muito representativos no discurso e nos efeitos que os textos bíblicos provocam na sociedade ocidental. Ao lê-lo, se encontra um Deus que cria o mundo pela palavra imperativa. Deus diz e a partir disso as coisas passam a existir. É ele quem inaugura a maternidade pela culpa de Eva, sem que antes ela gestasse ou parisse.

A palavra primeiro, e isso na Bíblia, retorna na ordem de criação: “No começo a Palavra já existia” (João 1 1). Para a análise, no começo o discurso já existia. As mães da pesquisa se tornam “dispensáveis” posto que, o que se colhe é anterior aos seus enunciados. O discurso da maternidade não começou quando começa este trabalho de doutorado e não termina aqui. Apenas as considerações são finais.

Portanto, primeiro encontrei a sentença que coloca a Mãe como culpada. No mesmo *corpus*, outros enunciados mostram as possíveis saídas para a sentença da culpa. Encontrei uma espécie de “negação” de estranhamentos que a novidade de uma anomalia poderia causar em contraponto a “normalidade” orgânica do nascimento de um filho. A Mãe recorre à normalização, a aceitação. Essa tônica não é incomum a outras particularidades em relação aos filhos, pois o que se encontra discursivamente e socialmente é que a Mãe perdoa, a Mãe permanece, a Mãe acolhe. As adversidades se tornam “normais”. Para a mãe a “norma” é aceitar. Se contrária a isso, o discurso determina que quem cuida da criança não pode ser chamada de Mãe.

Na continuidade, encontrei o “amor materno”, que não podemos esquecer que é “incondicional” e “instintivo”. O discurso diz isso e as mães enunciam nas entrevistas falando da realização, da responsabilidade, das formas de amor.

Culpada na sua origem, a Mãe discursivisada por sujeitos em posições e lugares diferentes, vai apresentando sua defesa e atenuantes para a sentença inevitável.

Estudiosas buscam compreensão em outros campos. Badinter (1985) aproxima o amor materno a partir da ideia de instinto e diz “[...] embora muitos cientistas saibam perfeitamente que o conceito de instinto está caduco, alguma coisa em nós, mais forte do que a razão, continua a pensar na maternidade em termos de instinto” (Badinter, 1985, p.11). A filósofa também questiona qual seria o fim da culpa da mãe: “Saberão elas impor seus desejos e sua vontade *contra o discurso servil da culpa*?” (Badinter, 2011, p. 2018 – grifos próprios).

Fidalgo (2003), mostra em sua pesquisa que o feminismo contribuiu para quebrar o silenciamento e dar voz à mãe: “Só a partir do século XX as mulheres ficaram em condições de poder inflectir essa tendência, pelo que para muitas se tornou um prazer falar do silenciado, trazendo a mãe para o terreno feminista”. (Fidalgo, 2003, p. 241) e ela conclui que *a resistência não é à maternidade, mas aos significados* que foram se construindo no âmbito cultural.

Em “Manifesto antimaternalista”, a psicanalista Vera Iaconelli (2023) fala da subjetivação de um lugar, de uma função que define os sujeitos como pai ou mãe de uma criança. Isso não seria dado nem pela Biologia, nem pelas leis jurídicas. Contudo, ela chama a atenção para o fato de que, “[...] a romantização das competências das genitoras faz com que, convenientemente, outras pessoas que cuidam de um bebê sejam consideradas *arremedos* perto dela [...]” (Iaconelli, 2023, p. 218).

As leituras mostram que, o lugar materno está timbrado. Há quem cuide, como uma Mãe. Há quem ajude a Mãe. Há a rede de apoio à Mãe. Mas o lugar é dela e esse lugar é repleto de “como” estar nele. Com amor, instintivamente, virtuosamente, servil e, sobretudo, culpada.

Por mais que a luta feminista faça avançar reflexões sobre a dita imposição do lugar materno, da maternidade em si e dos imperativos de como uma mulher deva agir em relação este lugar, a referência é o lugar timbrado. É a partir de certeza deste lugar e de tudo que o envolve que os modos de resistência, as reflexões, os modelos (favoráveis ou contrários) se manifestam.

Não se trata de “cada um faz sua parte” e sim uma “rede de apoio para a Mãe”. Ou seja, para que ela cumpra o que lhe cabe. Não se fala de uma babá ou uma professora desempenhando papel importante no desenvolvimento de uma criança e sim que elas fazem o “papel da mãe”. Não é que um pai cuide de seu filho e sim que ele ajude a Mãe.

Discursivamente e ideologicamente os lugares são sócio historicamente definidos para todos os sujeitos. O da Mãe é cunhado pela culpa; está no timbre e as nuances da reflexão acima contribuem para isso.

Parece que o espectro de saída para a culpa seja não se tornar mãe. Pois, se a mulher, ao se tornar Mãe, não pode renunciar ao restante, se não pode passar noites em claro, se não pode se doar, se não pode cuidar, se não sente amor a qualquer condição, esta mulher não pode ser Mãe.

Assim acabaria a culpa? Ao que se pode afirmar, a partir do estudado, não. A culpa se mantém, pois o discurso segue produzindo este efeito, desde Eva, que nem mãe era quando se tornou culpada e sentenciada a doer como mãe porque carregou a culpa pela desobediência à lei original. O discurso religioso cristão impera e move os enunciados filiados a FD da maternidade. A sociedade se sustenta a partir disso, independente da Igreja e religião que os sujeitos sociais frequentem. Os ecos da Bíblia e do cristianismo atravessam a cultura e os costumes ocidentais desde a Idade Média, influenciando a política, as leis jurídicas e demais AIEs.

Da condenação à absolvição, a culpa funciona na FD da maternidade constituindo o emblema ao qual os sujeitos identificam e se identificam. E se for possível, que a reflexão desse trabalho seja um passo para dizer à Mãe: Está desculpada!

4. ANEXOS

4.1 Parecer consubstanciado do CEP

UNIOESTE - UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: O QUE IMPORTA É QUE VENHA COM SAÚDE:ANÁLISE DO DISCURSO SOBRE A MATERNIDADE ATRAVÉS DE FALAS DE MÃES DE CRIANÇAS EM TRATAMENTO DE SAÚDE[22]

Pesquisador: CAROLINE MARIA BRACIAK **Área Temática:**

Versão: 2

CAAE: 50086921.4.0000.0107

Instituição Proponente: Universidade Estadual do Oeste do Paraná/ UNIOESTE

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 4.905.293

Apresentação do Projeto:

Saneamento de pendências da pesquisa:

Título da Pesquisa: O QUE IMPORTA É QUE VENHA COM SAÚDE:ANÁLISE DO DISCURSO SOBRE A MATERNIDADE ATRAVÉS DE FALAS DE MÃES DE CRIANÇAS EM TRATAMENTO DE SAÚDE Pesquisador Responsável: CAROLINE MARIA BRACIAK Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 50086921.4.0000.0107

Submetido em: 13/08/2021

[22] No projeto inicial este era o título e assim foi apresentado para que a pesquisa pudesse começar. As alteração serão apresentadas ao CEP na conclusão deste trabalho.

Instituição Proponente: Universidade Estadual do Oeste do Paraná/ UNIOESTE

Situação da Versão do Projeto: Em relatoria

Objetivo da Pesquisa:

Vide descrição anteriormente apresentada

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Vide descrição anteriormente apresentada

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Vide descrição anteriormente apresentada

Endereço: RUA UNIVERSITARIA 2069
Bairro: UNIVERSITARIO **CEP:** 85.819-110
UF: PR **Município:** CASCAVEL
Telefone: (45)3220-3092 **E-mail:** cep.prppg@unioeste.br

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Vide descrição anteriormente apresentada

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

A Autorização do HUOP/CEAPAC para o desenvolvimento da pesquisa está devidamente apensada.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1776473.pdf	13/08/2021 16:05:29		Aceito
Outros	autorizacao_direcaopedagogicahuop.pdf	13/08/2021 16:04:48	CAROLINE MARIA BRACIAK	Aceito

Outros	autorizacao_direcaogeral.pdf	13/08/2021 16:03:41	CAROLINE MARIA BRACIAK	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_comite2.pdf	09/07/2021 16:38:56	CAROLINE MARIA BRACIAK	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETO_comite.docx	27/06/2021 17:22:12	CAROLINE MARIA BRACIAK	Aceito
Outros	ANEXOS_comite.pdf	25/06/2021 16:15:15	CAROLINE MARIA BRACIAK	Aceito
Folha de Rosto	FOLHA_de_ROSTO_comite.pdf	25/06/2021 16:08:04	CAROLINE MARIA BRACIAK	Aceito

Situação do Parecer:
Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:
Não

CASCAVEL, 13 de Agosto de 2021

Assinado por:
Dartel Ferrari de Lima
(Coordenador(a))

4.2 Termo de Consentimento Livre

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE

Convidamos *você* a participar de uma pesquisa sobre o discurso de *mães de crianças em tratamento médico.* Os objetivos estabelecidos são *permitir que essas mães possam dizer, sem julgamentos, como se sentem em relação à descoberta de um diagnóstico de fissura labiopalatina e seu papel em relação ao tratamento no CEAPAC e cuidados cotidianos*. *A pesquisa tem o propósito de ouvir e compreender o lugar materno nestes tratamentos, bem como auxiliar as equipes nesta compreensão*. Para que isso ocorra *você participará de uma conversa gravada em áudio em que, como pesquisadora, farei alguns apontamentos e perguntas e você poderá dizer o que quiser sobre o tema.*

Se estes apontamentos e perguntas lhe causarem algum desconforto, nós providenciaremos acompanhamento do serviço de psicologia do CEAPAC para assistência gratuita.

Também você poderá a qualquer momento desistir de participar da pesquisa sem qualquer prejuízo. Para que isso ocorra, basta informar, por qualquer modo que lhe seja possível, que deseja deixar de participar da pesquisa e qualquer informação que tenha prestado será retirada do conjunto dos dados que serão utilizados na avaliação dos resultados.

Você não receberá e não pagará nenhum valor para participar deste estudo, e ele ocorrerá em dias de atendimento no CEAPAC sem que sejam necessários transporte ou despesas extra.

O seu nome e de seu filho/a em tratamento, endereço, voz e imagem nunca serão associados aos resultados desta pesquisa. Apensa suas falas serão escritas por mim, sem identificação, e usados trechos quando pertinentes às análises. As informações que você fornecer serão utilizadas exclusivamente nesta pesquisa.

Este documento que você vai assinar contém duas páginas. Você deve visitar (rubricar) a primeira página e assinar a segunda, com a mesma assinatura registrada no cartório ou do documento de identidade. Este documento está sendo apresentado

a você em duas vias, sendo que uma via é sua. Sugerimos que guarde a sua via de modo seguro.

Caso você precise informar algum fato decorrente da sua participação na pesquisa e se sentir desconfortável em procurar o pesquisador, você poderá procurar pessoalmente o Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da UNIOESTE (CEP), de segunda a sexta-feira, no horário de 08h00 as 15h30min, na Reitoria da UNIOESTE, sala do Comitê de Ética, PRPPG, situado na rua Universitária, 1619 – Bairro Universitário, Cascavel – PR .Caso prefira, você pode entrar em contato via Internet pelo e-mail: cep.prppg@unioeste.br ou pelo telefone do CEP que é (45) 3220-3092.

Declaro estar ciente e suficientemente esclarecido sobre os fatos informados neste documento.

Nome do sujeito de pesquisa ou responsável:

Assinatura:

Eu, **Caroline Maria Braciak Reisdorfer***,* declaro que forneci todas as informações sobre este projeto de pesquisa ao participante.

Assinatura do pesquisador

Cascavel, _____ de _____ de 20____.

4.3 Roteiro para entrevista semiestruturada

ROTEIRO PARA ENTREVISA SEMIESTRUTURADA

1) Nome:
2) Idade:
3) Escolaridade:
4) Estado civil:
5) Cidade de residência:
6) Profissão (se trabalha no momento ou não):
7) Número de filhas/filhos:
8) Qual a idade da/do sua/seu filha/filho em atendimento no CEAPAC?
9) Com quanto tempo foi diagnosticada a fissura?
10) Como você se sentiu ao saber que sua/seu filha/filho nasceu com FLP?
11) Em qual fase do tratamento sua/seu filha/filho se encontra?
12) Fale sobre a rotina de cuidados com a criança.
13) O que é o mais difícil nessa rotina?
14) Como você se sente em meio a essa rotina?
15) Você conta com o auxílio de algum familiar?
16) Quando esperava pelo bebê, pensava se seria menino ou menina?
17) Vou te colocar uma frase para a gente conversar. Eu gostaria de saber se você já ouviu isso antes (se sim, de quem e quando?); você já usou essa frase (quando e em que situação?): *"O que importa é que venha com saúde"?*
18) O que passa pela sua cabeça ao ouvi-la?
19) O que significa a maternidade para você?
20) O que é mais bonito na maternidade?
21) O que é mais difícil na maternidade?
22) Você quer ter mais filhos? Por quê?

4.4 Tabela de sequências discursivas

SD1	É a realização assim, da minha vida.
SD2	Eu amo ser mãe.
SD3	Maternidade pra mim é amor, é acolhimento.
SD4	Aquilo ali, meu Deus do céu! Como, que que uma mãe tá sentindo, né?
SD5	Todo pai e mãe não que que a criança passe pelo que ele vai ter que passar, né?
SD6	Que nem diz o outro: se Deus mandar tranquilo, né?
SD7	O mais bonito é o amor, né?
SD8	O mais difícil acho que é educar eles, né?
SD9	Você tem que se adaptar tudo de novo, né?
SD10	Mas é gratificante, sabe?
SD11	Tava com muito medo, sabe?
SD12	Culpada.
SD13	Pensei que a culpa era minha.
SD14	Por que será? Culpa minha? O que é que eu tinha feito de errado?
SD15	Eu me sinto meio culpada assim.
SD16	O que que a gente fez de errado?
SD17	E, comecei a perguntar “por que comigo”? Por que, né?
SD18	Vem sempre aquele questionamento.
SD19	É, eles ficavam falando que era culpa da chave que eu colocava no peio, mas eu não lembro de ter colocado chave no peito.
SD20	Aí eu sentia que o problema era meu.
SD21	Mas qualquer mãe que for mãe vai ter que se doar.
SD22	“o que você fez para essa criança nascer assim”?
SD23	“Isso aí é um pecado... é um castigo de Deus”.
SD24	Nossa! É castigo de Deus, hein!
SD25	Nossa, você deve ter feito uma coisa muito rim, pra Deus ter te castigado desse jeito.
SD26	É... muito julgamento. “Nossa! Você não cuidou na sua gravidez? O que você fez?

SD27	Aí eu... aí que ficava batendo mais o martelo ainda (risos) que o problema era meu, que não era genética.
SD28	Então assim, os meus filhos, desde que foram pra UCI pra “ganha” peso, desde que nasceram, na verdade, eles nunca precisaram “fica” entubado, nunca passaram por NADA, a não ser transfusão de sangue, porque daí é normal, né?
SD29	Mas assim, eles não tiveram NADA. Nada, nada, nada, nada, enquanto e via, até vi um nenezinho morrer, na UCI.
SD30	Normal. Ele dorme bem, ele se alimenta bem, ele brinca. Só chora quando tá com fome ou tá com sono.
SD31	Mas por enquanto tá ... tá normal.
SD32	Tem dias que é cansativo (risos), mas né (?), normal assim dentro do possível.
SD33	Normal. Uma criança tranquila. Não tem problema de saúde. Graças a Deus, hoje é uma criança bem saudável.
SD34	É normal. Normal... É... a única diferença é que pra... pra amamentação quando ele nasceu, nunca podia amamentar ele deitada.
SD35	Mas de resto é tudo normal. Ele brinca, tudo igual uma criança normal da idade dele.
SD36	Normal. Ele come sozinho, bebe sozinho. Não tem muita dificuldade.
SD37	Normal. Tudo normal (SD37).
SD38	É normal. Não tem assim, aquele cuidado extra, né? É normal (SD38).
SD39	Normal. Tranquilo.
SD40	Eu não vejo isso como probrema, eu vejo isso como solução, né? Por que é fissurado? É. Mas tem solução, né? Então, o importante é que tá com saúde, que ele tá bem, tá se desenvolvendo. E eu não vejo esse caso como impedimento, de fissura, de crescimento e desenvolvimento. Não vejo. Eu vejo como uma criança normal. Crescendo normal.
SD41	Amor, carinho.
SD42	É um lugar de paz, eu acho.

SD43	Maternidade pra mim hoje, é superação, paciência, muito amor.
SD44	É a realização assim, da minha vida.
SD45	Com todas as mães, eu acho que é doação.
SD46	Ser mãe é a melhor coisa que me aconteceu.
SD47	Desculpa ter chorado.

REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos do estado:** notas sobre os aparelhos ideológicos do estado. Trad. Walter José Evangelista e Maria Laura Viveiro de Castro. 2 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1975.

ALTHUSSER, L. **Freud e Lacan, Marx e Freud**. 2 ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.

AQUINO, T. de. **O Livre-arbítrio:** Quaestiones disputatae De Veritate: Questão. Tradução, edição e notas: Paulo Faitanini e Bernardo Veiga. São Paulo: Edipro, 2014.

BADARÓ, R. **Introdução ao Estudo das 3 Escolas Penais.** 2.a ed. São Paulo: Editora Juriscrédi, 1973.

BADINTER, E. **Um amor conquistado: o mito do amor materno**. Trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BADINTER, E. **O conflito:** a mulher e a mãe. Rio de Janeiro: Record, 2011.

BÍBLIA, A. T. Gênesis. In: BÍBLIA. **Bíblia Sagrada**: Edição Pastoral. Tradução: Ivo Storniolo e Euclides Martins Balancin. São Paulo: Sociedade Católica Internacional e Edições Paulinas, 1990.

CARVALHO, Frederico Zeymer Feu de. **O Sujeito no Discurso**: Pêcheux. 2008. 264f. Tese de Doutorado em Estudos Linguísticos Linha E – Análise do Discurso. Faculdade de Letras. Universidade Federal de Minas Gerais.

CASTRO, N. S. de. **Quando for mãe, darei "amor" e muitos brinquedos ao meu filho!** Desenvolvimento de uma medida sobre a culpa frene ao consumo e correlatos com a autoestima em mães brasileiras. Orientador: Prof. Dr. Nilton Soares Formiga. 2020. 112 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Organizacional e do Trabalho) – Programa de Pós-Graduação Stricto Senso em Psicologia Organizacional e do Trabalho. Universidade Potiguar, Natal, 2020.

DEL PRIORE, M. **Ao sul do corpo**: condição feminina, maternidades e mentalidades no Brasil colônia. 1990. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1990. Disponível em

https://pt.scribd.com/document/347435394/Livro-Ao-Sul-Do-Corpo# Acesso entre mai. e set. 2023.

FERREIRA, A. B. H. Aurélio. **Minidicionário da Língua Portuguesa**. 8ª ed. rev. atual. Curitiba: Positivo, 2010.

FIDALGO, L. **(Re) construir a maternidade numa perspectiva discursiva.** Lisboa: Instituto Piaget, 2003.

FILHO, A. A. **História Geral**. 2.a ed. São Paulo: Ed. Do Brasil, 1976.

FREITAS, N. K. de S.; SILVA, I. R. G.; FIGUEIRAS, K. F. O Corpo e a culpa: a construção da sexualidade feminina sob a influência das religiões cristãs. **RBSH,** Belo Horizonte, v.33, p. 1-7, 2022.

FREUD, Sigmund. A negação In: **Obras completas**, volume 16. Tradução: Paulo Cesar de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

GADET, F.; HAK, T. **Por uma análise automática do discurso:** uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Tradução: Bethânia S. Mariani *et al.* 3 ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.

GNOATTO, G. F. da S. **Maternidade sem julgamentos?** Uma análise discursiva da propaganda do Dia das Mães de *O Boticário*. Orientadora: Prof.ª Dra. Luciana Iost Vinhas. 2022. 59 f. Trabalho de Conclusão de Curso. (Letras – Língua Portuguesa e Literaturas da Língua Portuguesa e Língua Francesa e Literaturas da Língua Francesa) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2022. Disponível em https://lume.ufrgs.br/handle/10183/254848. Acesso em jul. 2023.

GOMES, Luiz Flávio. **Direito penal:** parte geral: culpabilidade e teoria da pena. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2005.

GORIN, M. C.; MELLHO, R. M. de; FÉRES-CARNEIRO, T. A culpa é sempre da mãe? Um olhar sobre a maternidade através da clínica com crianças**. Estilos da Clínica**, Rio de Janeiro, v.26, n. 3, p. 520-535, 2021.

HALASI, F. de S. **A mulher brasileira contemporânea e a maternidade da culpa**. Orientador: Prof. Dr. Renato Mezan. 2018. 87 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica) – nome do curso ou programa, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2018.

HILFERDING, M.; PINHEIRO, T.; VIANNA, H. B. **As bases do amor materno.** São Paulo: Escuta, 1991.

HOLANDA, S. B. de. **Raízes do Brasil**. 26 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOLANDA, S. B. de. **Visão do Paraíso**. Coleção Grandes Nomes do Pensamento Brasileiro. São Paulo: Brasiliense; Publifolha, 2000.

IACONELLI, V. **Mal-estar na Maternidade:** do infanticídio à função materna**.** 2 ed. São Paulo: Zagodoni, 2020.

IACONELLI, Vera. **Manifesto antimaternalista**. 1 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.

INDURSKY, F. **Memória e História na/da Análise do Discurso**. 1 ed. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2011.

KRAMER, H. & SPRENGER, J. O Martelo das Feiticeiras: **Malleus Maleficarum**. Trad.: Paulo Fróes. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1991.

KRAMER, H. & SPRENGER, J. O Martelo das Bruxas: **Malleus Maleficarum**. Trad.: Alex H. S. Brasil: versão para internet, 2007. Disponível em: https://www2.unifap.br/marcospaulo/files/2013/05/malleus-maleficarum-portugues.pdf

LACAN. Jacques. **Escritos**. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

LAGGAZI, S. Em torno da prática discursiva materialista**. Organon**, Porto Alegre, v.30, n.59, p.85-1000, jul./dez. 2015.

LEANDRO-FERRERIA, M. C. (Org.). **Glossário de termos do discurso.** – Edição ampliada. 1 ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2020.

MALDIDIER, D. **A Inquietação do Discurso:** (re)ler Michel Pêcheux hoje. Trad. Eni P. Orlandi. Campinas: Pontes, 2003.

MATOS, O. C. F. **Paris 1968**: As barricadas do desejo. Coleção Tudo é História. 3 ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.

MELO, A. D. de. **Foi ela, aquela que me deste por companheira:** problematizações sobre “a culpa da mulher”. Orientadora: Dra. Paula Regina Cosa Ribeiro. 2021. 236 f. Tese (Doutorado em Educação e Ciências) – Programa de Pós-Graduação em Ciências: Química da Vida e Saúde. Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, 2021.

MELO, A. D. de; RIBEIRO, P. R. C. Divinas, insurgentes e pecadoras: a culpa mítica da mulher. **Periódicus,** Salvador, v.1, n.16, p. 240-263, set./des. 2021.

MURARO, Rose Marie. Breve introdução histórica. *In*: KRAMER, H. & SPRENGER, J. O Martelo das Feiticeiras: **Malleus Maleficarum**. Trad.: Paulo Fróes. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1991.

ORLANDI, E. P. **Discurso e Texto.** 2 ed. Campina, SP: Pontes, 2005.

ORLANDI, E. P. **O Discurso em Análise:** Sujeito, Sentido, Ideologia. 2 ed. Pontes: Campinas, 2012.

ORLANDI, E. P. **Análise de Discurso:** princípios e procedimentos. 11. ed. Campinas: Pontes Editores, 2013.

ORLANDI, E. P. **Eu, tu, ele:** discurso e real da História. Pontes: Campinas, SP: 2017.

PÊCHEUX, M. **Delimitações, inversões, deslocamentos**. Cadernos de Estudos Linguísticos, Campinas, São Paulo, n. 19, p. 7-24, 1990.

PÊCHEUX, Michel; FUCHS, Catherine. **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Tradução: Bethânia S. Mariani et al. 3 ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.

PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. 5 ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2014.

PÊCHEUX, M.; GADET, F. **Sobre os contextos epistemológicos da Análise de Discurso**. In: ORLANDI, E. P. Análise de Discurso: Michel Pêcheux. Tradução: Eni Puccinelli Orlandi. 4 ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2015.

PÊCHEUX, M. **Metáfora e interdiscurso.** In: ORLANDI, Eni P. Análise de Discurso: Michel Pêcheux. 4.a ed. Pontes Editores: Campinas - SP, 2015. p. 151-161.

PÊCHEUX, M. **Leitura e memória: projeto de pesquisa**. In: ORLANDI, Eni P. Análise de Discurso: Michel Pêcheux. 4.a ed. Pontes Editores: Campinas - SP, 2015. p. 141-150.

PÊCHEUX, M. **Análise sintática e paráfrase discursiva**. Tradução: Cláudia Pffeifer. In: ORLANDI, Eni P. Análise de Discurso: Michel Pêcheux. 4.a ed. Pontes Editores: Campinas - SP, 2015. p. 169-173.

PÊCHEUX, M. **Discurso: estrutura ou acontecimento**. Tradução: Eni P. Orlandi. 7º ed. Campina, SP: Pontes Editores, 2015.

PÊCHUX, M. **Papel da memória. In: Papel da memória**. PIERRE, A. et al. 5.a ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2020.

PETTER, M. **Linguagem, língua, linguística**. In: FIORIN, José Luiz (org.). Introdução à Linguística: 1. Objetos teóricos. São Paulo: Contexto, 2010.4

RIBEIRO, D. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia da Letras, 1995.

ROBLES, M. **Mulheres, mitos e deusas**. Traduzido por William Lagos, Débora Dutra Vieira. 3 ed. São Paulo: Aleph, 2019.

SOARES, I. C.; SANTOS, K. A. **Os sentidos da maternidade no discurso sobre o aborto**. Revista TEL, Irati, v.10, n.2, p.132-153, jul./dez. 2019. Disponível em https://revistas.uepg.br/index.php/tel/article/view/13779/209209213287. Acesso em 17 abr. 2023.

UNIOESTE. CEAPAC – **Uma história em construção**. Disponível em: https://www.unioeste.br/portal/internos-huop/servicos-huop/ceapac. Acesso em: 21 mai. 2021.

ZAGO, V. K. **Maternidade Real: uma fórmula discursiva?** Orientador: Dra. Maria Cecília Pérez de Souza-e-Silva. 2021. 130f. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem) – Programa de Pós-Graduação em Ciências: Química da Vida e Saúde. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2021.

ZIZEK, S. (Org.). **Um mapa da ideologia**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.